



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**RAFAELE DA COSTA OLIVEIRA**

**A SITUAÇÃO DA (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MEIO  
DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL AFRICANA EM FORTALEZA E NO MACIÇO DE  
BATURITÉ (CEARÁ)**

**REDENÇÃO/CE**

**2023**

**RAFAELE DA COSTA OLIVEIRA**

**A SITUAÇÃO DA (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MEIO  
DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL AFRICANA EM FORTALEZA E NO MACIÇO DE  
BATURITÉ (CEARÁ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Estudos Interdisciplinares em Humanidades.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Migrações.

**Orientador:** Prof. Dr. Basílele Malomalo

**Coorientador:** Prof. Dr. Carlos Subuhana

**REDENÇÃO/CE**

**2023**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Oliveira, Rafaela da Costa.

058s

A situação da insegurança alimentar e nutricional no meio da população estudantil africana em Fortaleza e no Maciço de Baturité - Ceará / Rafaela da Costa Oliveira. - Redenção, 2023.

112f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Basilele Malomao.  
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana.

1. Estudantes africanos. 2. Africanos - Emigração e imigração.  
3. Segurança alimentar. 4. Nutrição. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.89608

---

**RAFAELE DA COSTA OLIVEIRA**

**A SITUAÇÃO DA (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MEIO  
DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL AFRICANA EM FORTALEZA E NO MACIÇO DE  
BATURITÉ (CEARÁ)**

Aprovado em: 18/01/2023

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Basílele Malomalo (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



---

Prof. Dr. Carlos Subuhana (Coorientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



---

Prof. Dr. Patrício Carneiro Araújo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB



---

Prof. Dr. Paulo Vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

## AGRADECIMENTOS

Escrever é um ato de desprender-se para seguir em frente e trilhar novos caminhos e olhares sobre o mundo, e nossa relação com ele é desafiar-se em meio as suas inseguranças e medos; é, além de tudo, um ato de coragem.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Basílele Malomalo, pelos momentos de acolhimento, ensinamentos, aulas, e por ser tão presente em todos os momentos de minhas orientações. Gratidão por toda sabedoria compartilhada com humildade e por ser uma referência como humano e como docente. Obrigada por tornar este processo leve e transformador, por proporcionar tantos momentos necessários da luta antirracista no Brasil e em defesa dos direitos da população negra e africana neste país. Obrigada pela caminhada até aqui, mesmo diante dos desafios enfrentados pela pandemia, nesse período tão desafiador que enfrentamos nesses dois últimos anos.

Ao meu coorientador, Prof. Carlos Subuhana, por contribuir nas orientações da minha dissertação, pelas aulas durante o curso e por ser um ser humano incrível, acolhedor e por contribuir significativamente nos estudos sobre África para a minha formação.

À professora Jaqueline Sgarbi, por partilhar tantos momentos de aprendizados e por lutar pela política de segurança alimentar e nutricional no país. Seus ensinamentos, reuniões e incentivo pela pesquisa tornou este processo como um despertar para eu continuar trabalhando com a segurança alimentar e nutricional como uma pauta em defesa dos direitos da comunidade acadêmica africana da UNILAB.

Ao Projeto de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP, em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações (MCTIC), que financiaram a pesquisa durante o desenvolvimento desta dissertação.

Aos sujeitos entrevistados, por terem partilhado aspectos de suas trajetórias, desafios e lutas durante suas formações, e por terem concedido tempos valiosos de suas vidas para participarem das entrevistas.

Ao Prof. Patrício Carneiro, por contribuir com suas indicações e orientações sobre a minha pesquisa e pelas produções de seus livros com tantas contribuições para a integração da cultura alimentar africana na diáspora africana e no país.

Aos Professores Denise Cruz e Paulo Vaz, por fazerem parte da minha banca de dissertação e por suas orientações e contribuições em minha pesquisa.

Aos meus pais, que sempre lutaram e me apoiaram na minha formação profissional. A eles dedico todo meu amor e é por eles também que permaneço lutando para poder oferecer-lhes uma vida melhor, e provar que a educação é para todos, e que é possível uma filha de costureira e pedreiro se tornar mestre.

À Ana Caroline Leite de Aguiar, pelos incentivos durante toda minha formação profissional e por me apresentar o primeiro contato com a escrita durante minha formação em Psicologia.

À Profa. Karine Lima Verde e Rita Monteiro, por contribuir para minha aproximação com o campo das Ciências Sociais, Antropologia e saúde mental em uma perspectiva inclusiva de lutas pelos direitos humanos.

À Profa. Maria Madalena da Silva, pelas contribuições na minha formação durante a especialização, que foi tão importante para despertar o meu interesse pelo campo de estudos sobre migrações africanas.

Aos professores/as do curso de mestrado em interdisciplinaridade em humanidades da UNILAB, pelas inúmeras contribuições na construção do ensino. Ao Prof. Carlos Henrique, por apresentar indicações de leituras tão necessárias para a metodologia interdisciplinar da minha dissertação.

Aos meus colegas do mestrado que estiveram presentes nesta caminhada, em especial a Vanusa, Estefânia, Dário, Rafaelle, Jeraldino e Jamiro.

Por fim, agradeço a todos e todas que estiveram presentes na construção deste trabalho.

## ***Reis do Agronegócio***

*Vocês que enxotam o que luta por justiça  
Vocês que oprimem quem produz e que preserva  
Vocês que pilham, assediam e cobiçam  
A terra indígena, o quilombo e a reserva*

*Vocês que podam e que fodem e que ferram  
Quem represente pela frente uma barreira  
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra  
O extrativista, o ambientalista ou a freira*

*Vocês que criam, matam cruelmente bois  
Cujas carcaças formam um enorme lixo  
Vocês que exterminam peixes, caracóis  
Sapos e pássaros e abelhas do seu nicho*

*E que rebaixam planta, bicho e outros entes  
E acham pobre, preto e índio tudo chucro  
Por que dispensam tal desprezo a um vivente?*

*Por que só prezam e só pensam no seu lucro?*

*Eu vejo a liberdade dada aos que se põem  
Além da lei, na lista do trabalho escravo  
E a anistia concedida aos que destroem  
O verde, a vida, sem morrer com um centavo*

*Com dor eu vejo cenas de horror tão fortes  
Tal como eu vejo com amor a fonte linda  
E além do monte um pôr do sol, porque  
Por sorte vocês não destruíram o horizonte ainda [...]*

*Por Carlos Aparecido Renno e Francisco Cesar Gonçalves*

## RESUMO

A dissertação ora apresentada propõe uma pesquisa que teve como objeto de estudo compreender o processo de imigração estudantil africana para a diáspora no estado do Ceará, além de analisar a situação da (in) segurança alimentar e nutricional em meio a essa população na cidade de Fortaleza e na Região do Maciço de Baturité, Ceará. O trabalho circunscreve eixos investigativos sobre as imigrações estudantis africanas dos países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para o Brasil e Ceará, questões ligadas à (in) segurança alimentar e nutricional dessa população, buscando compreender também a situação do acesso e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) desses sujeitos, bem como os desafios enfrentados por esses estudantes na luta pela manutenção da segurança alimentar e nutricional no cotidiano, e na integração da cultura alimentar nos cardápios universitários. O trabalho teve como objetivo investigar como se dá o acesso ao alimento no meio da população estudantil africana em Fortaleza e na Região do Maciço de Baturité, Ceará. A construção do trabalho se deu por meio de uma metodologia interdisciplinar: os dados foram obtidos mediante fontes bibliográficas, análise documental, pesquisa de campo e análise de conteúdo. Os sujeitos que participaram da pesquisa de campo e das entrevistas semiestruturadas foram cinco (5) estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – e um (1) estudante da Universidade Federal do Ceará. Construíram-se novos parâmetros em relação à questão alimentar durante a realização das entrevistas, tendo em vista a alimentação como uma condição social, política, de integração e da cultura e soberania alimentar para além das fronteiras entre países e continentes. Observaram-se que alguns preditores, como aumento dos custos com alimentação, fatores socioeconômicos, condições de consumo alimentar e problemas de saúde, ausência de políticas e ações de fortalecimento da cultura e soberania alimentar africana nos espaços universitários são alguns dos fatores geradores de insegurança alimentar e nutricional no dia a dia desses estudantes. Os sujeitos dessas pesquisas relataram ainda a alimentação como uma questão de direito humano, com diversas implicações que afetam a garantia de uma alimentação que seja culturalmente e afetivamente pensada na integração, nas memórias e nas lembranças de seus países, comunidades e rituais familiares.

**Palavras-chave:** Estudantes Africanos, Imigração Estudantil Africana no Ceará, Alimentação, Insegurança Alimentar e Nutricional.

## ABSTRACT

The present dissertation proposes a research whose object of study was to understand the process of African student immigration to the diaspora in the state of Ceará, in addition to analyzing the situation of (in) food and nutritional security among this population in the city of Fortaleza and in the Region of Massif de Baturité, Ceará. The work circumscribes investigative axes on African student immigration from Portuguese-speaking countries (PALOP) to Brazil and Ceará, issues related to the (in) food and nutritional security of this population, also seeking to understand the situation of access and guarantee of the Human Right to Adequate Food (DHAA) of these subjects, as well as the challenges faced by these students in the struggle to maintain food and nutritional security in their daily lives, and in the integration of food culture into university menus. The objective of this work was to investigate how access to food is given among the African student population in Fortaleza and in the Maciço de Baturité Region, Ceará. The construction of the work took place through an interdisciplinary methodology: data were obtained through bibliographic sources, document analysis, field research and content analysis. The subjects who participated in the field research and semi-structured interviews were five (5) students from the Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – and one (1) student from the Federal University of Ceará. New parameters were constructed in relation to the food issue during the interviews, considering food as a social, political, integration and culture condition and food sovereignty beyond the borders between countries and continents. It was observed that some predictors, such as increased food costs, socioeconomic factors, food consumption conditions and health problems, lack of policies and actions to strengthen African culture and food sovereignty in university spaces are some of the factors that generate food insecurity and nutrition in the daily lives of these students. The subjects of these studies also reported food as a matter of human right, with several implications that affect the guarantee of food that is culturally and affectively thought of in terms of integration, memories and memories of their countries, communities and family rituals.

**Keywords:** African Students, African Student Immigration in Ceará, Food, Food and Nutritional Insecurity.

## LISTAS DE SIGLAS

**ABRANDH** – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos

**AUC** – Associação de Universitários de Cascavel

**AL** – Assembleia Legislativa

**AEAC** – Associação dos Estudantes Africanos no Ceará

**ASCOFAN** – Associação Mundial da Luta Contra Fome

**CE** – Ceará

**CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**CCBGB** – Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau

**COBAL** – Companhia Brasileira de Alimentação

**COEST** – Coordenação de Políticas Estudantis

**CIBRAZEN** – Companhia Brasileira de Armazenamento

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**CONEP** – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

**DRCA** – Departamento de Registro e Controle Acadêmico

**DGIC** - Divisão de Gestão de informações e Conhecimentos

**DCNT** – Doenças Crônicas não Transmissíveis

**DHAA** – Direito Humano à Alimentação Adequada

**FATENE** – Faculdade Terra Nordeste

**FIES** – Fundo de Financiamento Estudantil

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FAO** - Food and Agriculture Organization

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IFCE** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

**IES** – Instituições de Ensino Superior

**INAN** – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**MIH** – Mestrado Interdisciplinar em Humanidades

**MEC** – Ministério da Educação

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**MCTIC** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**POSIH** – Programa de Pós-Graduação em Interdisciplinaridade em Humanidades

**PEC-G** - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

**PEC-PG** – Programa de Estudantes – Convênio de Pós-Graduação

**PALOP** – Países de Língua Oficial Portuguesa

**PAES** – Programa de Assistência ao Estudante

**PNAES** – Política Nacional de Assistência Estudantil

**PROPAAE** - Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

**PROINTER** – Pró-Reitora de Relações Internacionais e Desenvolvimento Institucional

**PF** – Polícia Federal

**RU** – Restaurante Universitário

**SAN** – Segurança Alimentar e Nutricional

**SCA** - Serviço Central de Alimentação

**SAPS** – Serviço de Alimentação de Previdência Social

**SINCRE** – Sistema Nacional de Cadastramento de Registro Estrangeiros

**SPS** – Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos

**SUNAB** -Superintendência Nacional de Abastecimento

**SESI** – Serviço Social da Indústria

**SEST** – Serviço Social do Transporte

**SESC** – Serviço Social do Comércio

**UNILAB** – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**UNB** – Universidade de Brasília

**UFC** – Universidade Federal do Ceará

**REDE PERSSAN** – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

**ONU** – Organização das Nações Unidas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição dos imigrantes africanos no território cearense (2017) .....	30
Figura 2: Gráfico sobre estudantes africanos matriculados na UFC pelo Programa PEC-G em 2020 .....	43
Figura 3: Bilhete racista encontrado em mural da UFC por aluno de mestrado da universidade – Publicado em 18 de maio de 2018 pelo Jornal o Povo .....	51

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantitativo de estudantes da UNILAB por nacionalidade até maio de 2020.....	42
Quadro 2: Programas de Alimentação do Governo Lula que integravam o Programa Fome Zero.....	68
Quadro 3: Valores das refeições cobrados pelo Restaurante Universitário da UFC .....	72
Quadro 4: Distribuição de Horários e Campus dos Restaurantes Universitários da UNILAB Ceará e Bahia.....	73
Quadro 5: Fases da análise de conteúdo.....	79

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE A MIGRAÇÃO AFRICANA NA ÁREA DA INTERDISCIPLINARIDADE .....	16
1.2 INTERDISCIPLINARIDADE COMO PRÁTICA INVESTIGATIVA .....	23
2. AS MIGRAÇÕES DE ESTUDANTES DE PAÍSES AFRICANOS PARA O CEARÁ.....	28
3. MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL AFRICANA NA TERRA DO “OUTRO”: LUTA PELO DIREITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	46
4. UMA INCURSÃO PELA HISTÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL .....	61
4.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO, POLÍTICAS E AÇÕES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL .....	61
4.2 UMA ANÁLISE SOBRE OS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS E A ALIMENTAÇÃO NAS UNIVERSIDADES EM FORTALEZA E NO MACIÇO DE BATURITÉ.....	71
5. UM ESTUDO DE CAMPO SOBRE A SITUAÇÃO DA (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS ESTUDANTES AFRICANOS/AS NO CEARÁ.....	75
5.1 ALIMENTAÇÃO, PERCURSOS E TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES AFRICANOS EM FORTALEZA E NA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ, CEARÁ .....	75
5.2 ESTUDANTES AFRICANOS, INTEGRAÇÃO E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.....	83
5.3 UMA COMPREENSÃO SOBRE O ACESSO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA DIÁSPORA AFRICANA EM FORTALEZA E NO MACIÇO DE BATURITÉ, CEARÁ .....	91
5.4 INTEGRAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR AFRICANA NOS ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS NO CEARÁ .....	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	102
REFERÊNCIAS .....	104

## INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa está situado no campo de estudos interdisciplinares sobre imigração estudantil africana e temáticas acerca das políticas públicas de acesso alimentar nos espaços universitários na cidade de Fortaleza e na Região do Maciço de Baturité. O campo de estudos sobre imigrações africanas no Ceará vem sendo discutido ainda de modo parcial, posto que os estudos, em sua maioria, são desenvolvidos pelos próprios estudantes, pesquisadores e ativistas que possuem interesse e aproximação com o tema, além de experiências no campo das imigrações africanas para o Brasil, como citado por Neusa Gusmão (2015).

Alguns cientistas sociais, antropólogos, historiadores, possuem grandes contribuições para se pensar à diáspora africana para o Brasil e para o estado do Ceará. Dentre esses autores podemos destacar o livro de Malomalo, Fonseca e Badi (2015) *“Diáspora Africana e migração na era da globalização: experiências de refúgios, estudo, trabalho”*, assim como a pesquisa da tese de doutorado de Carlos Subuhana (2005) sobre imigração estudantil moçambicana para o Brasil e ao estado do Rio de Janeiro. Ercílio Langa discute sobre o processo de chegada de estudantes de diferentes países do continente africano para o Ceará desde os anos 2000 ao atual cenário. Tais estudos percorrem pelas políticas e ações afirmativas na área da formação do ensino superior, acordos estudantis entre países africanos com o Brasil, saúde, trabalho, educação e direitos humanos.

A justificativa deste trabalho tem a ver com a minha condição de estudante durante a graduação em uma faculdade particular em Fortaleza e as dificuldades enfrentadas durante a minha trajetória acadêmica, tais como situações de insegurança financeira, desemprego, gastos mensais com transporte universitário, insegurança alimentar devido à ausência de um restaurante universitário com valor social. Todas essas e outras dificuldades enfrentadas ao decorrer da graduação me fizeram pensar sobre a situação dos/as estudantes oriundos de Estados e/ou países africanos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>1</sup> que estão no Brasil e no Ceará, e que enfrentam situações semelhantes e com maior

---

<sup>1</sup> A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996. A CPLP trata-se de uma cooperação entre os países membros em que visam igualdade soberana entre os Estados, promoção do desenvolvimento, justiça social, respeito e integridade territorial, promoção e desenvolvimento. Os países membros da CPLP são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste. **Disponível em:** <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>

intensidade, pois estudantes negros, pobres, LGBTQIA+, em condições de imigrantes, com deficiência, em condições de vulnerabilidade social e outras, enfrentam situações de diversas inseguranças, incluindo a (in) segurança alimentar e nutricional de forma particular e única. Além dessas considerações, a situação da (in) segurança alimentar e nutricional nos espaços universitários em Fortaleza continua sendo uma realidade negligenciada dentro da academia, daí a necessidade de ser debatida e pensada também como uma problemática existente, principalmente de estudantes africanos/as que estão fora dos seus países de origem.

Do ponto de vista pessoal, toda minha experiência acadêmica durante a graduação, faz-me refletir sobre a questão da (in) segurança alimentar e nutricional no ambiente acadêmico, e os desafios enfrentados por estudantes universitários, em particular os/as estudantes africanos/as que se deparam com inúmeros desafios durante a sua formação.

O título deste trabalho “A situação da (in) segurança alimentar e nutricional no meio da população estudantil africana em Fortaleza e no Maciço de Baturité, Ceará” tem por função buscar uma compreensão acerca dos possíveis fatores que estão relacionados à segurança alimentar e nutricional de estudantes imigrantes africanos nas instituições de ensino superior na cidade de Fortaleza e no Maciço de Baturité. O problema central desta pesquisa pode ser expresso na seguinte pergunta: como se dá o acesso regular e permanente ao alimento da população estudantil africana em Fortaleza e quais fatores estão relacionados à acessibilidade, disponibilidade, permanência ou ausência contínua da alimentação saudável, sem que haja interferência no gozo de outros direitos humanos? A alimentação é compreendida como condição e necessidade fundamental para a manutenção da vida humana, da saúde, do respeito à cultura alimentar de cada país, da sustentabilidade ambiental, econômica e social, da permanência e disponibilidade do alimento sem comprometer outras áreas inerentes à vida humana, como educação, moradia, emprego, lazer e afins. Porém, o acesso regular pode estar relacionado a algumas barreiras que negligenciam esse direito, tais como a situação de pobreza, pouca variedade de alimentos, ausência de direitos, dificuldades no acesso de alimentos, discriminação racial, preconceito, implicações culturais, econômicas e sociais, entre outros problemas estruturais.

Frente ao problema, surgem outras inquietações e questionamentos sobre a experiência dos estudantes africanos em Fortaleza, dentre as quais podem se destacar as seguintes: Como esses estudantes lidam com a realidade educacional vivenciada em Fortaleza? Quais ações ou políticas as instituições de ensino públicas e privadas oferecem para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional? Como os estudantes visam à segurança alimentar e nutricional no

seu dia a dia? Quais problemas alimentares fazem parte da rotina desses estudantes e quais políticas públicas existentes esses estudantes conhecem como política que asseguram à SAN?

Pensando nas adversidades enfrentadas por esses jovens estudantes na diáspora africana no Ceará, e a partir de leituras sobre a situação dos estudantes nessa diáspora, buscamos discutir nesta pesquisa sobre a (in) segurança alimentar e nutricional dos estudantes em Fortaleza. Para isso, as discussões dos autores citados no projeto de pesquisa, possibilitaram uma maior compreensão sobre a realidade desses sujeitos, possibilitando a construção e desenvolvimento da minha pesquisa de dissertação de mestrado.

Os objetivos da pesquisa ordenam-se da maneira seguinte: de um lado, o objetivo geral busca compreender como se dá o acesso ao alimento no meio da população estudantil africana nas instituições de ensino públicas e privadas no município de Fortaleza; de outro, os objetivos específicos expressam-se dessa forma: (a) analisar as percepções dos estudantes africanos/as sobre os fatores que implicam no direito humano à alimentação adequada; (b) investigar quais fatores da (in)segurança alimentar e nutricional são considerados como impeditivos para a garantia da alimentação saudável desses estudantes; (c) analisar como eles lidam com adaptação aos novos hábitos alimentares, e como estes implicam sua alimentação; e (d) investigar quais estratégias e ações as instituições, frequentadas por estudantes, buscam para dialogar sobre segurança alimentar e nutricional no ambiente acadêmico.

A metodologia a que recorreremos nesse estudo em um primeiro momento foi de um levantamento bibliográfico e de análise documental com abordagem qualitativa. Posteriormente foi trabalhada a pesquisa de campo de Minayo (2021), utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2021) como método de análise das entrevistas realizadas na visita de campo.

O trabalho está dividido em seções que abordam a pesquisa interdisciplinar em humanidades, as imigrações africanas para o Ceará, os movimentos de lutas e direitos dos estudantes em relação à situação da segurança alimentar e nutricional na diáspora, percurso histórico sobre a história da segurança alimentar e nutricional no Brasil, e, por fim, a construção do estudo de campo sobre a situação da (in) segurança alimentar e nutricional com estudantes africanos em Fortaleza e na Região do Maciço de Baturité, Ceará.

# 1. REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE A MIGRAÇÃO AFRICANA NA ÁREA DA INTERDISCIPLINARIDADE

## 1.1 APROXIMAÇÕES DA PESQUISADORA COM O CAMPO DE ESTUDO E COM SUJEITOS DA PESQUISA

Partindo da prática científica que venho denominado de bioepistemologia, isto é, toda produção de conhecimento parte ou deve partir da vida, pela vida e para a vida das populações em que está inserido(a) o(a) investigador(a) (MALOMALO, 2019, p. 76).

O professor Basíllele Malomalo (2017) nomeia de Bioepistemologia o princípio teórico-metodológico que, segundo o qual, todo conhecimento parte/deveria ser construído “a partir de”, “mediante” e “para” a vida.

Inspirando-se nele, nesta seção serão realizadas algumas reflexões acerca das aproximações da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa, pensando-se, em um primeiro momento, sobre a trajetória estudantil da pesquisadora e sua aproximação inicial com o tema a ser analisado, assim como, o percurso para a escolha da temática da pesquisa e definição da pesquisa, além de discutir sobre áreas da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), migração estudantil africana para o Ceará e, especificamente, para a cidade de Fortaleza e Região do Maciço de Baturité.

Enquanto estudante de graduação do curso de Bacharelado em Psicologia em um centro universitário particular, localizado na cidade de Fortaleza e financiado pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>2</sup> vivenciei desafios de diferentes ordens no meu cotidiano, durante minha trajetória acadêmica. Entre esses desafios, posso destacar o meu deslocamento de uma cidade para outra, dificuldades socioeconômicas, com o acesso à alimentação saudável e a ausência de um Restaurante Universitário (RU) com valor social. Esses e outros fatores foram considerados como geradores de (in) segurança alimentar e nutricional no espaço acadêmico e que dificultaram na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Segundo o **Portal do Governo Brasileiro**, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa ofertado pelo Ministério da Educação destinado a financiar curso superior de graduação para estudantes matriculados em instituições de ensino superior particulares na forma da Lei 10,260/2001. O Programa é oferecido para estudantes matriculados nestas instituições que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC). Disponível: <https://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>

<sup>3</sup> A expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” tem como definição o direito à alimentação adequada, como um direito humano de todas as pessoas de ter acesso regular e permanente e irrestrito à

Nesta condição, enquanto mulher branca, pobre e em condição de vulnerabilidade socioeconômica, eu me encontrava em uma situação de privilégio, diante da realidade de estudantes negros e africanos, que sofrem de forma mais intensa os desafios da formação acadêmica. Djamila Ribeiro (2019) menciona em “*Pequeno Manual Antirracista*”<sup>4</sup> que o racismo estrutural também é um dos principais indicadores que interferem nas condições de educação de qualidade, e os mais privilegiados a passarem nos vestibulares são estudantes que estudam em escolas particulares de elite, são esses que mais têm acesso a outros idiomas, já fizeram algum intercâmbio. É o racismo estrutural responsável por essa dificuldade de oportunidades desiguais.

Ribeiro (2019) discute sobre as desigualdades de oportunidades entre brancos e negros, incentivo das políticas de ações afirmativas, lei de cotas raciais e a importância da participação da sociedade em manter-se informada sobre políticas públicas de combate à desigualdade racial e a luta pela promoção da diversidade.

Partindo de uma reflexão diante da minha própria experiência e das desigualdades de oportunidades de educação sofrida por pessoas negras, indígenas, pobres e mulheres, e especificamente pelos sujeitos desta pesquisa, a população estudantil africana, como colocado por Ribeiro (2019), surge a necessidade de compreender a questão alimentar e a integração da cultura alimentar africana como uma questão de direito e pautada em ações de políticas públicas nas áreas de educação e saúde.

Durante minha formação vivenciei junto a outros colegas situações de insegurança alimentar, tendo muitas vezes que levar comida de casa em condições de armazenamentos inapropriadas, tendo que optar por não almoçar em meio a um período integral na faculdade, visto que tínhamos aulas nos períodos diurno e noturno, e morava na Cidade de Cascavel/Ceará, localizada na região metropolitana de Fortaleza, no Litoral Leste, a 64 km da capital, indo de condução para Fortaleza e o percurso entre as duas cidades leva em torno de 01 hora e 10 minutos (01h10min).

O custo de passagens entre as duas cidades era alto e muito caro para manter diariamente a ida para Fortaleza, já que na época o município não disponibilizava o serviço de transporte universitário gratuito para ofertar aos alunos do município de Cascavel que

---

alimentação, sendo esses alimentos seguros e saudáveis em quantidade e qualidade suficiente, e que correspondam às tradições culturais de cada povo e garantam uma vida livre de medo, e que sejam digna e plenas nas dimensões física, mental, individual e coletiva. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/DHAA\\_SAN.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf)

<sup>4</sup> RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

estudavam e estudam nas diferentes instituições de ensino superior e de cursos técnicos em Fortaleza. Assim, a alternativa que tínhamos era pagar uma taxa mensal para a Associação dos Universitários de Cascavel (AUC), mais uma ajuda de custo do município, porém o município não se responsabilizava por manter o transporte gratuito. Além da taxa mensal para ir a faculdade, havia outros gastos, tais como xerox, materiais para aulas expositivas em laboratório, estágio fora do campus, refeições, internet e outros. Em meio a todas essas dificuldades não havia muita opção entre manter esses custos ou comprar alimento na faculdade. Ou seja, o comer sem interferência em outros direitos humanos se torna ausente da vida de vários estudantes que não têm condições socioeconômicas para manter esses custos diários com alimentação. O comer como condição de sobrevivência passa a ser uma questão política e social. Todas essas questões impossibilitavam realizar refeições nas lanchonetes e restaurantes da instituição, e manter os gastos com mensalidades de transporte para ir para Fortaleza, tendo que migrar da cidade onde eu habitava para outro município, cidade essa que mantinha o transporte universitário gratuito, ou seja, a saída que encontrei foi me mudar para a cidade de Horizonte/Ceará, a fim de morar com familiares, o que me permitiria reduzir os gastos com o transporte universitário.

Na época, o fato de estar cursando uma graduação em uma instituição de ensino privada, onde tive a oportunidade de estudar na condição de bolsista do FIES, programa esse criado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, e anos depois, no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi ampliada a quantidade de bolsas ofertadas e a liberação do financiamento com bolsa de 100% de desconto, tornando, assim, acessível para a filha de uma costureira e um pedreiro conseguir ter acesso ao ensino superior, vindo de escola pública e, posteriormente, realizar o sonho de cursar o mestrado na UNILAB.

Para além dessa experiência, um outro processo que culminou com a escolha do tema foi a condição de Bolsista do Projeto de Fortalecimento do Ensino, Pesquisa e Extensão para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP e UNILAB – Projeto MU Consan/CPLP<sup>5</sup>. Esse projeto trata-se de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação MCTIC e a UNILAB, que vem atuando diante do Fortalecimento da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional nos

---

<sup>5</sup> O Projeto Consan tem como proposta promover a intersetorialidade e a participação social da coordenação de políticas, da legislação e dos programas de ações pensadas na segurança alimentar e nutricional e por contribuir na ESAN-CPLP, no combate à fome, as más condições nutricionais e pobreza nas comunidades, através da concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada. **Disponível em:** <http://muconsancplp.unilab.edu.br/>

Países de Língua Oficial Portuguesa, desenvolvendo pesquisas, ações e eventos nas áreas da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no fortalecimento da agricultura familiar, na luta pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), na agroecologia, sustentabilidade, no Brasil e nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Assim, os encontros de orientação com o professor Basílele Malomalo foram primordiais para a construção e elaboração do projeto, bem como para obter maior compreensão sobre a situação da (in) segurança alimentar e nutricional de estudantes universitários. As orientações foram fundamentais e decisivas para se pensar a situação da (in) segurança alimentar e nutricional dos/as estudantes africanos/as nas instituições de ensino superior públicas e privadas, como uma problemática a ser discutida no meio científico.

Inicialmente, o meu interesse pelos estudos sobre migrações surgiu por meio de outro ponto que contribuiu para esta pesquisa, que foi a disciplina de Antropologia Cultural do curso de Especialização em Gestão Estratégica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no qual apresentei um seminário sobre um texto da Maria Ester de Freitas<sup>6</sup> (2009), em que a autora vê a mobilidade como um novo capital simbólico nas organizações e o nomadismo. Ela aborda a noção de “capital simbólico” a partir dos estudos de Pierre Bourdieu, incluindo também a ideia de capital cultural, capital social e poder simbólico. Segundo Freitas (2009), o que Bourdieu define sobre o dinheiro, não é apenas o que conta na vida. Ao falar de capital cultural, ela afirma que este é visto como um conjunto de conhecimentos, valores, códigos culturais, maneiras de se comunicar e bons hábitos, ao passo que o capital simbólico é compreendido como a ideia das redes de relações entre indivíduos, posto que o capital econômico é colocado como o conjunto de patrimônios e bens financeiros que estão entre as posições sociais. Na vida moderna profissional todos esses capitais são determinantes, entendidos como estratégias de empresas para captar recursos humanos, reproduzindo a mobilidade, como as posições hierarquizadas das empresas.

Entre as temáticas abordadas por Freitas (2009) merecem destaque o modelo de economia competitiva, mercado global, e a necessidade de “homens plurais”, sempre que se constrói essa analogia sobre as necessidades de sujeitos capacitados e dispostos a pensar nas transformações históricas da sociedade, e como construir essa articulação que rompe com os padrões neutralizados da sociedade e começa a se construir um imaginário de se inter-

---

<sup>6</sup> FREITAS, Maria Ester de. A mobilidade como Novo Capital Simbólico nas Organizações ou Sejam Nomades? *O&S*. Salvador, v.16. n.49, p.247-264, abr/jun, 2009.

**Disponível em:** <https://www.scielo.br/j/osoc/a/PJ4BTFW8CWj5kVNVqSvjVrc/?lang=pt&format=pdf>

relacionar com novas culturas, novos modos de pensar e novos modelos de economia. As organizações estão despertando interesse no modelo de “homens plurais”, pois se trata de uma idealização que facilita a oportunidade de trocas de conhecimentos. Este também é um desejo criado pelo indivíduo que idealiza uma oportunidade de uma carreira profissional internacional, com a qual possa conhecer novas culturas e vivenciar a experiência de obter contato com novas tecnologias, idiomas e usufruir dessa expatriação cultural. Nesta, o modelo de novo capital simbólico e mobilidade organizacional pode contribuir na construção desse modelo de homem plural que não se limita a um único lugar, mas que se permite ser flexível para a empresa, de circular e não se prender a uma única cultura ou a um único país. Apesar de Freitas (2019) não direcionar o seu texto para as migrações africanas, e sim para as organizações, o seu trabalho despertou o meu interesse e me fez pensar na possibilidade de usar o modelo, por ela proposto, num estudo sobre imigrações africanas para o Brasil.

Por intermédio do trabalho de Freitas (2009), que apresenta alguns elementos sobre a diversidade cultural, nomadismos e o comportamento de profissionais que migraram para outros países, comportamento esse percebido, também, nas migrações africanas, nas quais alguns sujeitos se deslocam em busca de oportunidades fora de seus países de origem. Cada vez mais estudantes, refugiados, comerciantes de rua, trabalhadores de empresas, agentes sociais, professores, ativistas, entre outros, viajam em busca de melhores condições de vida, novas experiências, trocas culturais, econômicas, sociais e políticas.

Todos esses aspectos aqui citados foram determinantes e necessários na escolha do tema, tendo como finalidade contribuir nas reflexões sobre a situação dos/as estudantes que estão nessa diáspora. Vale destacar que o texto de Freitas (2009) foi o primeiro do qual tive acesso sobre a temática; porém, com a minha inserção no mestrado, pude compreender e aprender mais sobre as migrações africanas, a partir de teóricos que serão apresentados no decorrer das discussões apresentadas nesta dissertação.

Para além desses aspectos, outra situação importante para a definição do tema deste estudo e para refletir sobre a situação da imigração africana para o Brasil foi o contato direto com imigrantes senegaleses no comércio de rua na feira de São Bento, na cidade de Cascavel, Ceará. Os diálogos com os jovens senegaleses foram fundamentais, chegando a despertar o meu interesse em conhecer a cultura africana e as aproximações entre Brasil-África, para além das fronteiras. Assim como esses sujeitos, minha mãe também ocupava o mesmo espaço na condição de feirante. Ao me deparar com a trajetória dos jovens de Senegal no comércio de rua, percebi situações de atitudes de preconceito e discriminação cometidas pelos feirantes

cearenses, tendo como alvo essa população. Apesar do pouco conhecimento que tinha sobre o continente africano na época, pois hoje considero essa compreensão sobre a relação África-Brasil mais ampla, devido ao meu encontro e inserção com a UNILAB, de minha aproximação e participação nas atividades do Grupo de pesquisa África-Brasil, coordenado pelo meu orientador professor Bas'lele Malomalo, das disciplinas e orientações com ele, entre outros professores das disciplinas do MIH, incluindo o coorientador desse estudo, Professor Carlos Subuhana, que também apresenta grandes contribuições sobre o fenômeno da imigração estudantil africana temporária para o Brasil.

Considero que essas aproximações foram o pilar central para se pensar a necessidade de urgência sobre a nossa relação com África, de estudos e ações pensadas para essa população que aqui se encontra. Hoje, no lugar de pesquisadora, vejo a necessidade de construir um lugar de luta e de busca por visibilidade dos direitos humanos dos estudantes africanos/as que hoje estão nesta diáspora, refletindo e também pensando na situação dos imigrantes senegaleses que estão inseridos no comércio de rua no estado do Ceará, apesar dessa outra problemática não ser o tema da minha pesquisa de mestrado. Adianto que a problemática dos senegaleses no comércio de rua no Ceará é também um problema a ser pensado na academia.

Os sujeitos desta pesquisa são os estudantes africanos/as dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>7</sup> situados na cidade de Fortaleza, Ceará, que estudam em instituições de ensino superior (públicas e privadas) da cidade. Como aponta Gusmão (2015), esses sujeitos se deslocam dos PALOPs para o Brasil.

De acordo com Gusmão (2015), a problemática dos estudantes africanos nas instituições de ensino superior no país, ainda vem sendo pouco discutida por pesquisadores brasileiros e “muitas” das poucas pesquisas desenvolvidas são elaboradas pelos próprios estudantes que tomam a suas experiências enquanto estudantes no Brasil como uma temática de suas pesquisas de dissertações, teses e monografias no meio do espaço acadêmico.

As fontes primárias, tanto para pensar a situação da (in) segurança alimentar e nutricional de estudantes africanos na diáspora quanto sobre as lutas pelos direitos humanos,

---

<sup>7</sup> A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, em Lisboa, e é constituída por nove Estados-Membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). **Disponível:** <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20743-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-CPLP>.

mobilizações políticas pelos direitos públicos da população negra e africana no Brasil, e aqui no Ceará, foram dos estudos de Ercílio Langa, sociólogo moçambicano e pesquisador da Diáspora Africana e dos processos de migração estudantil internacional. Os estudos do meu orientador, Professor Basílele Malomalo, como citado anteriormente, também foram fundamentais. Esses pesquisadores e ativistas dos estudos sobre relações raciais, sociologia africana, imigrações, incluindo também em suas pesquisas esses e outros temas relacionados também à alimentação, saúde, inseguranças no cotidiano desses estudantes, entre outros problemas enfrentados pelos estudantes na diáspora. Um outro trabalho que tive acesso é o do Professor Carlos Subuhana (2005)<sup>8</sup> que, em sua tese de doutorado, desenvolveu um estudo sobre a imigração temporária de estudantes moçambicanos para o Brasil, especificamente para o estado do Rio de Janeiro, buscando investigar o processo de chegada dos estudantes ao Brasil, como os estudantes experimentaram a situação de sair de seu país, trajetórias, permanência e estada no país. Esses e outros elementos foram relevantes para compreender a “imigração temporária” dos estudantes africanos no Brasil. Outros trabalhos, como os de Neusa Gusmão e Lorena Sousa, também merecem destaque, pois me ajudaram a compreender o processo de imigração estudantil africana para o Brasil e para o Ceará.

Após as leituras de trabalhos de autores que abordam as trajetórias e lutas dos estudantes africanos/as no Brasil e Ceará, tomei a decisão de fazer dessa experiência como campo de estudo para minha dissertação de mestrado em Interdisciplinaridades em Humanidades – MIH/UNILAB, na linha de pesquisa em “Trabalho, Desenvolvimento e Migrações”, tendo como recorte “a situação da (in) segurança alimentar e nutricional no meio da população estudantil africana em Fortaleza Ceará”. A pesquisa, portanto, é sobre esses estudantes, que integram a mesma comunidade acadêmica que eu, e que vivenciam constantemente as situações de racismo, discriminação, dificuldades com pagamentos de mensalidades de faculdades, inserção no mercado de trabalho, moradia, adaptações aos novos hábitos alimentares, com desrespeito e distanciamento dos cearenses com a cultura desses estudantes, com a saudade de seus familiares e seus países de origem, além do fato de serem estudantes vindos de países do continente africano, que gera ideias distorcidas criadas pelos cearenses acerca desses/as estudantes.

---

<sup>8</sup> SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro** (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Disponível: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2118/1/tese.pdf>

## 1.2 INTERDISCIPLINARIDADE COMO PRÁTICA INVESTIGATIVA

O atual contexto de mobilidade humana é marcado pela ampliação, diversificação e maior complexidade dos fluxos migratórios e das estratégias dos migrantes. Particularmente para os países de língua portuguesa, as migrações têm sido um fenômeno de grande relevância na dinâmica de suas populações. Alguns fluxos, historicamente marcados, apresentam novidades que requerem novos olhares para uma abordagem mais compreensiva. Outros deslocamentos, inéditos até há pouco tempo, ganham espaço nos estudos sobre o tema. Razões econômicas, políticas e culturais têm sido elementos importantes na elaboração de cenários e na fundamentação analítica desses movimentos (FUSCO *et al.*, 2018, p.1).

Iniciamos as discussões desta seção com o pensamento de Fusco *et al.* (2018) sobre mobilidade humana, migrações e a importância das abordagens interdisciplinares no processo de compreensão desse fenômeno. Buscamos a interdisciplinaridade como abordagem que permite dialogar com várias ciências, a fim de compreender uma determinada situação para além de uma única área de concentração de conhecimento.

Em consonância com o pensamento de Fusco *et al.* (2018), as migrações apresentam fenômenos que precisam de novos olhares e exposições mais compreensivas e direcionadas para a luta e garantia dos direitos humanos, educacionais, políticos e sociais. Os estudos sobre migrações requerem uma discussão baseada em fontes interdisciplinares, tendo em vista que os fatores que atravessam esse campo e as vidas dos sujeitos migrantes são diversos, desde questões relacionadas à ausência de direitos humanos como questões humanitárias, tais como alimentação, moradia e saúde dos sujeitos migrantes.

A mobilidade estudantil e as migrações para fins de estudos também são campos a serem discutidos com delimitação metodológica interdisciplinar, sendo necessária uma compreensão ampla da realidade desses sujeitos, desde fatores históricos acerca da chegada desses estudantes para o estado do Ceará, em um espaço temporal, abrangendo as dimensões sociais, econômicas, de saúde, de direitos humanos, de condições de acesso aos alimentos dessa população. Trata-se de dimensões que não são isoladas e precisam ser discutidas entre profissionais de diferentes disciplinas e áreas de conhecimentos, tornando, assim, um estudo interdisciplinar.

Sobre a pesquisa interdisciplinar, Pimenta (2013) apresenta algumas compreensões sobre a interdisciplinaridade. Segundo o autor, essa refere-se à relação entre as diversas ciências e disciplinas. O processo de articulação entre conhecimentos pode ir para além das ciências, porém, é necessário ter noções claras sobre o que é ciência. Ainda conforme o autor, a interdisciplinaridade nos alerta para a possibilidade de se observar a realidade em outras

dimensões, de forma mais contextualizada e profunda. A interdisciplinaridade permite uma nova leitura da realidade, de forma mais holística e integrada; ela relativiza a necessidade de cada disciplina pelo fato de criar novas possibilidades de diálogos, de ouvir o outro, facilitando, assim, o processo de obter novas informações do que ainda é desconhecido para nós. Essa abertura para o exterior não pode ser analisada de forma adequada, sem que haja as idiosincrasias de cada sujeito; porém, cabe dizer que ela causa no sujeito que a pratica uma maior probabilidade de construção de diálogos, posto que a interdisciplinaridade permite maior capacidade de diálogos com a prática. Continuando, o autor descreve que não é apenas a interdisciplinaridade que influencia a personalidade do pesquisador, ela também surge como elemento facilitador ou perturbador para a concretização uma ideia formulada pelo pesquisador.

A interdisciplinaridade estabelece a relação entre uma ou mais disciplinas, em que esses ramos de conhecimentos estão interligados a duas ou mais disciplinas e apontam para um objeto de pesquisa a ser investigado (BICUDO, 2008).

Segundo o antropólogo Claude Raynaut (2016), a prática interdisciplinar aplicada ao campo da pesquisa constitui uma grande diversidade de acepções teóricas e metodológicas, havendo não só uma forma de se praticar a interdisciplinaridade, mas sim várias formas e colaborações entre diferentes especialidades científicas e técnicas. Diante das diversas questões que a ciência contemporânea vivencia, as fronteiras entre diferentes disciplinas tornam-se cada vez mais permeáveis de trocas conceituais, colaborações científicas e metodológicas.

Para Fazenda, Tavares e Godoy (2015), a pesquisa interdisciplinar se preocupa em pesquisar aquilo que está dentro do mundo do pesquisador; ou seja, para existir a pesquisa interdisciplinar é preciso que o pesquisador tenha uma problemática, um questionamento e que esteja incomodado e preparado para investigar. Bachelard (1996) descreve que o saber científico deve ser reconstruído e reformulado constantemente. Para esse autor, nossas demonstrações epistemológicas só apresentam ganhos se estiverem desenvolvidas no contexto de problemas particulares, sem que haja uma ordem histórica.

A partir das reflexões teóricas dos autores – Pimenta (2013), Raynaut (2016), Bicudo (2009), Fazenda, Tavares e Godoy (2015) – podem-se analisar as contribuições da abordagem interdisciplinar neste presente estudo, tendo em vista que a pesquisa sobre a (in) segurança alimentar e nutricional dos estudantes africanos em Fortaleza e na Região do Maciço de Baturité pode ser situada em diferentes disciplinas e áreas de conhecimentos que discutem

sobre “migrações africanas”, “mobilidade estudantil africana para o Brasil”, “diáspora africana no Ceará”, “Segurança alimentar e nutricional”, “insegurança alimentar e nutricional”, entre outros temas, que precisam ser dialogados. Diante disso, o estudo realizado recorreu a diferentes fontes interdisciplinares em seu decorrer.

Os sujeitos aqui analisados são os estudantes africanos/as dos países da CPLP que estão no processo de imigração “temporária” na cidade de Fortaleza ou Região do Maciço de Baturité para fins estudantis. São jovens que estão matriculados em cursos de graduação nas instituições de ensino superior (públicas e privadas) e que vivenciam a experiências de estar fora de seus países de origem, em busca de qualificação profissional e de cursar a graduação ou pós-graduação fora do país. Nesta pesquisa foi realizado um estudo de cunho exploratório e de campo com esses/as estudantes, baseado em fontes e metodologias interdisciplinares, com o intuito de buscar uma aproximação maior com os sujeitos da pesquisa. A partir do levantamento de dados existentes na literatura aqui estudada e a partir da revisão bibliográfica, pretendeu-se desenvolver o estudo de campo de cunho exploratório e qualitativo.

A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais, conforme o pensamento de Chizzoti (2003), propõe um campo transdisciplinar, que envolve as ciências humanas e sociais, assumindo as tradições e multiparadigmas de análises, provenientes do positivismo, fenomenologia, hermenêutica, marxismo, teoria crítica e construtivismo, apoiando-se em multimétodos de investigação para o estudo de um determinado fenômeno situado no local onde está sendo investigado, procurando, assim, encontrar o sentido desse fenômeno e interpretar os significados que lhes são empregados pelas pessoas.

No que diz respeito ao termo qualitativo, Chizzoti (2003) afirma que este implica uma partilha densa com as pessoas, fatos e locais onde se constituem a pesquisa, com propósito de extrair desse espaço de significações visíveis e latentes a interpretação do pesquisador, onde será traduzido mediante um texto escrito zelosamente com competência científicas e significados patentes ou ocultos ao seu de estudo.

Sobre a pesquisa qualitativa, Galeffi (2009) discorre que uma das características que não podemos deixar lado é o sujeito humano e suas peculiaridades transcendentais, ou seja, o que permite compreender os fatos de tal modelo de pesquisa e sua elaboração conceitual, assim como suas consequências éticas, no sentido radical e inalienável da sua liberdade conjuntural.

O campo de estudo aqui exposto anteriormente, situa-se nas áreas da (in) segurança alimentar e nutricional, do direito à alimentação adequada e da imigração estudantil africana para a diáspora no Ceará, especificamente para Fortaleza e Região do Maciço de Baturité, Ceará, lugares esses onde foi desenvolvida a pesquisa de campo.

As autoras Marconi e Lakatos (2003) apontam que a pesquisa de campo pode ser analisada como um modelo utilizado com o objetivo de obter informações/conhecimento acerca de um dado problema, com a finalidade de encontrar respostas para a pesquisa realizada. Elas definem que:

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 186).

Sobre a metodologia, Minayo (2021) descreve que esta é o caminho do pensamento e a prática desenvolvida na abordagem da realidade. Ou seja, para a autora, a metodologia inclui, simultaneamente, à teoria da abordagem “o método”, e os instrumentos de operacionalização do conhecimento que são “técnicas”, incluindo a criatividade do pesquisador como suas experiências, suas capacidades pessoal e sensibilidade. A metodologia possui um lugar central no interior das teorias e está ligada a elas.

Assim, o estudo de campo como metodologia definida nesta pesquisa possibilita ao pesquisador desenvolver a fase exploratória da pesquisa, pois o pesquisador terá uma compreensão sobre os tópicos de investigação que serão apresentados no estudo, a delimitação do marco teórico e os instrumentos para a coleta de dados durante a exploração do campo de pesquisa.

Minayo (2021) define o trabalho de campo como:

O *trabalho de campo* permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. É claro que a riqueza desta etapa vai depender da qualidade da fase exploratória. Ou seja, depende da clareza da questão colocada, do levantamento bibliográfico bem feito que permita ao pesquisador partir do conhecimento já existente e não repetir o nível primário da “descoberta da pólvora”, dos conceitos bem trabalhados que viabilizem sua operacionalização no campo e das hipóteses formulados (MINAYO, 2021, p. 56).

Diante da situação epidêmica da covid-19, que estava atormentando vários países pelo mundo e deixando marcas de sofrimentos devido aos inúmeros casos de óbitos e crescimentos de novos casos confirmados diariamente, pensou-se em realizar uma pesquisa de campo do tipo etnografia virtual; porém, após alguns decretos estaduais que liberou o retorno das atividades nas universidades e escolas presencial foi possível realizar a pesquisa de campo, buscando a visita ao campo e utilizando como método de coleta de dados as entrevistas semiestruturais.

Em relação a ida ao campo de pesquisa, às interações empíricas nesse espaço conforme o que Minayo (2021) ressalta é que torna-se importante por existir uma relação de confiança e uma representação para a comunidade ou grupo social, que busquem garantir a justificativa por um determinado grupo social, a garantia do anonimato do entrevistado, e um momento de conversa inicial com os sujeitos da pesquisa. Todas as reflexões trazidas pela autora foram fundamentais para o contexto de observação de campo que será apresentada com maiores detalhes no decorrer do trabalho.

## 2. AS MIGRAÇÕES DE ESTUDANTES DE PAÍSES AFRICANOS PARA O CEARÁ

### Sou Imigrante<sup>9</sup>

Sou Imigrante, emigrante, migrante  
 Resistente, com força pra viver, almejando viver  
 Sou resistível como um Leão da África  
 Tenho garras de um falcão do mato  
 Sou persistente como a onda movível  
 Porém, me respeitem!  
 Só quero viver a vida...  
 Porque a terra é nossa, de todos nós  
 Feito por Deus e entregue a todos os homens  
 Não importa se aqui ou lá!

(Moisés António)

Atualmente a globalização tem alterado as relações sociais e econômicas no Brasil e em diversos países pelo mundo. Os efeitos dessas mudanças têm ocasionado o crescimento da imigração africana dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)<sup>10</sup> para o Brasil. Essa dinâmica migratória, temporária ou não, vem revelando uma realidade que necessita de indagações consistentes e orientadas ao que ainda é uma realidade oculta no contexto brasileiro.

Diante disso, percebe-se que os estudantes africanos que estão no país vêm produzindo, ainda que de modo parcial, estudos sobre suas experiências em estar fora de seus países de origem, longe de seus familiares, cultura, tradições, línguas. Essas produções revelam uma realidade “pouco conhecida” das relações com o outro; o brasileiro que se pensa

---

<sup>9</sup> No *site* Migrar no Mundo foi publicado um poema cujo título é “Sou Imigrante”, poema esse, do poeta Moisés António, o angolano retrata a experiência de ser imigrante através da poesia. É possível acessar alguns dos poemas do autor através de sua página no Facebook chamada de “Moisés E A Poesia”. Disponível em: <https://migramundo.com/sou-imigrante-poema-de-mois-es-antonio/>.

<sup>10</sup> **Cooperação Brasil – PALOP:** Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), é a designação dada aos países africanos, que possuem a língua portuguesa como oficial. Também conhecidos como África Lusófona, o grupo é composto pelos seis membros originais do continente africano, são eles: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial, que aderiu ao grupo posteriormente e adotou a língua portuguesa como oficial. Muitos são os países que estabelecem acordos com o Brasil, em busca de qualificação ou condições adequadas para o desenvolvimento. Dados disponibilizados no *site* Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores. **Disponível em:** <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Palop>.

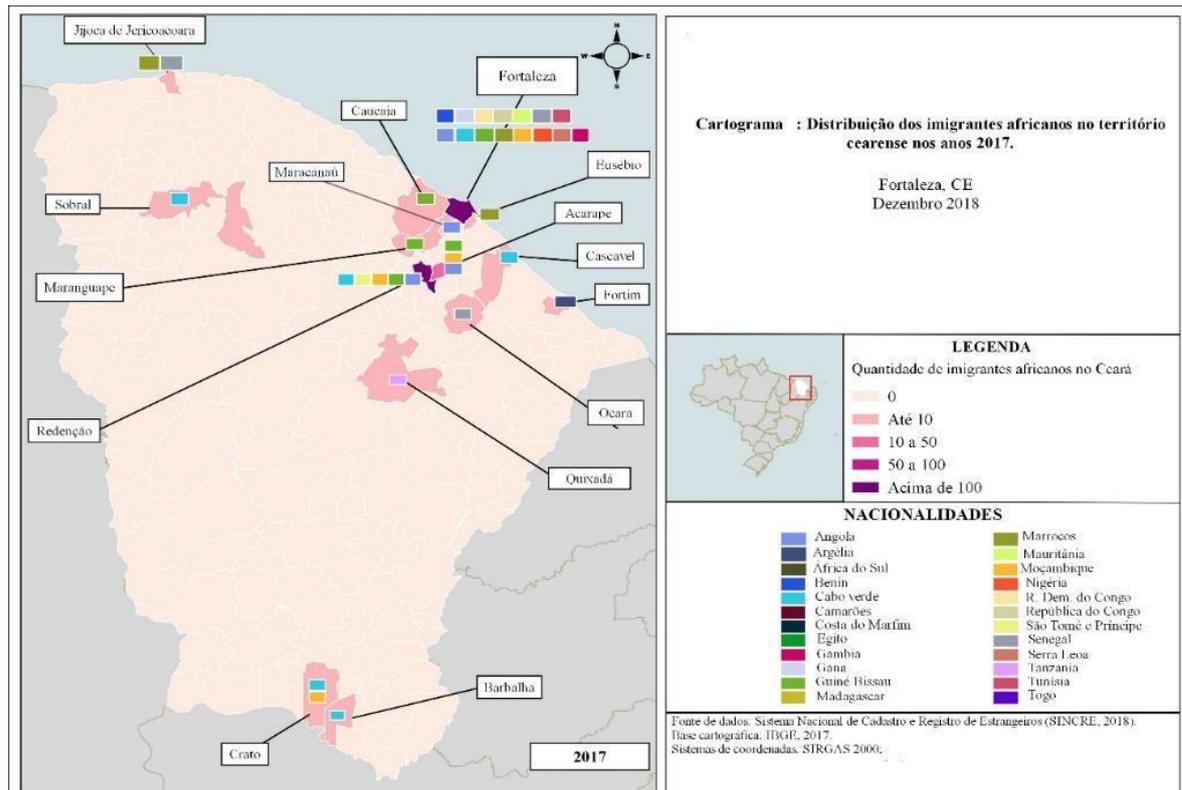
branco e muitas vezes com o pensamento de ser superior, em razão do desconhecimento do que seja a África, de fato, ou em razão do preconceito, discriminação e racismo que se prolifera no tecido social da nação brasileira (GUSMÃO, 2011).

De acordo com Bomtempo e Sena (2021), a migração africana para o Ceará é motivada para fins de estudos, trabalho e investimentos. As autoras, em sua pesquisa, apresentam levantamentos bibliográficos e de dados de uma pesquisa empírica sobre a migração africana para o Brasil e, em especial, para o estado do Ceará, durante as primeiras décadas do século XXI. Além disso, as autoras expõem dados quantitativos da distribuição de imigrantes no território cearense.

Bomtempo e Sena (2021) nos dados quantitativos de imigrantes registrados no Ceará em sua pesquisa destacam os dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros da Polícia Federal (SINCRE) de 2017. O documento organizado pela SINCRE expõe que havia no estado a distribuição de 280 migrantes africanos, alocados em Fortaleza (176), Redenção (139), Acarape (37), Barbalha (8), Crato (7) e Sobral (2). Além dessas cidades, haviam também outras, como Caucaia, Maranguape, Maracanaú, Quixadá e Jijoca de Jericoacoara. Observa-se que a migração africana no Ceará é predominantemente estudantil, porém existem outros perfis mais diversos, como os migrantes em busca da qualificação profissional, migrantes indocumentados, investidores e outros que realizam trabalhos em condições precárias e mal remuneradas no estado (BOMTEMPO; SENA, 2021).

A seguir será apresentado na Figura 1 o Cartograma sobre a distribuição de imigrantes no Ceará no ano de 2017, conforme os dados do SINCRE:

**Figura 1:** Distribuição dos imigrantes africanos no território cearense (2017)



**Fonte:** Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE) por Bomtempo e Sena (2021).

Bomtempo e Sena (2021) relatam sobre algumas entrevistas entre os anos de 2003-2016 com imigrantes africanos. Entre os relatos das pesquisadoras, podemos destacar:

Dos migrantes entrevistados, verificamos que a migração para o Brasil é motivada pela possibilidade da qualificação profissional. Alegam que num primeiro momento, o Brasil não era a primeira opção para busca da qualificação e sim os países europeus, mas que pelo custo de vida na Europa, procuraram alternativas na escala global para realização dos estudos. Assim, a eleição do Brasil se deu pelos seguintes motivos: custo de vida menor em relação aos países europeus, facilidades com a língua portuguesa (já que grande parte dos entrevistados eram originários de países que falam português), incentivos do governo brasileiro (2003-2016) para emissão de visto de permanência para estudantes e concessão de bolsas de estudo na graduação, mestrado e doutorado (para estrangeiros), bem como, ampliação do número de vagas nas universidades públicas do Brasil para estrangeiros provenientes dos países latino americanos e africanos (BOMTEMPO; SENA, 2021, p.15).

A motivação africana, como citado anteriormente, predomina para fins estudantis, e tem sido cada vez mais crescente a vontade de permanecer no Brasil. Por um lado, isso se dá devido às instabilidades econômicas e política de seus países de origem; porém, existe um outro lado, que é a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho, tendo em vista que se trata de um país com grande extensão territorial e que necessita de mão de obra qualificada

para nele adentrar. Esses pontos são alguns dos fatores que esses estudantes observam como estratégias de oportunidade no Brasil (BOMTEMPO; SENA, 2021).

O cotidiano dos/as estudantes africanos/as na diáspora nos faz refletir sobre suas lutas e resistências em busca de direitos humanos, em meio aos desafios e dificuldades enfrentadas por eles/as, impostas pelos próprios cearenses, como: atitudes de preconceito, discriminação racial, inseguranças, dificuldades no acesso aos serviços de saúde pública, dificuldades socioeconômicas, adaptações às mudanças climáticas de uma região para outra, situações de irregularidade com documentação; além disso, passam a ser confrontados/as com as diferenças culturais e mudanças de hábitos alimentares. O direito e acesso aos serviços públicos também passam a ser negligenciados na diáspora no Ceará.

Diante das situações recorrentes enfrentadas pelos estudantes, existe uma nova realidade, que é o atual cenário pandêmico, em que, nos anos de 2020 e 2021, houve um alto índice de casos de covid-19 confirmado no país. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, decretou pandemia causada pelo Sars-CoV-2, um vírus conhecido como coronavírus, causador da covid-19, o que gerou medidas de isolamento social devido à alta taxa de transmissão da doença em diversos continentes. Apesar de a covid-19 ser conhecida como uma ameaça global à humanidade, sua propagação afetou de maneira diferente os grupos sociais, ou seja, os maiores casos de morte pela covid-19 foram registrados entre os pardos e pretos (OMS, 2020).

Na conjuntura atual da pandemia no Brasil, os problemas são expostos no âmbito da saúde pública, que abrangem também os fatores econômicos, políticos e estruturais (OPAS, 2022).

Embora o Brasil seja um país multiétnico, em sua história é demonstrada a existência de uma estrutura racista, na qual o corpo negro é subjugado, discriminado às margens das políticas públicas. Na pandemia, nota-se uma sobreposição de desigualdades sociais e raciais, que são mais acentuadas para a população negra, refletindo em um lugar de invisibilidade e desprivilegio de seus direitos humanitários (SANTOS *et al.*, 2020).

Tratando de pensar algumas alternativas de acolhimento para os estudantes durante a pandemia, a Universidade de Brasília (UnB) publicou uma nota no dia 4 de janeiro de 2021, em solidariedade aos estudantes africanos que nela estudam, na qual foi afirmado que a pandemia da covid-19 mudou os planos de muitos desses discentes, pois precisaram se adaptar às aulas no modelo remoto emergencial, à saudade da sua terra natal, além dos impactos com a sua própria saúde mental (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2021).

Para além da pandemia, os estudantes enfrentam outros problemas no Brasil, como situações de racismo e discriminação, segundo publicação do G1 por Nicolás Paulino, de 20 de novembro de 2018. De acordo com relatos de um entrevistado na reportagem, Narciso Mendes, de 33 anos, guineense que mora no Ceará há quase dez anos, afirma que lá fora a imagem que se tem é de um Brasil de novela, porém, quando se chega ao país, a realidade não é a mesma que a idealizada pelos migrantes africanos. Ele relata uma situação em que estava com um amigo na rua, esperando uma amiga que tinha ido em casa se trocar e, do nada, um sujeito que estava bebendo disse que ia ligar para a polícia, porque tinham dois macacos olhando para a cara dele. Em outras situações, o entrevistado diz ter sido chamado de “urubu”, e que de branco só tinha dente. De janeiro de 2016 a junho de 2018 foram feitas 34 denúncias de discriminação étnico-racial no Ceará, por meio do canal de atendimento Disque 100 ou Disque Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos, sendo que no primeiro semestre de 2018 foram registrados mais três novos casos.

Em uma matéria publicada no Jornal Hoje, por Lauriberto Braga no dia 18 de julho de 2012, sobre trezentos estudantes africanos no Ceará que evitaram deportação, afirma-se que 300 estudantes africanos estavam sendo ameaçados por deportação por estarem em situação de atraso com mensalidades de faculdades particulares onde estudavam em Fortaleza. Por sorte, esses estudantes conseguiram reverter a situação na época, pois ganharam uma ação para evitar a volta à Guiné-Bissau. A decisão foi tomada pela juíza Germana Moraes da 3ª Vara Federal no Ceará, que atendeu a uma ação da procuradora regional de direitos do cidadão, Nilce Cunha Rodrigues. A ação na época tinha caráter cautelar, determinada pela União, por meio do Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional do Ceará, que exigia medidas de proteção aos estudantes, para não serem deportados para o seu país diante da situação vivenciada em relação ao visto estudantil. Os estudantes estavam matriculados nas faculdades Fatene e Evolução, encontravam-se em situação irregular por não terem conseguido fazer a solicitação da prorrogação do visto de estudante, por causa do atraso no pagamento das mensalidades.

Langa (2017), em seu trabalho sobre a situação da saúde dos estudantes africanos residentes no Ceará, analisa o acesso à medicina e os episódios de adoecimentos dos estudantes em Fortaleza. O autor observa que a conjuntura social na metrópole e alguns marcadores sociais, como raça, renda, gênero, origem, além das condições de vida e de moradia dos estudantes, são fatores importantes tanto para a inserção dos estudantes em Fortaleza como para seu estado de saúde. Cabe destacar que a questão da saúde também deve

ser um direito assegurado pelas políticas públicas no Ceará. O autor descreve que esses sujeitos acabam enfrentando dificuldades para acessar os serviços de saúde, como longas filas para atendimento, atendimento precário, falta de materiais, medicamentos, dificuldades no acesso médico cirúrgicos, entre outros.

Em meio às inseguranças enfrentadas pelos estudantes, existe a (in) segurança alimentar e nutricional, que, segundo os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2021), a fome no Brasil, tem cor, gênero e grau de escolaridade. Em algumas condições individuais, a segurança alimentar pode ser negativamente afetada. Em 2020, em 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres, os habitantes/moradores estavam em condições de insegurança alimentar, contra 7,7% quando a pessoa de referência eram homens. Nas residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7% entre pessoas por questões ligadas à cor/raça; já para as pessoas brancas, esse percentual foi de 7,5%. A fome “esteve” e se “fez” presente em 14,7% dos lares em que as pessoas não tinham escolaridade ou apenas o Ensino Fundamental Incompleto. Nos casos em que os moradores tinham Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto, o percentual caiu para 10,7%. Nos lares com Ensino Médio completo, o resultado foi de 4,7% (REDE PERSSAN, 2021).

A alimentação, como exposto pela Rede Perssan (2021), é também uma questão política e social. Como dizia Maria Carolina de Jesus (2020, p. 35), em *Quarto de Despejo Diário de uma favelada*, em uma de suas falas sobre a fome, a autora enfatiza que “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora”. Carolina, em sua obra, faz uma narrativa sobre a situação da fome enfrentada por ela e por muitos brasileiros em condições de vulnerabilidade social.

O estudo de Liberato Filho *et al.* (2017) descreve os processos adaptativos de estudantes africanas em Redenção e Acarape, e revela pelas falas de estudantes entrevistadas na pesquisa a situação alimentar como uma problemática enfrentada pelas estudantes, tais como custos com alimentação, alimentos industrializados, insegurança alimentar, alimentos caros e diferentes, incluindo adaptações aos novos hábitos e cultura alimentar.

Com a crise pandêmica da covid-19, esses estudantes enfrentam desafios ainda maiores, como assistência aos serviços de saúde, custos com alimentação, acesso à internet, moradia, aluguel, água, luz, gás de cozinha, entre outros custos para se manter. O isolamento social, como medida de segurança, causou o fechamento por tempo “temporário e indeterminado” de várias instituições de ensino no Brasil. Com o novo modelo de ensino

remoto e híbrido e com o fechamento das universidades públicas, esses alunos passaram a ficar mais tempo em casa, respeitando as medidas de segurança para evitar a infecção do vírus, mas enfrentaram outros desafios, como o de não ter um espaço para realização de refeições com valor social. Com o fechamento das universidades públicas, muitos Restaurantes Universitários (RUs) também fecharam por tempo indeterminado, tornando, assim, o acesso à alimentação como valor social ausente do dia a dia de muitos estudantes. Além dos/as estudantes que estudam nas universidades públicas, existem também estudantes das instituições particulares que se deparam na pandemia e antes mesmo do cenário pandêmico, com custos de mensalidades, ausência de trabalho com carteira assinada e direitos trabalhistas assegurados, com gastos com alimentos, aluguel entre outros. Por fim, cabe ressaltar que esses sujeitos enfrentam situações semelhantes e que precisam ser dialogadas entre as diferentes disciplinas de conhecimento, nas áreas da saúde, educação, políticas públicas, ciências sociais, psicologia e outras. O estudo sobre a situação da insegurança alimentar de estudantes africanos é ainda uma temática em construção no Ceará, que necessita ser pensada com urgência, pois pesquisas já apontam a alimentação como uma das inseguranças enfrentadas pelos estudantes nessa diáspora.

Em caráter acadêmico, a insegurança alimentar e nutricional necessita de reflexões que realcem a situação do Direito Humano à Alimentação Adequada, pois as desigualdades sociais e raciais, também são outros fatores que podem gerar insegurança alimentar. Em uma publicação do *site* da Nupens – USP, Nascimento (2020) faz uma reflexão sobre (in) segurança alimentar no Brasil e as desigualdades sociais, e afirma que a alimentação adequada e saudável, além de ser um direito humano assegurado pela Constituição Federal e políticas públicas, é também fundamental e inerente à vida humana. Além de ser necessário para a promoção da saúde, prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), é também um direito básico, em que só a condição de ser um ser humano já é necessidade de manter o acesso regular, permanente e socialmente distribuído de forma justa, tendo como base uma prática alimentar que precisa ser adequada aos aspectos biológicos e sociais de cada indivíduo (NASCIMENTO, 2020).

Partindo desses pressupostos, esta pesquisa foi desenvolvida a partir das experiências dos/as estudantes africanos/as e suas condições de acesso à alimentação, da garantia da segurança alimentar, do direito humano à alimentação, dentro de uma perspectiva voltada para as realidades dos/as estudantes da CPLP que estão na diáspora.

As migrações africanas, como um campo de investigação científica, com indagações sobre os movimentos espaciais, de formação e de busca por conhecimento, apresentam inúmeros desafios, como exposto nas falas de um estudante entrevistado por Langa (2020):

Antes de vir morar aqui no Ceará, a minha vida não era difícil não. Eu acho que era fácil porque aqui parece que, aqui eu vivi sem mãe, sem pai, sem ninguém. Lá eu estava com meu pai e não tinha preocupação com essas coisas, com coisas de comer, pagar luz, pagar outras coisas, meu pai pagava e minha mãe e meu irmão pagavam (Xiluva, entrevista, 13/03/2013, Fortaleza apud LANGA, 2020, p. 17).

Esta seção é parte de reflexões sobre as migrações estudantis africanas para o estado do Ceará. O texto é parte de um estudo teórico acerca do processo de migrações de caráter estudantil no âmbito acadêmico/universitário, de um recorte temporal sobre a mobilidade estudantil em tempos atuais para Ceará e cidade de Fortaleza, além de buscar analisar como se dá o acesso ao alimento nas instituições de ensino superior (públicas e privadas) na diáspora.

Nos próximos capítulos serão apresentados com maior aprofundamento levantamentos de dados sobre a questão da contextualização histórica da política de segurança alimentar e nutricional, transformações, mudanças e ações da SAN no território brasileiro, em especial em Fortaleza. É do nosso interesse compreender a problemática sobre o Direito Humano à alimentação Adequada, da situação de (in) segurança alimentar e nutricional no contexto universitário, especificamente voltada para estudantes africanos/as dos países dos PALOPs que estão inseridos nas instituições de ensino superior em Fortaleza. Serão analisados, também, dados da pesquisa de campo sobre a situação da (in) segurança alimentar da população estudantil africana nesta diáspora e na cidade de Fortaleza.

Em “*migrações internacionais: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil*”<sup>11</sup>, Redin, Michola e Almeida (2020) apontam que abordar o papel da academia na luta pela promoção e proteção de direitos humanos de migrantes e refugiados no Brasil requer o reconhecimento da exclusão e violência estruturais a partir de uma negação dos não nacionais como sujeitos de direitos do Estado. O reconhecimento desses pressupostos desperta uma ética pensada na responsabilidade com esses sujeitos negados de

---

<sup>11</sup> MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. **Que lei de migração é essa?** REDIN, Giuliana, MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt; ALMEIDA, Alessandra Jung de. **O papel da academia na proteção e promoção dos direitos humanos de migrantes e refugiados no Brasil: a prática extensionista do migradidh UFSM.** REDIN, Giuliana; BERTOLDO, Jaqueline. **Lei de migração e o “novo” marco legal: entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão.** In: GIULIANA, Redin. **Migrações internacionais: experiência e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil.** Santa Maria, Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

seus direitos. Para as autoras Redin e Bertoldo (2020), o fluxo migratório para o Brasil, sobretudo de imigrantes latinos, caribenhos e africanos, tem sido cada vez mais questionado pelo caráter segregacionista e securitário das legislações brasileiras, colocando em xeque a ideia do Brasil como um país acolhedor. No ano de 2017, o Estatuto do Estrangeiro foi substituído pela Lei da Migração, Lei 13.445/2017<sup>12</sup>, com uma nova proposta de uma abordagem focada nos princípios dos Direitos Humanos, porém, por um outro lado, as regulamentações e aplicações têm percorrido um caminho em contramão, em direção da securitização. Com isso, é reproduzida a racionalidade moderna que condiciona de forma política e juridicamente a figura do imigrante a um lugar de restrições, que nega o direito dos imigrantes e lhe privam por estarem fora de seus vínculos políticos, da sua nacionalidade de origem e cidadania.

Michola (2020) afirma que em 2017 a regulamentação jurídica da questão migratória para o Brasil passou pelas maiores reformulações dos últimos anos; essa regulamentação foi aprovada depois de muitas lutas, tramitações e debates para a construção da Lei N° 13.445, de 24 de maio de 2017, a qual dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e visitante e regula a entrada no país, estabelecendo princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas para o emigrante. A lei apresenta alguns princípios e diretrizes para os emigrantes em terras brasileiras, entre eles estão mencionados no Art.3º que diz que a política migratória brasileira se rege pelos seguintes aspectos: universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos, repúdio e prevenção à xenofobia, racismo e discriminação de modo amplo, não criminalização da migração, promoção de entrada e regularização documental, acolhida humanitária, entre outros princípios e diretrizes que estão assegurados pela Lei.

Em *“Diáspora Africana e migração na era da globalização: experiência, refúgio, estudo, trabalho”*, obra organizada por Malomalo, Fonseca e Badi (2015), em um dos capítulos sobre as migrações africanas na era da globalização, Malomalo e Badi (2015)<sup>13</sup> apresentam discussões sobre as migrações Sul-Sul, abordam as migrações africanas no Brasil e em países sul-americanos. Ao falarem sobre as migrações internacionais os autores expõem que as migrações internacionais na era moderna afetam inúmeras regiões do mundo e todas as

---

<sup>12</sup> Lei N° 13.445, de 24 de maio de 2017. Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estadia no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

<sup>13</sup> MALOMALO, Bas'llele; BADI, Mbuyi Kabunda. O Direito de migrar e o dever de compreender as migrações africanas na era da globalização. In: MALOMALO, Bas'llele; FONSECA, Dagoberto José; BADI, Mbuyi Kabunda. **Diáspora Africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho**. Curitiba, Editora CRV, 2015.

categorias sociais, remodelam as sociedades que estão cada vez mais pluralistas e com um importante papel de socialização. Essas mudanças manifestam-se nas regiões: Sul-Norte, Norte-Sul e Sul-Sul. No que diz respeito ao fenômeno migratório Sul-Norte e de países em desenvolvimento para os Estados Unidos e a Europa, esses tiveram uma extensa literatura, o que ainda não é visto no recente e crescente processo de migração Sul-Sul, que ainda vem sendo pouco analisado, pela ausência de materiais consistentes na literatura, incluindo o Brasil (MALOMALO; BADI, 2017).

Diante da trajetória das migrações africanas para o ensino superior, Blanc *et al.* (2017) afirmam que o processo de imigração acontece quando uma pessoa de outra nacionalidade entra em outro país. Dito desta forma, o que parece é que esse seja um fenômeno simples, porém é complexo e multifacetado, envolve mudanças na sociedade de origem e de destino. Em meio ao conjunto das migrações voluntárias em busca de melhores condições de vida, existe também a migração forçada, dentro ou fora do próprio país. Quando essa mudança é ocasionada dentro do próprio país, é considerado como um deslocamento interno e quando esses sujeitos atravessam a fronteira nacional, por motivos de conflitos no país, por perseguição política, religiosa, guerra etc., esses sujeitos são vistos como refugiados (BLANC, 2017).

Na dissertação de mestrado em Antropologia Social, Dulce Mungoi<sup>14</sup> (2006) relata que na contemporaneidade as causas do fenômeno de imigração estudantil africana são múltiplas, podendo destacar-se, entre essas, a ausência de cursos de ensino superior nos seus países. Parte dos países africanos possui um sistema de educação básica deficiente e defrontam-se com graves problemas sociais, que atingem diretamente o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de seus habitantes. Estas situações, associadas com outras dificuldades econômicas, causam o baixo investimento no ensino superior, implicando na precarização e carência de infraestrutura, baixo quadro de profissionais docentes, causando uma limitação nas condições de ensino além do ensino médio, dificultando para que esse/as estudantes possam cursar o ensino superior em seu país de origem. Nesta conjuntura, a imigração para outros países torna-se uma das alternativas de acesso ao ensino superior.

Desde a década de 1990, as universidades brasileiras têm registrado a presença significativa de estudantes provenientes de diferentes países do continente africano. Para esses

---

<sup>14</sup> MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. “O mito Atlântico” **Relatando experiências singulares de mobilidades dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, Brasil, 2006.

estudantes, a viagem ao Brasil implica passar por experiências cotidianas que afetam nas suas identidades individuais, coletivas e na sua adaptação (MUNGOI, 2006).

Ainda no Livro “*Diáspora Africana e migração na era da globalização: experiência de refúgio, estudo, trabalho*” (2015), em um dos capítulos, Lorena Souza (2015) fala sobre estudantes africanos migrantes e expõe seu pensamento e algumas críticas em relação à política universitária voltada ao desenvolvimento econômico e sobre a migração internacional no âmbito acadêmico. Para a autora, a mobilidade de estudantes entre os países em desenvolvimento é uma realidade cada vez mais visível, e que necessita se pensar e discutir sobre a migração do ponto de vista dos acordos internacionais e das taxativas da importância de qualificação profissional para responder às expectativas, exigências e do resgate das identidades e das subjetividades do sujeito migrante.

Souza (2015) faz uma crítica ao discurso da política universitária que visa voltar para o desenvolvimento econômico nacional e dar resposta às demandas do mercado, vendo a educação como uma mercadoria. Além de buscar compreender como esses estudantes lidam com a sua condição de migrante, estrangeiro e negro, a autora enfatiza a questão racial como um aspecto crucial nas percepções e impressões dos estudantes no seu cotidiano, tanto nos espaços universitários quanto fora deles. Podemos considerar que o racismo que prolifera no tecido social da sociedade brasileira atinge imensamente os estudantes africanos e suas impressões sobre si, das comunidades nas quais estão inseridos e trajetórias de morar, estudar e conviver com uma sociedade omissa e preconceituosa, como a brasileira.

Souza (2015) faz alguns posicionamentos em relação à política universitária e Orletti (2014), por sua vez, afirma que a universidade não pode estar distante da sociedade, onde seus impasses e crises precisam ser entendidos como uma expressão orgânica sobre o que ocorre no movimento real e atual da sociedade. É necessário se pensar vínculos fora do espaço e do mundo acadêmico, para se construir novas ideias e permanecer lutando para preservar a universidade pública, laica e gratuita, cujo acesso seja para todos.

Orletti menciona que:

Na ótica neoliberal, o sentido do público acaba deslizando para uma mera identificação do civil ao mercadológico, ou seja, a sociedade civil não é mais a sociedade de cidadãos, mas a comunidade de produtores e consumidores em relação ao mercado. Toda a vida social passa a ser medida pelo compasso das transações comerciais, não escapando nem a esfera da cultura e muito menos a da educação (ORLETTI, 2014, p. 61).

Além de Souza (2015) e Orletti (2014), Marilena Chauí (2003), em “*A universidade pública sob nova perspectiva*” ressalta que a universidade é uma instituição social e, como tal, remete o seu modo e estrutura de funcionamento na sociedade como um todo. É visto que no interior das instituições universitárias a participação social, atitudes, opiniões e projetos conflitantes manifestam divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna e expressiva, entre a sociedade e a universidade, é o que justifica que desde o seu surgimento a universidade pública sempre foi uma instituição social, ou seja, uma ação social, prática social, com fundamentações no reconhecimento público de sua legitimidade e atribuições, participação perante outras instituições sociais, normas, valores, regras e reconhecimento internos a ela.

Retornando para os/as estudantes, Gusmão (2015) revela a realidade vivenciada por eles no Brasil. A autora afirma que, de Norte ao Sul do país, é possível observar a presença de estudantes de origem africana que chegam ao Brasil para realizar seus estudos, em cursos dos programas de graduação e pós-graduação, nas instituições de ensino superior (públicas e privadas). Os meios de chegada dos estudantes são pelos Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Pós-Graduação (PEC-PG) do governo brasileiro, por intermédio de acordos bilaterais assinados entre o Brasil com os países de origem desses estudantes, com regras específicas nos processos de seleção e ordenamentos para estar em território estrangeiro. Além desses acordos, outros estudantes chegam por meio de convênios dos seus países com empresas multinacionais, instituições religiosas, ajuda de familiares e entre outros meios. Alguns desses estudantes, para se manter financeiramente no Brasil, contam com o recebimento de bolsas de estudos do governo brasileiro, outros com bolsas de estudos dos seus países, com apoio financeiro de seus familiares e de membros da família que estão dentro e fora de seus países.

Assim como citado por Gusmão (2015), o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação PEC-G<sup>15</sup> foi criado oficialmente em 1995 pelo Decreto nº55.613, e é atualmente regido pelo Decreto nº 7.948. O Programa oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural e científico-tecnológico, a

---

<sup>15</sup>BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação-PEC-G. **Link de acesso:** <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), foi criado oficialmente em 1981, o programa oferece bolsa de estudos para estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui relação de cooperação cultural e educacional para a formação nos cursos de pós-graduação strictu sensu que são os cursos de mestrado e doutorado das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. **Link de acesso:** <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/candidatura.php>

oportunidade de realizar a graduação em instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O órgão responsável pela administração do PEC-G e PEC-PG é o Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da divisão de temas educacionais e pelo Ministério da Educação (MEC), com parceria das instituições de ensino superior do Brasil (BRASIL, 2021).

No Ceará, a presença de estudantes do continente africano teve início durante a segunda metade da década de 1990, com os primeiros grupos de estudantes oriundos de Angola. Na época, vinham para o Ceará estudantes nativos de países africanos de língua oficial portuguesa. Nesse período, os estudantes chegavam ao Estado para ingressar na UFC, pelo PEC-G. Ao decorrer dos anos, por volta de 1998, houve o aumento do fluxo da migração estudantil, vindo estudantes de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, e nos anos 2000, estudantes de São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola (LANGA, 2014).

Correia Júnior, Silva e Alencar (2017), assim como Langa (2014), também ressaltam que a imigração estudantil africana para o Ceará surgiu durante a segunda metade da década dos anos 90, obtendo um crescimento expressivo no decorrer dos últimos anos. Os estudantes com contratos já firmados, em seus países de origem, para estudarem em faculdades privadas surgiram um pouco mais tarde, entre os anos de 2001 a 2010, tendo como destaque um maior fluxo de estudantes vindos de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Consoante às informações apresentadas por Langa (2014), no ano de 2000 houve um aumento significativo de estudantes africanos residindo no estado do Ceará, principalmente estudantes bissau-guineenses, em razão da instabilidade política vivenciada no país, cuja maior parte veio estudar em faculdades particulares, com contratos já firmados em seus países de origem.

O crescimento da imigração estudantil africana no Brasil, logo no início do século XXI, foi impulsionada também pelo debate governamental do presidente da república da época, Luiz Inácio Lula da Silva, e sua política de cooperativismo e aproximações com o continente africano. Ao decorrer dos oito anos do mandato do governo Lula, entre os anos de 2003 a 2010, houve uma intensificação de intercâmbio estudantil entre Brasil e países africanos. Nos dois mandatos, o presidente Lula visitou 27 países africanos, enquanto seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, visitou apenas três vezes os países da África. Essa política de cooperação visava alcançar o ensino superior, por meio da criação de mecanismos distintos, tais como bolsas de estudos e convênios, estágios profissionais, com o propósito de viabilizar a vinda de estudantes africanos para estudar no país (LANGA, 2014).

No *site* da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), no ano de 2019, em uma nota sobre estudantes africanos e espaços de

identificação e reprodução da cultura no Ceará, é abordado que os estudantes criam espaços de identificação e reprodução da sua cultura na diáspora no Ceará, levando as línguas dos seus países para os espaços sociais, suas músicas e moda. Essas experiências são importantes para o fortalecimento das suas identidades.

A SPS, na nota citada, apresenta alguns dados da Superintendência Regional da Polícia Federal do Ceará do ano de 2014, como registro da presença de 2.167 africanos com registro de permanência no Ceará; desses, a maioria era oriunda de Angola, Cabo Verde, Congo, Gana, Moçambique, Nigéria, Senegal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Serra Leoa. Os guineenses representavam cerca de 50% deste total no estado.

Em sua tese de doutorado, sobre Diáspora Africana no Ceará durante o século XXI e ressignificações identitárias de estudantes migrantes de África, Ercílio Langa (2016)<sup>16</sup> expõe alguns levantamentos sobre o quantitativo de estudantes africanos no Ceará, a partir de dados da Polícia Federal do Ceará, publicados em uma reportagem do Jornal Tribuna do Ceará, que indicavam a existência de 2.167 africanos residentes no Ceará. Desse total, existiam imigrantes de Angola, Cabo-Verde, Congo, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal e Serra-Leoa. Dentre esses países, Guiné-Bissau era o país com maior número de alunos do continente no Ceará, com aproximadamente 1.116 indivíduos. Segundo Langa, a reportagem citada afirmava que durante os anos de 2010 a 2014 moravam no Ceará cerca de 3.721 estudantes africanos. Na mesma época, a Universidade Federal do Ceará (UFC) contava com 140 estudantes e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) tinha então 550 alunos matriculados na instituição (LANGA, 2016).

Segundo os dados quantitativos de maio de 2020 da Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), o quantitativo geral de estudantes nos cursos de graduação, pós-graduação, presencial e a distância da UNILAB equivalia a 6.121 estudantes. Desses, os cursos de graduação presenciais contavam com 5.004 estudantes de diferentes nacionalidades, e 187 nos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* presencial. Já os cursos a distância contavam com 239 estudantes no curso de Administração Pública, e na pós-graduação *lato sensu* a distância estavam matriculados 69 estudantes, conforme apresentado a seguir:

---

<sup>16</sup> LANGA, Ercílio Neves Brandão. **Diáspora Africana no Ceará no Século XXI**: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

**Quadro 1:** Quantitativo de estudantes da UNILAB por nacionalidade até maio de 2020

Nacionalidade: (Países)	Cursos Presenciais	Número de estudantes
Brasil	Graduação	3.818
Angola	Graduação	377
Cabo Verde	Graduação	45
Guiné-Bissau	Graduação	660
Moçambique	Graduação	45
São Tomé e Príncipe	Graduação	52
Timor Leste	Graduação	07

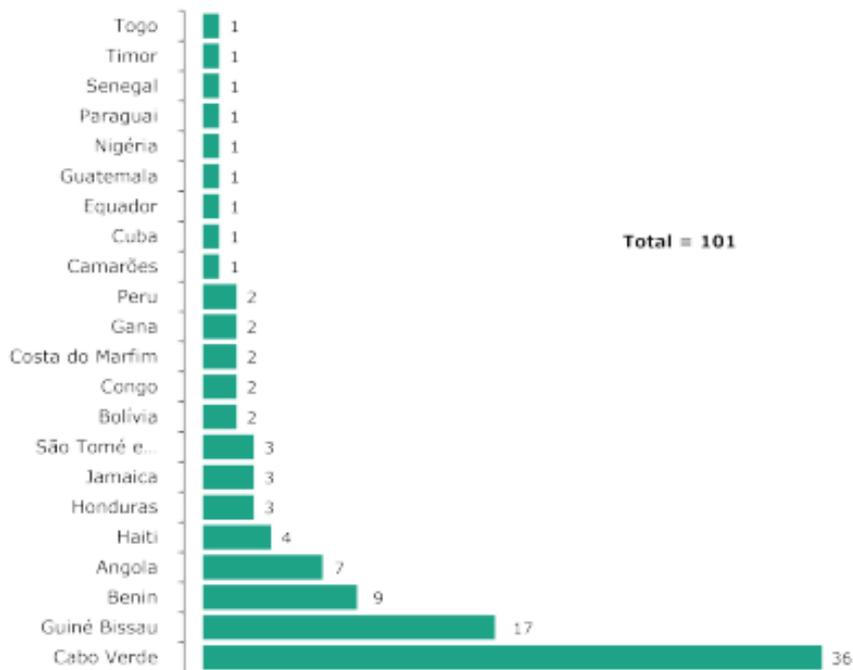
**Fonte própria:** Elaborada pela autora – Dados da Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA).

Os dados do Anuário Estatístico da UFC<sup>17</sup>, de 2021, baseado em fontes da Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER) e elaborado pela divisão de Gestão de informações e Conhecimentos (DGIC), apontam que em 2020 a UFC contava com 101 estudantes internacionais matriculados na instituição mediante Programa PEC-G, como apresentado a seguir:

---

<sup>17</sup> Relatório do Anuário da Estatístico da Universidade Federal do Ceará (UFC) é um documento que apresenta vários dados estatísticos representativos do desempenho da universidade, esses dados são relacionados ao ensino, pesquisa e extensão. O objetivo do documento é contribuir para o esforço da instituição em ampliar a transparência e de assegurar o aperfeiçoamento da gestão da instituição. Na tabela 1. Apresenta um gráfico sobre o quantitativo de estudantes africanos estudando na UFC através da PEC-G durante o ano de 2020. **Disponível em:** <https://www.ufc.br/http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/322-anuario-estatistico>

**Figura 2:** Gráfico sobre estudantes africanos matriculados na UFC pelo Programa PEC-G em 2020



**Fonte:** Anuário Estatístico da UFC 2021

Para Zelma Madeira, responsável pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção de Igualdade Racial (Ceppir), fortalecer os diálogos interculturais entre africanos e cearenses é levar o encontro deles mesmos e da construção social de sua cor, e se trata de um ponto de extrema relevância para os fortalecimentos das identidades. A partir dessa aproximação é que se ressignificam as relações e ganhamos muito nesse momento de trocas mútuas de saberes e culturas. Zelma ressalta que o intercâmbio para educação já vem acontecendo há mais de 40 anos no Ceará, porém, essa representatividade de povos africanos na cidade ainda não tinha sido tão forte como nos últimos anos (SPS, 2020).

De fato, esse processo de trocas culturais e do fortalecimento de novos olhares e ressignificações entre Brasil-África é necessário e precisa ter visibilidade nos espaços escolares, acadêmicos e sociais. O pensamento de Zelma Madeira corrobora algumas ideias colocadas pelos Antropólogo Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes no livro “*O negro no Brasil de hoje*”, que enfatizam que, mesmo o Brasil tendo uma relação histórica com o continente africano desde o período colonial, ainda se sabe muito pouco sobre o que é África pelos brasileiros.

Ao falarem de África como o berço das civilizações, apresenta alguns questionamentos e reflexões sobre as imagens que nós brasileiros possuímos quando nos referimos ao continente africano. Entre essas ideias existem questionamentos do tipo: como são os povos que lá vivem, quais são as condições econômicas das sociedades africanas, as tecnologias desenvolvidas por esses sujeitos, quais as tradições que são mantidas. Esses e outros questionamentos, como apontam os autores, na maioria das vezes ficam vagos de respostas sobre o que é África, para além do imaginário distorcido da sociedade brasileira (MUNANGA; GOMES, 2016).

Munanga e Gomes (2016) afirmam que muito do que conhecemos sobre África chega a nós, na maioria das vezes, pelos meios de comunicação de massa e filmes popularizados no cinema e na televisão brasileira, que trazem imagens distorcidas sobre os povos africanos. Até os dias atuais, as imagens que são veiculadas sobre a África frequentemente reforçam a ideia de um continente ligado somente a atrasos, guerras tribais, fome, miséria, doenças endêmicas, Aids, desastres naturais e afins. Diante das falas de Munanga e Gomes (2016) percebe-se a necessidade do ensino da história e cultura africana e Afro-Brasileira nos currículos escolares no Brasil.

A realidade dessas percepções torna-se ainda mais visível nas falas de uma das entrevistadas na pesquisa de Muller e Silva (2016), conforme colocado adiante:

Eles pensam que nós somos um Estado. Eles não sabem que a África é um continente. Eles pensam que a África é um país só. Então o que eles veem na televisão, que a televisão mostra aquela coisa de pobreza, guerra, pegam isso como se fosse África em geral. Pessoa fala: ‘ah, vocês comiam pedra lá, agora você está...’ Por exemplo, eu fui fazer academia. O pessoal fala. Pessoal fala: ‘olha só como é que está chegou aqui magro, agora tá com...’. Esse tipo que pessoas têm com você. (E, 1, B) (MULLER; SILVA, 2016, p. 65).

Sobre as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura africana e Afro-brasileira no país, Abreu e Mattos<sup>18</sup> (2008) afirmam que essas diretrizes e pareceres foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em (CNE) em março de 2004, e homologados pelo Ministério da Educação (MEC) no mês de junho de 2004. A resolução foi resultante de um trabalho que teve como relatora a conselheira da Câmara de Educação Superior do CNE, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

---

<sup>18</sup> ABREU; Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “**Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**”: uma conversa com historiadores. Repertório Bibliográfico sobre a condição do Negro no Brasil de Hoje – Centro de Documentação e Informação. Edições da Câmara, Brasília, 2018.

As Diretrizes tinham como objetivo atender à Lei Nº 10.639/2003<sup>19</sup>, que visou estabelecer a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas no Brasil. Abreu e Matos (2008) descrevem que no final da década de 1990 as noções sobre a cultura e diversidade cultural, identidades e relações étnico-raciais, começavam a se fazer presente nas normatizações constituídas pelo MEC, no ensino fundamental e médio da época. Os autores também deixam claro que essas mudanças não aconteceram por acaso, mas por uma luta política e social do movimento negro e antirracistas diante do processo político brasileiro e no âmbito educacional.

Melo e Braga (2010) ressaltam que muitos dos avanços nas lutas e conquistas de direitos da população negra e afro-brasileira no Brasil têm sido levadas a cabo graças ao movimento negro, que há décadas vem reivindicando sobre a contribuição negro-africana nos aspectos histórico, social, cultural e econômico na sociedade brasileira. Essas contribuições de repensar a relação da população africana na história, formação da sociedade brasileira e de fortalecer o papel de África na relação Brasil, vem sendo realizado pelas contribuições de grupos de resistência negra, pesquisadores, movimento negro, organizações não governamentais, organismos internacionais, entre outros.

Entretanto, nesta seção foram apresentados dados relacionados à chegada dos estudantes internacionais no Ceará, alguns recortes temporais sobre os primeiros grupos de estudantes africanos que vieram para a diáspora, os meios de chegada dos estudantes no estado, levantamentos sobre o quantitativo de estudantes africanos em duas das instituições de ensino superior no Ceará e algumas percepções sobre o imaginário do que é África pelos brasileiros.

---

<sup>19</sup> BRASIL, Presidência da República. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

### 3. MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL AFRICANA NA TERRA DO “OUTRO”: LUTA PELO DIREITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

#### Ilusão da Migração<sup>20</sup>

Bem vinda/o imigrante, vida nova!  
 Promessas e engano! Racismo nos persegue!  
 Fome e desemprego nos destroem!  
 Lágrimas secaram!

(Naentrem Sanca)

Iniciamos esta seção com esse texto poético e crítico sobre “Ilusão da Imigração” de Naentrem Sanca, do Coletivo de Mulheres Africanas (CMA). A autora retrata em sua produção medos, sonhos, afetos e resistência, em migrar para alcançar sonhos e buscar por conhecimento, tornando o conhecimento para além das fronteiras, e, ao mesmo tempo tão presente em todas as memórias afetivas de África.

Ribeiro (2016)<sup>21</sup>, em seu trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar – UNIAFRO/UNILAB, com o título “Trajetórias e permanência dos africanos/estudantes guineenses na ‘terra da luz’ em Fortaleza- Ceará”, faz uma análise sobre a trajetória e permanência de estudantes de Guiné-Bissau em Fortaleza, e busca investigar as diversas situações vivenciadas pelos estudantes, desde conflitos no cotidiano, relações raciais, inseguranças, entre outras vivências dos estudantes na capital do Ceará.

A autora descreve:

Os africanos presentes em Fortaleza, hoje, vieram ao Brasil por diversos motivos: procura da proteção do Estado brasileira, trabalho, refúgio, estudo nas universidades brasileiras, alguns no quadro de cooperação Brasil/África. Segundo a Divisão de

---

<sup>20</sup> Ilusão da migração de Naentrem Sanca. A autora é Bacharel em Humanidades pela UNILAB e integrante do Coletivo das Mulheres Africanas (CMA). Trechos do livro: MALOMALO, Bas'ilele; MARTINS, Elcimar Simão; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra (Orgs.) **África, migrações e suas diásporas: reflexões sobre a crise internacional, cooperação e resistências desde o Sul**. - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. p. 149.

<sup>21</sup> RIBEIRO, Renata Maria Franco. **Trajetórias e permanência dos africanos/estudantes guineenses na ‘terra da luz’ em Fortaleza- Ceará** – Curso de Especialização em Políticas Públicas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar – UNIAFRO, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016, p. 24-25-43.

Temas Educacionais (DCE), órgão federal do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, MRE, a ideia da criação de um Programa de Governo para amparar estudantes de outros países adveio do incremento do número de estrangeiros no Brasil, já nos princípios de 1960, bem como das consequências que este fluxo trouxe para a regulamentação interna dos status desses estudantes no Brasil (RIBEIRO, 2016, p. 24-25)

Segundo Ribeiro (2016), muitos estudantes de Guiné-Bissau resolveram escolher o Brasil e o Ceará como um destino de moradia, mesmo que de modo “temporário”, com o objetivo de estudar fora do país e de vivenciar um intercâmbio cultural e educacional. Essas ideias surgem por meio das colaborações do Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau (CCBGB), que vem colaborando na divulgação da formação de iniciativas para a educação em vários países do continente africano.

Em relação ao ensino nas instituições privadas, a autora afirma que a Faculdade Terra Nordeste (FATENE) e a Faculdade Evolução, apresentam “promessas” de grandes oportunidades para esses alunos irem morar no exterior; porém, as falsas garantias não se materializam e a falta de acolhimento acadêmico torna-se um fator gerador de inseguranças, pois os custos com mensalidade e demais despesas passam a fazer parte da rotina dos estudantes, incluindo a insegurança alimentar e nutricional.

Esses impasses no cotidiano dos estudantes são vistos também em um estudo de Correia Júnior, Silva e Alencar (2017) sobre os movimentos sociais e culturais da cultura africana no Ceará, apresentando alguns estudos de casos com estudantes da Guiné-Bissau. Assim como Ribeiro (2016), os autores também ressaltam alguns comportamentos da instituição, que quando divulgam os seus cursos superiores em vários países africanos apresentam “promessas” como casa, moradia, preços e cursos com menores preços das mensalidades.

Ao passar dos dias, os alunos começam a se deparar com propagandas falsas e enganosas. O resultado disso se reflete no cotidiano dos estudantes, pois acabam tendo que atrasar pagamentos de mensalidades, o que faz com que passem a ter dificuldade em obter a declaração de matrícula para renovar o visto na Polícia Federal (PF), resultando em alguns casos na perda do visto de estudos e o direito de exercer qualquer atividade remunerada no Brasil. Como consequência, esses estudantes correm o risco de serem deportados a qualquer momento. Correia Júnior, Silva e Alencar (2017) afirmam que na tentativa de encontrar uma saída, os próprios estudantes passam a organizar movimentos sociais em busca de defesa dos seus direitos, e foi assim que nasceu o primeiro movimento estudantil de africanos no estado

do Ceará, conhecido como a Associação dos Estudantes Africanos no Ceará (AEAC). (CORREIA JÚNIOR; SILVA; ALENCAR, 2017).

Perante o exposto por Correia Júnior, Silva e Alencar (2017), um dos alunos entrevistados, de 30 anos, apresenta o relato de uma situação que vivenciou em um supermercado, conforme, adiante:

Eu fui acusado do roubo no supermercado bem conhecido de Fortaleza, por uma funcionária e segurança do próprio supermercado, de que havia produto na minha sacola que não foi pago no caixa, e começaram a me chamar de ladrão, vagabundo, fui humilhado e ao tirar comprovante das compras que tinha no bolso simplesmente eles se esconderam. O gerente queria me subornar com dinheiro, mas eu não aceitei, levei o caso para proteção ao consumidor e defensoria pública, mas até hoje ninguém é capaz de resolver esse problema. Infelizmente assim que é o racismo no Brasil (20 de março de 2015) (CORREIA JÚNIOR; SILVA; ALENCAR, 2017, p. 62.).

A situação vivenciada pelo estudante ao ir ao supermercado para comprar alimentos é uma realidade cada vez mais “comum”. Infelizmente no cenário brasileiro e no estado do Ceará situações como essas de racismo e discriminação ficam omissas aos órgãos de defesa. Como dito por Abdias Nascimento<sup>22</sup> (2016, p. 97.) “As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país”.

Ainda consoante informações apresentadas por Correia Júnior, Silva e Alencar (2017), os movimentos de apoio aos estudantes iniciaram-se pelo Movimento Pastoral Africano, Pastoral do Migrante, do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito, Procuradoria Federal Dr. Nilce Cunha, Igreja Nossa Senhora das Dores. Esses espaços se tornaram um espaço de apoio aos estudantes na luta por justiça e de seus direitos. Langa (2016) exhibe um relatório do Movimento da Pastoral de Estudantes Africanos, que fala da inserção e permanência dos alunos em duas das faculdades particulares de Fortaleza:

Em 2009, a juventude guineense deparou-se com mais uma possibilidade de realizar o sonho de cursar uma faculdade, neste caso, fora do país: a propaganda de duas faculdades brasileiras – Fatene e Evolução. “As facilidades oferecidas pelas duas foram fatores decisivos para convencer nossas famílias a fazerem todos os esforços para garantirem a realização desse sonho, mesmo que isso significasse uma mudança de país e do conseqüente distanciamento de suas/seus filhas/os. O importante era buscar assegurar a nossa qualificação profissional, contribuindo assim, para uma maior e melhor inserção no mundo do trabalho e a melhoria das nossas condições de vida. Na condição de estrangeiros nos deparamos com um novo e desafiante cenário: viver em outro país, neste caso no Brasil, mais precisamente na cidade de Fortaleza. Na nova vida longe de nossas famílias, tivemos que administrar despesas e outras questões referentes à viagem: passagem, hospedagem, adaptação, alimentação,

---

<sup>22</sup> NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processos de um Racismo Mascarado**. 3.ed. São Paulo: Perspectivas, 2016, p.97.

passaporte, visto, material didático... Esse cenário, até então desconhecido, de ameaças e desafios tiveram um peso menor diante do ‘belo e fácil sonho vendido’ pelas faculdades responsáveis, além da promessa de nos apoiar”. (MPEA, 2011, p. 2). (LANGA, 2016, p. 178).

Em uma notícia publicada no *site* da Assembleia Legislativa (AL) do Estado do Ceará em 2015, sobre os estudantes imigrantes africanos que estudam cursos de ensino superior no estado, os alunos pediram melhores condições para suas permanências no estado durante uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da AL. Os principais pontos levantados pelos estudantes foram a dificuldade de trabalhar e de regularizar a situação migratória junto à Polícia Federal no Estado. Participou da audiência Gino Pereira, da Associação dos Estudantes Africanos do Ceará, que afirmou que a chegada dos estudantes se intensificou em 2008, devido aos convênios entre o Brasil e os países africanos. No ano de 2015, segundo os relatos de Gino, eram cerca de dois mil estudantes africanos no Ceará. Participou também da audiência Benvinda Ié, do Movimento Pastoral Africano, segundo a qual, o visto concedido aos estudantes no ano de 2015 não permitia a prática de atividades remuneradas, conforme a Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, antigo Estatuto do Estrangeiro, que atualmente foi substituído pela Lei da Migração, Lei 13.445/2017. Benvinda Ié ressalta que sem trabalhar os estudantes não conseguem pagar as mensalidades da faculdade, entram em dívidas e as faculdades não aceitaram dar declaração para que eles pudessem regularizar a situação com a Polícia Federal (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2015).

Torna-se evidente que as dificuldades expostas pelos representantes dos movimentos de estudantes no Ceará, na publicação da Assembleia Legislativa do Ceará de 2015, que os direitos não assegurados aos estudantes também são fatores geradores de dificuldades com gastos de pagamento não só das mensalidades em faculdades particulares, mas com aluguéis, taxas de energias, água, gás de cozinha, despesas com alimentação, cuidados com higiene, saúde, educação, lazer, entre outros. Ribeiro e Teixeira (2017), em um estudo sobre as trajetórias e permanência de estudantes de Guiné-Bissau em Fortaleza, afirmam que os africanos/as que estão presentes no município de Fortaleza nos dias atuais vieram ao Brasil por inúmeros motivos, como a busca da proteção do Estado, trabalho, refúgio, estudos nas instituições de ensino superior (públicas e privadas), alguns vieram por intermédio de uma política de cooperação Brasil/África.

Assim como Teixeira e Ribeiro (2017), Langa (2014) também diz que os estudantes africanos saem dos seus países de origem em busca de estratégias acadêmicas. Esses estudantes têm em vista algumas expectativas acadêmicas em relação ao Brasil, pela

impressão de que o país tem um maior nível de desenvolvimento tecnológico e de incentivo à produção acadêmica, motivados pela facilidade na inserção da língua oficial do país ser o português e cultura em comum. Pode-se destacar também que a relação Brasil-África se dá pelo fato de África ser o continente mais próximo do Brasil, pelas semelhanças humanas e naturais e pelas fortes interações entre ambos ao longo da história.

A seguir apresentamos a fala de um dos entrevistados da pesquisa de Ribeiro (2016), que traz algumas reflexões similares com as que Langa (2014) e Teixeira e Ribeiro (2017) também abordam em seus trabalhos, como exposto adiante:

No ambiente escolar onde os estudantes têm o primeiro contato com grupos de universitários no Brasil, é lá que começam a perceber e enfrentar alguns obstáculos como a negação da tua cultural africana, e a tua presença parece que tudo incomoda a língua, vestimenta, é assustador, nós não estamos acostumados a viver isso, a condição de africano fora da África. Você acaba se integrando mais com os teus conterrâneos, com o passar do tempo você começa a se adaptar. Principalmente tu como africano-estudante, se o teu professor faz perguntas com frequência e você está preparado, é mais um motivo para se dedicar a corresponder às expectativas (Entrevista 12, estudante) (RIBEIRO, 2016, p. 43).

Diante das falas de um dos entrevistados por Ribeiro (2016) é possível refletir sobre o processo de adaptação, trocas culturais e distanciamento dos brasileiros com os estudantes africanos. Com base nos relatos da entrevista de um dos estudantes é possível perceber, de acordo com Melo e Braga (2010), que ao longo da História do Brasil e na Educação Brasileira, pouco se fala da participação africana na formação do povo brasileiro, da inclusão do negro no processo educacional, da exclusão sofrida da classe trabalhadora nos espaços acadêmicos, do preconceito racial na educação do país, da invisibilidade nos meios midiáticos, nos livros didáticos e paradidáticos nas escolas, ou seja, na formação educacional do povo Brasileiro. O reflexo disso são as situações vivenciadas pelos estudantes africanos/as na diáspora e no país.

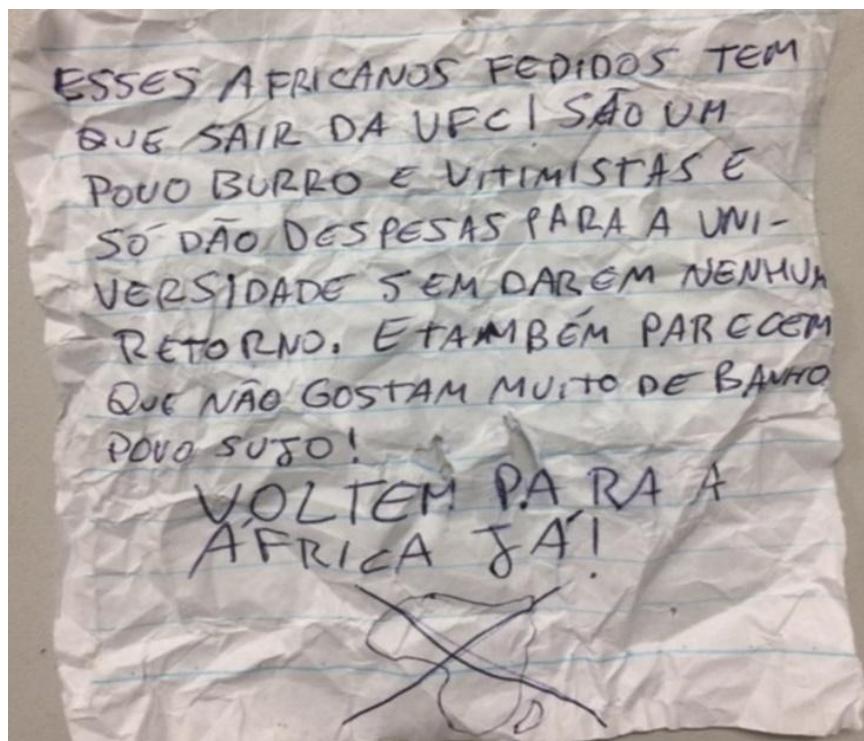
O racismo também é um dos problemas enfrentados pelos estudantes no cotidiano e nas instituições. Mesmo diante dessa situação, Ribeiro e Teixeira (2016) afirmam que o interesse em estudar se torna maior do que os atos de racismo. Para Almeida (2019), o racismo é uma imoralidade e um crime, que exige dos que praticam que sejam devidamente responsabilizados pelos seus atos, como destacado pelo autor:

O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados, disso estamos convictos. Porém, não podemos deixar de apontar o fato de que a concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de

história e de reflexão sobre seus efeitos concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente – “racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos negros” etc. – e uma obsessão pela legalidade. No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem” (ALMEIDA, 2019, p. 25.)

Em uma notícia publicada no site do G1 Ceará, em 21 de maio de 2018, fala sobre um bilhete encontrado na UFC, contendo uma mensagem com teor racista e xenofóbica. A UFC em resposta ao ato destacou a importância de manter uma política inclusiva e ressaltou que a presença de estudantes estrangeiros, das mais diversas origens, é resultado de uma política voltada para abrir portas e lançar aproximações em um mundo globalizado.

**Figura 3:** Bilhete racista encontrado em mural da UFC por aluno de mestrado da universidade – Publicado em 18 de maio de 2018 pelo Jornal o Povo<sup>23</sup>



**Fonte do autor:** Matheus Facundo – Repórter do Jornal o Povo (2018)

Malomalo (2017), num trabalho sobre a mobilização política de imigrantes africanos/as em busca das conquistas dos seus direitos no estado do Ceará, expõe dados de seu estudo de referencial teórico e metodológico baseado em fontes interdisciplinares. Como

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/05/esses-africanos-fedidos-devem-sair-dessa-universidade-diz-bilhete-r.html>

ativista, o autor desenvolve um pensamento crítico acerca do processo de mobilização política de estudantes do continente africano na luta de seus direitos nessa diáspora. Neste trabalho, Malomalo enfatiza os problemas enfrentados pelos estudantes no estado do Ceará, entre os anos de 2012-2015, e as formas individuais e coletivas que os imigrantes buscam para agir e resistir diante das várias formas de violências, racismo, preconceitos, inseguranças, xenofobia, entre outros, no estado.

Malomalo (2017) retrata, também, alguns estudos de casos de estudantes, entre esses, o de um docente no Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde um docente brasileiro humilhou verbalmente três estudantes africanos - uma guineense e um moçambicano -, durante a apresentação de um trabalho de seminário na instituição em 2015. O autor narra que um dos jovens se viu exposto pelo professor, pois este afirmou de forma pejorativa que o estudante falava baixo por ter fome e por vir de um país pobre, e ainda afirmou que se não fosse a bolsa do estudante, o discente morreria de fome.

O segundo caso que Malomalo (2017) explana em sua pesquisa é também um outro relato que necessita ser exposto nesta pesquisa, pois revela o que ainda é encoberto pela academia. Malomalo (2017) afirma que o estudo de caso agrega um conjunto de acontecimentos que ocorreram na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, no município de Redenção, Ceará. O autor diz que o conjunto de acontecimentos faz-se importante para pensar a relação de interseccionalidades entre raça, classe, segurança e migrações nas cidades de Redenção e Acarape, por morarem muitos estudantes do continente africano, devido à proximidade com a UNILAB, que está instalada nas proximidades entre as duas cidades, o que vem gerando o aumento dos preços de aluguéis, principalmente para estudantes, por se acreditar que os estudantes internacionais são ricos pelo fato de serem estrangeiros e receberem bolsas de estudo e auxílios estudantis. A verdade é que pelo fato de a UNILAB ser uma universidade de cooperação internacional, os estudantes recebem auxílios (moradia e alimentação), no valor de 530 reais mensais. Malomalo (2017) enfatiza também que os estudantes timorenses recebem um valor a mais, pois se trata de uma bolsa de estudos paga pelo governo de Timor Leste.

A partir desses dois estudos de casos e de outros que Malomalo (2017) expõe em sua pesquisa, podemos refletir o quanto os estudantes africanos são discriminados em nosso país, mesmo nas instituições de ensino, na comunidade em que estão inseridos, enfim, no estado do Ceará e no Brasil, não lhes têm tido empatia, respeito e acolhimento. É notável que há pouco

acolhimento, diálogos, empatia e reconhecimento do quanto são enriquecedoras a aproximação e inclusão dos povos africanos na nossa sociedade, o diálogo e aproximação entre culturas e saberes, e o reconhecimento de que somos um país miscigenado e que os negros e índios representam, sim, nossa ancestralidade e têm muito a dizer sobre quem somos e de onde viemos. Em relação ao segundo relato do estudo de caso, nota-se que a comunidade local não tem reconhecido a importância dos estudantes no comércio local, nos saberes acadêmicos e vivências que esses estudantes trazem para a comunidade local.

O racismo no Brasil é uma problemática branca; apesar dos inúmeros casos de racismo no país, a maioria das pessoas não admite ser racista, como aponta Ribeiro (2019) e, ao contrário disso, muitas pessoas utilizam discursos discriminatórios, como modo de se recusar a hipótese de ter um comportamento racista, utilizando discursos como colocado por ela “como eu seria racista, se eu empreguei uma pessoa negra? “Racista, eu, que nunca xinguei uma pessoa negra?” (RIBEIRO, 2019, p. 37).

Ribeiro (2019) ainda afirma que a partir do momento que o racismo é compreendido como uma estrutura da sociedade essas respostas se tornam vazias. O Racismo enquanto estrutura social precisa ser visto como um problema que precisa urgentemente ser pensado pela sociedade brasileira. É preciso perceber esse como algo presente na sociedade e que passam despercebidos em momentos da ausência de pessoas negras em espaços de trabalho, universidade, cinema, entre tantos outros espaços de poder e dominação. O silêncio é cúmplice da violência no país, onde muitas pessoas brancas vivem suas vidas, sem refletir sobre sua cor e sobre as condições de privilégio branco. Como afirma a autora, o combate ao racismo ainda é um processo lento e doloroso.

A universidade eurocêntrica forma pessoas brancas e são elas que dominam na maioria das vezes em grande proporção os espaços de domínios públicos. É necessário e urgente a universidade ser pensada nas pessoas pretas, nas lutas tardias dos direitos a cotas raciais, na participação de mulheres negras ocupando os lugares de ensino e formação, ou qualquer outro de direito humano de cada sujeito. Precisamos assumir o racismo enquanto uma estrutura social que violenta e marginaliza corpos negros diariamente.

Langa (2017), no trabalho citado anteriormente, faz algumas observações sistemáticas dos estudantes em diferentes contextos do dia a dia, incluindo observações de campo em momentos de interação com os estudantes, residências, espaços de lazer, bares, festas, espaço de futebol, nas interações com os profissionais de serviços públicos e privados. O autor realizou entrevistas abertas, com 26 estudantes africanos de nacionalidades diferentes e de

ambos os sexos, entre eles: angolanos, bissau-guineenses, congoleses, nigerianos, são-tomenses e togolezes. Além das conversas informais com os estudantes, fez registros por meio de diário de campo sobre os momentos de interação com os sujeitos da pesquisa. Entre as falas dos entrevistados na pesquisa de Langa, merece destaque uma:

Na Guiné-Bissau, eu estudei até a 11ª classe, eu nunca trabalhei lá. Atualmente estudo, aqui no Ceará, eu faço Relações Internacionais no Oboé. Aqui no Brasil trabalho por conta própria, vendendo minhas coisas, vendo bolsa, calcinha, sapatos, essas coisas. Eu compro em São Paulo e venho vender aqui. Eu vim estudar aqui no Ceará. Assim, levaram a informação do curso lá na Guiné-Bissau, aí eu participei, passei e fiz a minha documentação e vim para cá. Estudante Bissau-guineense cursando faculdade particular. Entrevista gravada em 13/03/2014] (LANGA, 2017, p. 242).

Langa (2017) também fala sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e afirma que para além do desejo de estudar como principal razão para migrarem, o trabalho também passa a ser uma dimensão importante na vida desses estudantes. Por essa razão, muitas das vezes esses jovens ao chegarem ao Brasil se inserem no mercado de trabalho. Sendo que para o autor, a maioria das estudantes africanas cursa a graduação em faculdades privadas, tendo uma minoria nas universidades públicas federais e estaduais. Em consequência disso, parte das estudantes procuram os cursos de enfermagem e administração, por acreditarem que conseguem empregos na metade do curso; com a renda conseguida do trabalho, recebem apoio financeiro de seus familiares em África, dos seus companheiros, do trabalho, assegurando, assim, a garantia de condições de sobrevivência na diáspora (LANGA, 2017).

Peixoto, Nascimento e Barboza (2015) discutem sobre as condições de formação e trabalho de estudantes da Guiné-Bissau em Fortaleza, Ceará durante o ano de 2015. Os autores afirmam que o convênio de cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil existe desde 1964, e foi desenvolvido na expectativa de melhorar as relações comerciais e políticas, e desenvolver alguns ajustes após muitos anos de escravidão dos povos da África. Entre 1964 e 2002, a maioria dos alunos que vinha estudar estava inserida nas instituições de ensino públicas federais. A partir de 2008 essa realidade mudou, pois muitas faculdades particulares começaram a fazer divulgação dos seus serviços nos países africanos de língua oficial portuguesa, construindo uma ideia de diversas possibilidades de os jovens virem cursar o ensino superior no Brasil. Os autores citados apontam que a Universidade Federal do Ceará (UFC) foi a primeira a receber os estudantes imigrantes africanos, o que se tornou, a princípio, um estranhamento, tanto no espaço acadêmico quanto para a população local, causado pelo estigma preconceituoso da população sobre a diferença de cor da pele, devido ao

preconceito, racismo, e associando a imagem do negro à criminalidade. Cabe destacar que os negros, muitas vezes, sofrem com as distorções sobre sua imagem, confundidos muitas vezes como bandidos, sendo sempre os primeiros acusados de suspeitos para crimes de toda a natureza.

Peixoto, Nascimento e Barboza (2015) descrevem que os estudantes de Guiné-Bissau, foram vítimas de propagandas enganosas por parte das instituições de ensino privadas, expostas pelos autores: “Seja Universitário no Brasil”. As faculdades anunciavam um baixo custo de vida e prometiam estágio remunerado aos estudantes, que, na prática, mostrou-se não existir (PEIXOTO; NASCIMENTO; BARBOZA, 2015, p.3). Diante do estudo dos autores é possível refletir sobre diversas situações enfrentadas pelos estudantes no seu cotidiano. Nesse estudo, Peixoto, Nascimento e Barbosa (2015) fazem uma análise baseada em recursos interdisciplinares, tais como fontes de jornais, dados da Polícia Federal, material de propaganda e estudos de oralidade, que descrevem cinco relatos de estudantes mediante entrevistas realizadas com eles. As falas dos discentes, por meio de seus relatos, são essenciais para esta pesquisa, por meio dos quais é possível observar desafios, tais como: ingressar nas instituições de ensino superior em Fortaleza, chegada ao aeroporto de Fortaleza, dificuldades com instruções sobre moradias prometidas pelas faculdades em propagandas, adaptações, mercado de trabalho informal, valores de mensalidades não correspondendo ao valor divulgado em Guiné-Bissau, regulamentação de documentação, mensalidades cobradas além do que estava prometido nas propagandas, chegando a pagar duas mensalidades em um único mês, entre outras negligências sofridas por eles. Entre as falas dos entrevistados pelos autores, destaca-se:

A terceira entrevista se deu com Fernando, que mora em um apartamento no centro de Fortaleza, o irmão acabou indo estudar relações internacionais na França, ele divide com mais dois estudantes guineenses, conta que no começo estranhou a comida, achava estranho à farinha, misturar o feijão com o arroz e transformar no famoso “baião de dois” tudo muito novo para ele nessa nova cultura, já o irmão adaptou-se rápido, adorava comer fora de casa, ele aos poucos foi se acostumando, a correria do dia-a-dia o fez fazer cada vez mais refeições fora, hoje se encontra adaptado, mas às vezes cozinha em casa para matar a saudade ou vai ao encontro com os amigos em bares e pontos de encontro na cidade (PEIXOTO; NASCIMENTO; BARBOSA, 2015, p. 6).

A partir dos relatos sobre as problemáticas existentes na diáspora no Ceará, nas falas de Peixoto, Nascimento e Barboza (2015) é compreendido que as mudanças de hábitos alimentares também são um dos problemas enfrentados pelos estudantes, em meio às demais situações de inseguranças vivenciadas por eles em Fortaleza e em outras cidades do interior

do estado. Observa-se que nas pesquisas aqui apresentadas pouco se discutiu sobre a questão da alimentação e da insegurança alimentar e nutricional no meio da população estudantil africana em Fortaleza. Porém, os autores apresentam vários elementos que precisam ser estudados na busca de melhores condições de vida dos estudantes no Brasil, no estado do Ceará, e nas mais diversas regiões que os estudantes habitam. Pelo fato de a insegurança alimentar ser uma das que esses estudantes enfrentam no dia a dia, merece uma atenção especial e precisa ser discutida, já que a alimentação é um direito humano que precisa ser garantido a todos os sujeitos em sociedade.

Os relatos da pesquisa de Liberato Filho *et al.* (2019) apresentam contribuições muito significativas, já que nas entrevistas essas estudantes em suas falas apresentam diversas situações que se interligam e compõem a proposta deste estudo, que busca dialogar com pesquisas que apresentam também relatos de entrevistas com estudantes africanos/as. Aqui serão apresentados alguns trechos da pesquisa de Liberato Filho *et al.* (2019), incluindo o recorte temporal feito pelos autores para desenvolver a pesquisa. Segundo eles, o trabalho foi desenvolvido entre os meses de julho a outubro de 2017, utilizando-se de duas técnicas: o formulário, com objetivo de coletar dados sociodemográficos e sanitários, e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa foi realizada na UNILAB do Ceará.

As estudantes que participaram da pesquisa tinham a faixa etária de 22 a 32 anos. A renda mensal delas, conforme Liberato Filho *et al.* (2019, p.243), “variava de R\$500,00 a R \$1.020,00, e a familiar de R\$500,00 a R \$1.300,00”. É preciso destacar que essas estudantes também coabitavam com seu companheiro, filho(s) e amigos/as, e outras com filho (s) e amigas. Liberato Filho *et al.* (2019) buscaram, neste trabalho, abordar nas entrevistas as seguintes informações: tempo de permanência das participantes no Brasil e especificamente no Ceará, motivada pela migração, processo adaptativo no Brasil. Entre os relatos de vivências, trajetórias, resistência e protagonismo dessas estudantes na diáspora no Ceará, destacam-se:

[...] o clima é muito quente e seco, a alimentação é muito industrializada, se você quer comer bem terá que gastar muito. Devido a cultura ou a falta de cultura melhor e mais evoluída e aberta, a população local é muito fechada com todos nós, são abusivos, nos cobrando aluguéis caros onde a estrutura é muito ruim. Além de algumas vezes nos olharem e nos tratarem como indiferença [...] (I A1) (LIBERATO FILHO *et al.*, 2019. p 244).

Em relação aos hábitos alimentares, dos alimentos industrializados, Perez *et al.* (2015) afirmam que o ambiente universitário é um espaço que necessita de atenções especiais, pois

muitos dos hábitos alimentares de estudantes se mantêm na vida adulta, ou seja, muitos hábitos alimentares podem representar muitas significações para a prática alimentar saudável e sustentável. Além disso, para muitos estudantes ingressar na universidade representa um encontro de muitas responsabilidades, como, por exemplo, o estudante passa a se responsabilizar por moradia, alimentação, gestão de gastos financeiros, gerenciamento de tempo e lazer.

Perez *et al.* (2015) nos fazem refletir, pois partem também da experiência de estudantes imigrantes africanos/as, como exposto no relato de uma das estudantes na pesquisa de Liberato Filho *et al.* (2019). A estudante relata sobre as condições para o acesso à alimentação saudável. Perez *et al.* (2015) destacam que o experimento de novas realidades de estudantes universitários pode resultar em omissão de refeições e consumo de lanches, muitas vezes ocasionando a inadequação nutricional da alimentação consumida por eles. Os autores sublinham que ainda vêm sendo muito escassos os estudos com estudantes universitários sobre segurança alimentar e nutricional, e algumas das poucas pesquisas existentes apresentam um padrão alimentar inadequado dessa população (PEREZ *et al.*, 2015). Ressalta-se que os estudos sobre estudantes universitários têm sido muito escassos, o que nos faz pensar também sobre esses estudos direcionados para os estudantes africanos/as fora de seus países de origem, que precisam se adaptar aos novos hábitos alimentares e uma nova cultura alimentar, incluindo também suas condições socioeconômicas e de saúde que são negligenciadas.

A Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) define que os direitos humanos são: “[...] universais, indivisíveis, inalienáveis, interdependentes e inter-relacionados em sua realização”. Dessa forma, um direito não pode ser realizado sem a existência dos demais” (ABRANDH, 2013, p. 27). Cabe destacar que entre esses direitos estão o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que é indispensável para a sobrevivência humana e considerado como um direito de todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito à alimentação, em condições de consumo saudável, em quantidade e qualidade adequadas e que correspondam às tradições culturais, que garantam dignidade nas dimensões física, mental, individual e coletiva (LEÃO, 2013).

Cabe ressaltar que os relatos de várias pesquisas sobre os estudantes africanos/as, aqui apresentados, apontam a questão da insegurança alimentar como uma das sofridas por esses estudantes. Apesar de muitas pesquisas não salientarem a questão do acesso à alimentação como tema principal, os autores abordam a situação da alimentação como um dos elementos

de suas pesquisas, seja por meio de relatos de estudantes ou como fatores geradores de insegurança dos direitos humanos e públicos dos estudantes.

É importante também frisar que conforme a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006<sup>24</sup>, a segurança alimentar e nutricional, consiste na garantia do direitos de todos ao acesso regular e permanente a alimentos, na quantidade, sem que haja o comprometimento ao acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases as práticas alimentares promotoras de saúde, que visem ao respeito à diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural e economicamente e socialmente sustentáveis (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

Langa (2018), em uma pesquisa de observação etnográfica, com conversas informais e entrevistas abertas entre os anos de 2010 a 2017, sobre as experiências de imigrantes africanas no município de Fortaleza, Ceará, debate sobre vivências, raça, gênero, sexualidade e pertencimento, entre outros temas. A outra pesquisa de Langa (2020) expõe relatos de falas e vivências de três mulheres africanas que moravam na cidade de Fortaleza; entre essas mulheres, uma tinha nacionalidade cabo-verdiana e bissau-guineense. O autor afirma que apesar das dificuldades enfrentadas por essas mulheres, elas demonstram seus interesses por oportunidades nas áreas da educação e trabalho, buscando informações sobre elas e se candidatando às vagas de empregos existentes. Nessa diáspora no Ceará, para além das relações de desigualdade econômica, de garantia de acesso à educação, de discriminação sexual e de gênero, as mulheres africanas sofrem particularmente com o racismo em locais públicos, em instituições de ensino e nos espaços de trabalho, visto ainda como uma não forma de opressão, mascarada pela sociedade cearense.

Silva (2020), ao discutir sobre a presença de estudantes africanos em uma das universidades federais do Estado, ou seja, na UNILAB, afirma que a presença desses/as representa, no espaço acadêmico, momentos de possibilidades, trocas e aproximações dos/as brasileiros/as e africanos/as com diferentes culturas e costumes, seja pelo sotaque, vestuário, dança, música, um momento único de troca de conhecimento e saberes. Cada país representa para essa troca uma oportunidade única e singular, momentos de interagir e conhecer a relação África/Brasil, mesmo estes estando longe de seus países, possibilitam aos brasileiros

---

<sup>24</sup> Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – LEI nº jul./dez. 2018 que dispõe sobre a definição de conceito de segurança alimentar e nutricional e diretrizes do direito humano à alimentação no Brasil. Link de acesso: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

essa troca de saberes, com estes brasileiros que integram o mesmo espaço acadêmico que esses estudantes internacionais africanos/as.

Ainda conforme Sousa (2020), esses estudantes buscam também recriar seus traços simbólicos pertencentes aos seus países de origem, além de conviver diariamente com os costumes diferenciados, tendo que se adaptar nas cidades por meio das relações interpessoais. Os estudantes, na Universidade, organizam e participam de encontros relacionais aos seus países e ao continente africano, como festas, atividades sociais, culturais com o propósito de divulgar a imagem de seu continente, que ainda é visto na maioria das vezes como um lugar estranho e exótico.

Essa percepção distorcida por parte dos estudantes brasileiros dentro da academia torna ainda mais evidente o quanto é necessária a participação e inclusão dos/as estudantes no Brasil e no estado do Ceará. Esses sujeitos contribuem em diversos contextos, como no processo de aproximações e reconhecimento e pertencimento entre raças, na construção do que é África, rompendo com o olhar eurocêntrico dos colonizadores no país, na cultura, economia, mercado de trabalho e comércio local nas cidades onde se inserem. Essas reflexões partiram das obras aqui apresentadas pelos autores que contribuíram para este estudo.

Esses e outros relatos das falas das/os estudantes demonstram o quanto é necessário se pensar no outro, reconhecer seus percursos estudantis, suas contribuições para a academia, comunidade e comércio local, para a cultura e conhecimento sobre África e suas contribuições para o estado do Ceará, incluindo também o reconhecimento da mulher negra na sociedade brasileira, viabilizando suas expressivas contribuições e participação na luta e defesa pela igualdade social e racial, de gênero, e entre homens e mulheres no Brasil e no mundo.

Mello e Gomes (2015), em uma pesquisa sobre relações entre gênero, raça e etnicidade no contexto da diáspora africana em uma universidade do Ceará, apresentam algumas reflexões sobre mulheres africanas, acadêmicas e mães e suas experiências no percurso acadêmico. Nos relatos sobre a pesquisa, as autoras apresentam dados importantes, tais como:

Os filhos representam alegria para os pais e mães e sentimos que mesmo com tantas dificuldades, em nenhum momento se sentem arrependidos pela existência das crianças. Passar dias e noites em claro e não ter tempo nem mesmo para fazer as refeições, escovar os dentes, pentear o cabelo não lhes arrefece os ânimos; ao contrário se sentem muito felizes e realizados por ter mais um ou uma integrante na família para dividir os carinhos. (MELLO; GOMES, 2015, p. 173)

Mello e Gomes (2015) destacam ainda o respeito e participação da comunidade, não só dos conterrâneos, mas também dos/as brasileiros/as, em situações que requerem solidariedade, generosidade e celebração. Enfatizam que a partir de suas observações durante a pesquisa, observaram que o envolvimento ativo de toda comunidade acadêmica, nas vidas das mães no processo de educação e ajuda no cotidiano, é um elemento de apoio nesse processo. As crianças são acolhidas e queridas pela comunidade e esse comportamento, demonstra solidariedade e participação na formação humana dessas crianças, pois são vistas como benção para os pais e para comunidade.

Nesta seção, as discussões foram baseadas em estudantes que retratam as situações de inseguranças, violência, racismo e ausência de direitos humanos, na maioria das vezes negligenciados pelo estado brasileiro. O texto não apresenta muitos elementos sobre compreensões sobre (in) segurança alimentar e nutricional dos estudantes em Fortaleza, mas aponta relatos de estudos de casos que abordam a questão da alimentação como um dos fatores relacionados às diversas problemáticas existentes no processo de inserção nas instituições de ensino superior (públicas e privadas) em Fortaleza e no Ceará.

Observou-se que a dimensão sobre a migração de estudantes para Fortaleza precisa ser aprofundada na literatura, e é necessário se pensar a dinâmica migratória para o Ceará e Brasil dentro de uma perspectiva inclusiva, de direitos humanos assegurados, de políticas públicas e ações afirmativas desenvolvidas para a garantia dos direitos humanos dos estudantes no Ceará. Infelizmente, os estudantes internacionais ainda sofrem com a ausência de direitos assegurados. A situação da insegurança alimentar e nutricional, no espaço acadêmico, ainda tem poucas dimensões, principalmente em relação aos/às estudantes africanos/as que estão no Ceará e em Fortaleza. Trata-se de um tema que tem tido maior limitação de acesso de informações sobre. Assim, a realização da pesquisa de campo e dados coletados foram importantes para a construção de uma nova linha de pesquisa sobre a insegurança alimentar e nutricional e migrações estudantis africanas.

## 4. UMA INCURSÃO PELA HISTÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

### 4.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO, POLÍTICAS E AÇÕES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

[...] O problema alimentar não constitui assunto de simples referência de sobremesa, mas estudo muito mais sério e complicado, com raízes mergulhadas profundamente no campo da sociologia e da filosofia, com influências projetadas longe, nos quadros mais variados de manifestações de vida. (1937:a17) (MAGALHÃES, 1997, p.33)<sup>25</sup>

Esta seção tem por objetivo traçar uma linha do tempo pela história da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, desde sua concepção inicial aos dias atuais, buscando pontuar momentos de acontecimentos sociais e políticos que, de forma direta ou indireta nortearam a construção de seu conceito de SAN e política no país.

Segundo Silva (2014), técnico de planejamento e pesquisa, da diretoria de estudos e políticas sociais, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),<sup>26</sup> em um texto sobre a trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda pública nacional, a questão da fome como uma preocupação global, passou a ser enfrentada com maior destaque pelas nações no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com maior destaque no território europeu, em que muitos países tiveram suas economias afetadas pelos combates no período da Guerra. Após anos, a situação se intensificou, somaram-se a conflitos para além das fronteiras europeias, e com impactos no sistema econômico mundial (SILVA, 2014).

A utilização do termo segurança alimentar foi mencionada durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e passou a ser utilizado na Europa. Nesse período, o conceito tinha uma estreita ligação com o conceito de segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir por conta própria sua alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010).

<sup>25</sup> MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re) leitura de Josué de Castro** (online). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997

<sup>26</sup> SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação**. Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2014. O autor discute sobre a fome e segurança alimentar no cenário internacional. Link de acesso: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD\\_1953.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf)

Burity, Franceschini e Valente (2010) afirmam, assim como Silva (2014), algumas considerações sobre esse movimento a partir do período pós-guerra; para eles, é a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que esse conceito de segurança alimentar ganhou força, e em especial, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1945. Em meio às recém-criadas organizações intergovernamentais já era possível observar a tensão política entre os organismos que compreendia que a segurança alimentar seria garantida por mecanismos de mercado (Instituições de Bretton Woods, tais como: o Fundo Monetário Internacional -FMI, Banco Mundial, entre outros organismos). Essa questão era um reflexo da disputa política entre os principais blocos em busca da hegemonia política (ABRANDH, 2016).

Após o período da Segunda Guerra Mundial, o tema segurança alimentar foi tratado de forma hegemônica, como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos, partindo dessa compreensão foram lançadas algumas iniciativas de promoção e assistência alimentar, que tinham como objetivo os excedentes da produção dos países ricos. O entendimento que existia sobre a insegurança alimentar, decorria do imaginário que se tinha sobre a alimentação está relacionada à capacidade de cada país produzir de forma insuficiente seus alimentos, tornando a insegurança alimentar mais evidente principalmente nos países pobres (LEÃO, 2013).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a rápida recuperação das economias europeia e japonesa, uma circunstância de outros conflitos foram desencadeados, com maior proporção nos continentes asiáticos e africano, em que nações lutavam pela libertação do domínio colonial em seus continentes. Esses conflitos causados pelo domínio colonial trouxeram sérios danos à garantia de direitos humanos e grandes impactos no aumento da fome nesses países, além de implicar no desenvolvimento econômico e na soberania de práticas produtivas de alimentos dos países desses continentes (SILVA, 2014).

Em busca de alcançar uma alta produção de alimentos em mapa global, foi lançada uma experiência chamada de (Revolução Verde), a experiência tinha como fundamento o uso de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização. Todas essas alternativas possuíam fortemente uma dependência de insumos químicos. Um dos primeiros países a passar por essa experiência foi a Índia, com um aumento da produção de alimentos, porém não tiveram nenhum impacto real sobre a redução da fome no país e no mundo (LEÃO, 2013).

Desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), notou-se que o aumento da produção de alimentos no planeta cresceu, muito mais além do aumento da população mundial. A alta produção de alimento resultante da Revolução Verde não foi acompanhada pelo índice da fome como se pretendia, a fome é resultado de vários problemas globais, desde a falta de acesso à terra para o plantio, ou pela insuficiência de renda para comprar alimentos, é resultado de um contexto social e não somente da produção de alimentos (LEÃO, 2013).

Nesse cenário pós-Guerra, os Estados Unidos, líder do bloco capitalista, atentou-se para a necessidade de fortalecer sua área de influência em todos os continentes, a fim de frear a expansão do domínio comunista liderado pela União Soviética. Nesse conflito de posições de poder, a fome e pobreza, deveriam ser discutidas e combatidas por meio de cooperações internacionais, para evitar que se configurem quadros de insegurança e instabilidade social e política em países que abordassem processos revolucionários no combate à fome e pobreza. Consequentemente, o combate à fome em uma escala internacional passou a ser uma estratégia importante para um jogo de disputas pelo controle geopolítico mundial (SILVA, 2014).

Os resultados desses interesses políticos fizeram surgir ao longo dos anos diversas organizações multilaterais e acordos internacionais que debatiam temas como comércio internacional, desenvolvimento de práticas da agricultura, ajuda humanitária, entre outros. A dimensão desses debates auxiliou a reconhecer a problemática existente da fome como algo de grande complexidade e com múltiplas causas (SILVA, 2014).

A Conferência de Alimentos de Hot Springs, nos Estados Unidos, no ano de 1943, mostrou esse novo envolvimento internacional em torno da questão da fome. Essa foi também a primeira conferência convocada pelas Nações Unidas em busca de debater estratégias para o mundo após o fim da guerra. Ainda que a proposta apresentada para garantir mecanismo de cotas e ajuda alimentar, com propósito para que cada país pudesse manter sua produção alimentar de forma soberana, não tenha sido aprovado na conferência, houve, por outro lado, um desdobramento institucional muito importante na época que foi definido, sendo esse, a criação da Organização da Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – Food and Agriculture Organization (FAO), vindo a ocorrer em 16 de outubro de 1945, com participação ativa do Brasil desde o período de sua criação. Desde então, a FAO passou a ser a principal iniciativa de articulação de âmbito internacional para elaboração, planejamento e estratégias para o combate à fome em nível global (SILVA, 2014).

Em 1974 foi realizado em Roma a I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, evento que surgiu com os desafios globais da luta contra a fome, cuja solução permanece cada vez mais pertinente e difícil. A I Conferência ocorreu em cenário mundial em que os estoques de alimentos estavam cada vez mais escassos, com quebras de safras de alimentos em países de referência para o setor de produção de alimentos. O evento tinha como argumento a necessidade da modernização do setor agrícola, principalmente em países em desenvolvimento, com o capitalismo marcado pelas inovações da indústria química, e com a Revolução Verde (SILVA, 2014). Esse movimento da Revolução Verde como citado por Silva (2014) e por Leão (2013) não apresentou uma solução para o problema da fome, mas intensificou a produção de setores do agronegócio, insumos químicos, atingindo parcela da população mundial. Ressalta-se que logo mais tarde foram observados os impactos da Revolução Verde, apontando consequências ambientais, econômicas e sociais, destacando também a redução da biodiversidade, contaminação do solo e o crescimento de alimentos com agrotóxicos.

No Brasil, a temática de assistência alimentar às populações em vulnerabilidade social foi incorporada ao campo das políticas públicas governamentais do país, somente no final dos anos de 1930, tendo como parte estratégias de poder do “Estado Novo” do governo do então presidente Getúlio Vargas. Nesse mesmo período, Josué de Castro já denunciava a crise alimentar nacional, em especial no Nordeste brasileiro (SILVA, 2014).

O tema da fome no Brasil tem como referência a obra de Josué de Castro (1908-1973); o médico, escritor, cientista e político foi um defensor dos direitos à alimentação para as populações brasileiras, destacando a realidade da fome no cenário do Nordeste do país. No livro *Josué de Castro: vida e obra*<sup>27</sup>, Fernandes e Gonçalves (2007) relatam que a obra de Castro é um marco brasileiro no processo de compreensão sobre a fome. Em 1946, a obra *Geografia da fome* foi uma das suas principais referências sobre o assunto. O autor apresentava um método geográfico distante dos discursos políticos oficiais, em um período de expansão da industrialização no país em que havia poucos trabalhos sobre a fome. A repercussão da obra de Josué de Castro tornou o autor como um dos nomes mais importantes para representar o Brasil em organismos internacionais ligados aos temas da alimentação. Em 1948, Castro ingressa na FAO como membro do Conselho Consultivo; um pouco mais tarde é

---

<sup>27</sup>FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Josué de Castro: vida e obra**. 2 ed. São Paulo, Ed. Expresso Popular, 2007.

eleito presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo este exercido por ele em dois mandatos consecutivos, entre 1952 e 1956.

Costa e Pasqual (2006) afirmam que Josué de Castro, em 1957, fundou a Associação Mundial da Luta contra Fome (ASCOFAM), a primeira entidade criada para fim de abrangência internacional. Em abril de 1964 foi cassado pelo regime militar, morreu em 1973 em Paris, deixando um legado ao campo de estudos sobre a fome no Brasil. Suas obras “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome” foram traduzidas para mais de 20 idiomas, deixando evidente a expansão de suas contribuições sobre questões políticas, sociais, econômicas e geográficas relacionadas à fome.

Assim, como Fernandes e Gonçalves (2007) e Costa e Pasqual (2006), Macedo *et al.* (2009) também relatam sobre a importância do legado de Josué de Castro no Brasil. Os autores afirmam que em 1938 foram apresentados os primeiros inquéritos alimentares, coordenados pelo trabalho do autor, a partir dos trabalhos desenvolvidos por ele, e das conclusões desses estudos foi que se criou o Serviço Central de Alimentação (SCA) pelo decreto lei nº 1.469, de 1º de agosto de 1939.

Após um ano de criação do SCA, logo no ano seguinte, em 1940, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), ligado ao Ministério do Trabalho, em substituição ao Serviço da Central de Alimentação. Apesar disso, o sistema entrou em crise a partir da destituição do então Presidente da República da época, Getúlio Vargas, em 1945, até ser extinta no período de 1962 (SILVA, 2014).

A Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL) foi criada em 1962, por meio da Lei nº 6 de 26 de setembro de 1962<sup>28</sup>, tendo por fim participar diretamente da execução dos planos e programas de abastecimento, em que previa a comercialização dos gêneros alimentícios para suprir áreas não suficientemente atendidas por empresas privadas em regime competitivo (BRASIL, 1962). Além da COBAL, a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEN) e a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) formariam o Sistema Nacional de Abastecimento (SILVA, 2014).

Costa e Pasqual (2006) afirmam que até a década de 60 as ações de cunho governamentais e das entidades filantrópicas na área de alimentos e nutrição no país se restringiam às ações emergenciais de doação e distribuição de alimentos. O Instituto Nacional

---

<sup>28</sup> BRASIL, **Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962**. Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Ldl/Ldl06.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Ldl/Ldl06.htm)

de Alimentação e Nutrição (INAN) foi criado em 1976, vinculado ao Ministério da Saúde. A construção do INAN ocorreu em meio a um movimento internacional, coordenado pelo Banco Mundial, da criação de institutos voltados para o planejamento alimentar e nutricional ao nível nacional. Entre as competências do INAN estavam “(i) assistir o governo nacional na implementação da política nacional de alimentação: (ii) elaborar e propor um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)” (COSTA; PASQUAL, 2006, p. 98).

Na década de 80, o INAN realizou duas iniciativas importantes para a alimentação e nutrição no país: a 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, produto da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde. A 1ª Conferência reuniu mais de 200 representantes técnicos do governo e de movimentos sociais atuantes na área, em um momento de conquista onde a alimentação passa a não ser vista apenas como um benefício humano, mas além disso passa a ser encarada como um direito humano. Foi também proposta a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e a retomada da proposta do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (COSTA; PASQUAL, 2006).

Na década seguinte, em 1990, no início do governo Collor, o tema da Segurança Alimentar enfrentou um retrocesso na atuação do Governo Federal. Os programas de alimentação e nutrição, até então construídos, foram quase todos desestruturados e extintos. Em abril de 1993 foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que obteve atuação no processo de descentralização da merenda escolar; ampliou as divulgações do programa de alimentação do trabalhador; implementou um programa de combate à fome e desnutrição infantil; distribuição de alimentos dos estoques públicos as famílias carentes, apoiou o programa de assentamento de trabalhadores rurais, apoio na geração de renda e na mobilização de ações voltadas às crianças e adolescentes (COSTA; PASQUAL, 2006).

As autoras Costa e Pasqual (2006) entre os anos de 1993 a 1994, relatam sobre a curta duração do CONSEA e descrevem que o Conselho colaborou significativamente no desenvolvimento de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo a questão da fome na agenda dos debates políticos nacionais, mobilizando a sociedade civil em volta do tema e fortalecendo a participação social no processo de formação e controle das políticas públicas.

No mês de junho de 1994, o CONSEA realizou a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, evento esse realizado com uma ampla mobilização e participação da sociedade. Havia dois mil delegados escolhidos em conferências municipais e

estaduais, o encontro, proporcionou no país a construção de um documento contendo as seguintes informações:

[...] (i) Ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; (ii) Assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; (iii) Assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilo de vida saudáveis. (COSTA, PASQUAL, 2006, p. 101).

Cabe destacar que a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional organizada pelo CONSEA, tornou-se um marco na ampliação do conceito de SAN no país.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a temática da SAN deixou de ser vista como um dos objetivos estratégicos de desenvolvimento social para o Brasil. A criação do Programa Comunidade Solidária, presidido pela então primeira-dama da República, Ruth Cardoso, levou o CONSEA a ser extinto; assim, o combate à fome adquiriu na época uma nova institucionalidade (COSTA, PASQUAL, 2006).

O Programa Comunidade Solidária foi instituído pelo governo brasileiro, pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, como proposta de enfrentamento da fome e da miséria. O Programa esteve vinculado à Casa Civil da Presidência da República. O Programa tinha como objetivo ser o segmento do aparelho do Estado, que tinha como responsabilidade a promoção de políticas sociais referidas, as ações de estratégias eficientes para o combate à fome e a pobreza para a redução das desigualdades regionais e sociais (PERES, 2005).

No ano de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente da República, e o seu mandato ficou marcado por uma gestão que tinha como objetivo prioritário a Segurança Alimentar e Nutricional e o combate à fome. O presidente lançou em 2003, ainda no início do seu mandato, o Programa Fome Zero, sendo esse uma estratégia do Governo Federal. O Fome Zero é composto por conjuntos de ações e estratégias, dos ministérios, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Educação, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário, Trabalho, Integração Nacional, Fazenda e Planejamento (MACEDO *et al.*, 2009).

Dutra e Carvalho (2013) afirmam que o Programa tinha como enfoque quatro eixos de atuação, sendo eles: ampliação do acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda; articulação, mobilização e controle social. Entre os programas desenvolvidos pelo presidente para compor o Fome Zero podem ser destacados: o Bolsa

Família, criado pela junção de programas já existentes, como o Bolsa alimentação, o Bolsa Escola, o Vale Gás e o Cartão Alimentação, como apresentado no quadro a seguir:

**Quadro 2:** Programas de Alimentação do Governo Lula que integravam o Programa Fome Zero

Programa	Ação
<b>Bolsa Família</b>	Programa de transferência de renda destinado a famílias em situação de pobreza, com renda familiar de até R\$ 120,00 por pessoa.
<b>Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)</b>	Programa que oferece pelo menos uma refeição ao dia, visando atender parte das necessidades nutricionais de estudantes do ensino fundamental e do ensino médio, durante a permanência na escola.
<b>Hortas comunitárias</b>	São desenvolvidas em locais reconhecidos pela comunidade, onde há concentração de famílias e pessoas com baixo poder aquisitivo e carência alimentar, visando a incentivar e apoiar a implantação de pequenas unidades de produção de refeições saudáveis.
<b>Alimentação e nutrição dos povos indígenas</b>	Ação que realiza o cadastramento dos povos indígenas, garantindo a sua participação nos programas do governo.
<b>Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)</b>	Tem o objetivo de melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores.
<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar</b>	Valoriza e divulga a agricultura familiar para o desenvolvimento social e econômico sustentável no meio rural.
<b>Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar</b>	Incentiva a produção de alimentos pela agricultura familiar, permitindo a compra, a formação de estoques e a distribuição de alimentos para pessoas necessitadas. Os produtos também são distribuídos na alimentação escolar de crianças, em hospitais e entidades beneficentes.

**Fonte:** Dutra e Carvalho (2013, p. 64).

Segundo Macedo *et al.* (2009), em 23 de janeiro de 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que tinha como missão promover a inclusão social, a segurança alimentar e nutricional, e proporcionar assistência integral e renda mínima às pessoas que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social. O MDS tinha como função coordenar, supervisionar e avaliar os programas governamentais de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família, aprovar orçamentos gerais, como o Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Transporte (SEST) e do Serviço Social do Comércio (SESC).

Já em março de 2004, surge a IIª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda (PE), entre os dias 17 a 20 de março de 2004. O evento constituiu um marco da mobilização nacional pela luta da erradicação da fome e a promoção do direito à segurança alimentar e nutricional, movimento que surgiu só após a Iª Conferência Nacional, em 1994. Enquanto proposta de políticas públicas, na IIª Conferência foram abordados temas com participação de diferentes setores e atuação, que reafirmaram as ações e políticas públicas para promover a segurança alimentar e nutricional. Entre elas, foram citadas na IIª Conferência: garantir a promoção do direito humano à alimentação saudável, colocando a SAN como objetivo estratégico e permanente associado também ao direito de soberania alimentar; assegurar o acesso permanente e universal à alimentação em qualidade, por meio da garantia de trabalho e renda e ações educativas; pensar as ações de forma transversal e por planos articulados intersetorialmente com a participação popular; reconhecer e respeitar a equidade de gênero e étnica, a diversidade e valorização das culturas alimentares; fortalecer a agricultura familiar baseada na agroecologia, conectadas com o uso sustentável dos recursos naturais e com proteção (II CNSAN, 2004).

O CONSEA passou a ser instituído durante o governo Lula, o presidente considerando a questão da fome em sua pauta política e ampliar o debate setorial sobre essa problemática e convoca a IIª Conferência de SAN, que deliberou a criação da Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

A LOSAN, como citada em outros momentos nesta pesquisa, estabelece resultados de lutas e mobilização entre sociedade, Estado e parlamento.

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada (LOSAN, 2006).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)<sup>29</sup>, de acordo com Leão (2013), é um conceito que está em constantes mudanças. Os fatores alimentares e nutricionais estão relacionados a diferentes interesses e diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, sendo essa uma das razões pela qual a concepção de SAN ser um tema debatido por diversos segmentos da sociedade no Brasil e em outros países pelo mundo. Além do mais,

---

<sup>29</sup>Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional ABRANDH, 2010. **Link de acesso:** [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/DHAA\\_SAN.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf)

o conceito evolui mediante os avanços da História da humanidade e se modifica a partir da organização social e das relações de poder em sociedade.

A segurança alimentar está relacionada a diversas dimensões da vida pessoal de cada sujeito, comunidade, grupo social e em diferentes países. A SAN pode ser analisada em termos globais; suas principais manifestações são a fome e a desnutrição, porém, a obesidade também vem se tornando um problema de insegurança alimentar e nutricional (MALUF; REIS, 2013).

O conceito mais utilizado no país para definir a SAN consiste no afirmado pela LOSAN (2006), que afirma a SAN como o direito de todos ao acesso regular e permanente à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais para a vida, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural e econômica e socialmente sustentáveis. A SAN possui elementos conceituais que são importantes para compreender suas duas dimensões, tanto a que se refere à alimentar quanto à nutricional.

A dimensão alimentar está diretamente relacionada à produção e disponibilidade de alimentos, que devem ser: suficientes e adequadas para atender às demandas da população em quantidade e qualidade; sustentáveis do ponto de vista agroecológico, econômico e cultural; e equitativas para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas, a fim de manter e recuperar a saúde nas etapas das vidas nos diferentes grupos populacionais, entre outros.

No entanto a dimensão nutricional refere-se às relações entre o ser humano e o alimento, implicando na disponibilidade de alimentos considerados saudáveis para a alimentação, com preparo dos alimentos em que sejam preservados seu valor nutricional e sanitário, consumo alimentar adequado para o curso de vida de cada indivíduos, condições de promoção da saúde, do acesso de aos serviços de saúde, prevenção do controle de determinantes que interferem na saúde nutricional, fatores psicossociais, econômicos culturais, ambientais, entre outras dimensões importante para o consumo alimentar.

Destaca-se que a atual conjuntura política apresenta forte rompimento nas trajetórias institucionais de direito à saúde e à alimentação. A crise econômica e política, a partir de 2014, culminou no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016; a austeridade fiscal assumiu uma nova centralidade na agenda governamental; no que diz respeito à SAN, passou por uma redução de verbas da ordem de 68% entre os anos de 2014 e 2016. Com o novo regime fiscal instituído no governo de Michel Temer todas as políticas públicas passaram a ser

negligenciadas e comprometendo também metas de desenvolvimentos firmados pelo governo do país (MATTOS, 2021).

Segundo Mattos (2021), logo no início do governo do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, o CONSEA foi extinto, num momento de um retrato social de fome e insegurança alimentar em grande parte dos domicílios brasileiros, atingiu patamares alarmantes já vivenciados no país em décadas anteriores. Continuando, o autor afirma:

Defender o direito de todos à saúde e à alimentação, em tal conjuntura de desmonte e de ameaças às trajetórias institucionais do SISAN e do SUS, implica, por um lado, sustentar que uma nova política de alimentação só fará sentido no contexto de uma política de SAN abrangente, construída em uma perspectiva intersetorial, interdisciplinar e com ampla participação da sociedade civil. Por outro, não descuidar da atenção nutricional no âmbito do SUS como um de seus temas centrais, garantindo assim o princípio constitucional da integralidade no SUS, significa, fundamentalmente, resistir aos retrocessos em curso (MATTOS, 2021, p. 3).

É necessário acrescentar que mudanças políticas na saúde, como a fragilização dos princípios do SUS, intensificaram-se no governo Bolsonaro. Com a pandemia de covid-19, o presidente mostrou-se negligente com a saúde pública da população brasileira, desrespeitando as medidas de segurança definidas pelo Ministério da Saúde e tomando medidas tardias para prevenir a população do país do vírus da covid-19.

#### 4.2 UMA ANÁLISE SOBRE OS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS E A ALIMENTAÇÃO NAS UNIVERSIDADES EM FORTALEZA E NO MACIÇO DE BATURITÉ

Os restaurantes universitários são espaços de interações, de assistência alimentar estudantil e fazem parte de um sistema das universidades. Segundo informações do *site* da Universidade Federal do Ceará<sup>30</sup>, o Restaurante Universitário dessa instituição é coordenado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, é uma unidade direcionada para oferecer refeições para os estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos da UFC, além disso, constitui um espaço de convivências e integração da comunidade universitária.

O funcionamento do RU abrange uma parcela de estudantes que buscam esses espaços para economizar gastos com o consumo alimentar. Atualmente, o RU da instituição fornece cerca de 15.000 refeições por dia, sendo distribuídas nos Refeitórios de Fortaleza nas

---

<sup>30</sup> Universidade Federal do Ceará. **Conheça o Restaurante Universitário**. Fortaleza, Ceará, 2022. Disponível em: <https://www.ufc.br/restaurante>.

unidades do Campus do Pici I e II, Campus do Benfica, Porangabuçu e Labomar, além das UFC das cidades de Sobral, Quixadá, Crateús e Russas.

Na UFC, os RUs oferecem diariamente três refeições, sendo elas: café da manhã, que se destina apenas aos estudantes residentes, e almoço e jantar para toda comunidade acadêmica da instituição.

**Quadro 3:** Valores das refeições cobrados pelo Restaurante Universitário da UFC

Distribuição de serviços – Público-alvo	Valor por refeição
Estudantes: Graduação e Pós-Graduação	R\$ 1,10 (pix, cartão de crédito e GRU) R\$ 3,00 (Guichês dos Refeitórios)
Servidores Técnico-administrativos	R\$ 13,50
Docente	R\$ 13,50
Visitante	R\$ 13,50

**Fonte Própria:** Elaborada pela autora (2022)

Além do RU da UFC, os programas de auxílio estudantil disponíveis para os estudantes são: Auxílio Creche; Auxílio Emergencial; Auxílio Moradia; Acompanhamento ao Estudante; Bolsa de Incentivo ao Desporto; Bolsa de Iniciação Acadêmica e Residência Universitária.

Uma outra instituição que dispõe de auxílios estudantis é a UNILAB, que também é Federal e possui o Programa de Assistência ao Estudante (PAES)<sup>31</sup>. Em uma publicação no site da UNILAB, em 2021, é colocado que a política de assistência estudantil é administrada e executada pela Coordenação de Políticas Estudantis (COEST/PROPAE) e financiada por meio dos recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Conforme o decreto nº 7.234/10, que possui como objetivo apoiar o acesso, fortalecimento e direito de assistência estudantil aos alunos matriculados nos cursos de graduação presencial da UNILAB, e que possuem condições socioeconômicas insuficientes para manter a permanência no espaço universitário sem um suporte das políticas públicas estudantis.

O PAES institui como critério indicador de vulnerabilidade socioeconômica para os estudantes beneficiários a renda *per capita* do grupo familiar com até um salário-mínimo e meio vigente no país. Entre os recursos oferecidos pela PAES para os estudantes que estão em

<sup>31 31</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Programa de Assistência aos Estudantes (PAES)**. Redenção, Ceará, 2022. Disponível em: <https://unilab.edu.br/auxilios/>

situação de vulnerabilidade socioeconômica, estão o auxílio moradia, auxílio instalação, auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio emergencial.

Um outro programa de auxílio aos estudantes da instituição é o Programa Bolsa Permanência (PBP), que é uma ação do Governo Federal em concessão com auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de condições de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

As Instituições de Ensino Superior (IES) são responsáveis pela gestão local do programa e têm como objetivo manter o fortalecimento da permanência dos estudantes nas instituições, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial a população negra, indígena e quilombola.

Entre os serviços ofertados para a comunidade acadêmica, docentes e funcionários da instituição de um modo geral estão os Restaurantes Universitários (RUs), que têm como objetivo oferecer refeições nutricionalmente saudáveis e equilibradas para essa comunidade, com condições higiênico-sanitárias adequadas de consumo alimentar e com baixo custo. São usuários dos RUs estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação, tanto na modalidade presencial e a distância, quanto para os servidores (as) técnicos-administrativos (as), funcionários (as) de empresas terceirizadas e docentes da UNILAB, além de servidores da universidade e visitantes. A seguir serão apresentadas algumas informações sobre a distribuição dos RUs nos campi UNILAB Ceará e Bahia, além dos horários de funcionamento dos restaurantes.

**Quadro 4:** Distribuição de Horários e Campus dos Restaurantes Universitários da UNILAB Ceará e Bahia

Distribuição de Campus	Turno de funcionamento	Horários de Funcionamento dos RUs
Campus da Liberdade Cidade: Redenção/CE	Manhã e Tarde (almoço) Noite (Jantar)	11h00 às 13h30 17h30 às 19h30
Unidade Acadêmico dos Palmares. Cidade: Acarape	Manhã e Tarde (almoço) Jantar (Noite)	11h00 às 13h30 17h30 às 19h30
Campus das Auroras Cidade: Acarape/CE	Manhã e Tarde (almoço)	11h00 às 13h30
Campus dos Malês Cidade: São Francisco do Conde/BA.	Manhã e tarde (almoço) Noite (Jantar)	11h00 às 14h00 17h00 às 19h00

**Fonte Própria:** Elaborado pela autora (2022)

Os valores cobrados pelos RUs da UNILAB, são de acordo com as seguintes categorias: para os estudantes, o valor por refeição (almoço ou jantar) é de R\$ 1,10; já para os servidores (as) técnico-administrativos (as), funcionários (as) terceirizados (as) e servidores (as) docentes é cobrado um valor integral contratual, assim como para visitantes em caráter acadêmico-cultural.

O meio utilizado para permitir o acesso ao restaurante universitário é o cartão RU, necessário para permitir o acesso aos serviços dos restaurantes, sendo este de uso pessoal e intransferível. Com ele, o usuário terá direito a um único acesso por refeição no RU (almoço e jantar), a cada novo trimestre letivo é necessário um cadastramento; contudo, esse é um procedimento simples, realizado nos próprios RUs durante horário de funcionamento.

Os dados aqui apresentados estão disponibilizados no *site*<sup>32</sup> oficial da UNILAB, onde também se localizam alguns programas de auxílio aos estudantes matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da instituição nas diferentes modalidades, como auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio social e auxílio emergencial.

Os programas de auxílio estudantil possuem grande importância para garantir a manutenção dos estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades públicas no estado do Ceará e em outras regiões do país. Ressalta-se que esses auxílios precisam ser pautados como uma questão de segurança alimentar e nutricional dos estudantes e na integração da comunidade estudantil de outras nacionalidades, como o caso da comunidade africana na diáspora, que diante de suas permanências no país não encontram em meio a essas políticas a integração da cultura alimentar nos espaços universitários. Pensar essas questões não é negar a importância desses programas e suas contribuições nas formações dos estudantes, mas afirmar que é preciso existir programas pensados na realidade de todos os estudantes, incluindo os oriundos da África que apresentam maiores dificuldades nas mudanças nos hábitos alimentares. Tais mudanças também possuem fortes influências em problemas de saúde e insegurança alimentar e nutricional.

---

<sup>32</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Programa de Assistência aos Estudantes (PAES)**. Redenção, Ceará, 2022. No *site* da Unilab são apresentadas maiores informações sobre os auxílios estudantis, destacando o auxílio alimentar com objetivo de complementar a alimentação dos estudantes. Disponível em: <https://unilab.edu.br/auxilios/>

## **5. UM ESTUDO DE CAMPO SOBRE A SITUAÇÃO DA (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS ESTUDANTES AFRICANOS/AS NO CEARÁ**

### **5.1 ALIMENTAÇÃO, PERCURSOS E TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES AFRICANOS EM FORTALEZA E NA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ, CEARÁ**

Esta seção consiste em apresentar alguns recortes da ida ao campo como um lugar social, de trocas culturais e de múltiplas experiências, sendo importante para o pesquisador, pois permite a construção de novos saberes, muito além do idealizado por ele. Os dados foram analisados nesta pesquisa por meio da análise de conteúdo, conforme descrito no decorrer desta seção.

O primeiro momento da ida ao campo foi também um encontro com a realidade que já vinha sendo investigado, ou seja, o início de aproximações e interações com os sujeitos da pesquisa. Destaco que a ida ao campo ocorreu em um período de retorno às aulas presenciais, após autorização das autoridades de saúde pública, por meio de decreto estadual, em que autorizava o retorno das atividades do ensino presencial nas universidades no estado do Ceará. Diante dessas decisões, a UNILAB e outras instituições de ensino superior em Fortaleza retomavam suas atividades presenciais.

No livro *“Pesquisa Social teoria, método e criatividade”*, Minayo, Deslandes e Gomes (2021) apresentam considerações teóricas e abstratas sobre o mundo científico e conceitos básicos da pesquisa científica. Em um dos capítulos, Minayo (2021) apresenta informações fundamentais para pesquisadores sobre o trabalho de campo, contexto de interações e descobertas. A autora relata que ao terminar o processo exploratório de uma pesquisa qualitativa, em que já foi elaborado o projeto de pesquisa, no qual está estruturado o trabalho e o local a ser investigado, inicia-se o estudo de campo e ampliam-se novas possibilidades e descobertas.

Assim como colocado por Minayo (2021), busquei, após a realização do projeto de pesquisa do mestrado, a realização das outras etapas para o desenvolvimento do estudo, incluindo outras etapas iniciais que já foram apresentadas nesta dissertação. Após ter passado pela fase exploratória da pesquisa, iniciou-se o trabalho de campo, com a finalidade de construir uma aproximação com os sujeitos pesquisados, e de alcançar os dados empíricos.

Minayo ressalta que o pesquisador deve ser curioso, um perguntador. Essa qualidade do pesquisador deve ser colocada em prática em toda construção de sua pesquisa. No campo,

o pesquisador não precisa ficar preso às suas ideias teóricas e empíricas, nem às suas expectativas, nem tenso por não encontrar resposta de imediato (MINAYO, 2021).

Para além dessas observações, a autora fala sobre as entrevistas como técnicas de comunicação e afirma que estas possuem amplo sentido de comunicação verbal, assim como um sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema; é também uma das estratégias mais usadas no trabalho de campo. A entrevista é uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, em que o entrevistador é responsável por iniciar esse processo sempre com uma finalidade a ser alcançada; ele tem como objetivo coletar informações pertinentes com vista aos objetivos da pesquisa de campo. As entrevistas se caracterizam por sua forma de organização, e elas podem ser classificadas em: sondagem de opinião; semiestruturada; aberta ou em profundidade; e focalizada ou projetiva (MINAYO, 2021).

Nesta dissertação, a organização das entrevistas se deu por meio da forma semiestruturada, em que foram realizadas perguntas fechadas e abertas, e os entrevistados (sujeitos participantes da pesquisa) discorreram sobre suas algumas perguntas, sem se prenderem a indagações formuladas. As reflexões teóricas apontadas por Minayo, Deslandes e Gomes (2021) contribuíram bastante para se pensar o campo de estudo, bem como os passos e percursos a caminhar antes de ir ao campo, permitindo-me refletir sobre este primeiro momento.

O dia 05 de abril de 2022, uma terça-feira, foi o primeiro de visita ao campo, no horário da manhã, tendo saído em sentido a Redenção-CE, cidade onde a UNILAB está localizada, após o retorno das aulas presenciais, em março de 2022. O diário de campo, logo nesse início, foi um instrumento importante para fazer anotações consideradas necessárias sobre a realidade encontrada nesse espaço de interações e desafios. A observação de campo se deu no Campus das Auroras, e havia poucos estudantes na instituição.

Estive na sala do Projeto CONSAN, conversando com alguns colegas do Projeto. Por volta do meio-dia, fui ao Restaurante Universitário (RU) da UNILAB no Auroras, um local novo, pois logo que iniciamos as atividades do MIH, em 2019, ainda não tinha sido instalado um RU neste Campus, posto que haviam muitos estudantes buscando os RUs dos campi Liberdades ou Palmares durante esse período. Foram poucos os momentos que passamos nos RUs, pois logo entramos em um período de isolamento social causado pela covid-19. Porém, nesse período, havia muitos estudantes na fila aguardando o momento de servir suas refeições. Com um novo espaço de um restaurante por campus foi possível notar uma mudança no tamanho da fila do RU nesse retorno à instituição, após um longo período de paralisação,

onde ainda era pouco o quantitativo de estudantes nas primeiras semanas de retorno presencial.

Nessa fase inicial de ida ao campo, uma das principais dificuldades foi construir uma aproximação com os sujeitos da pesquisa, pois estávamos retornando a um novo cenário de atividades presenciais, depois de mais de um ano de paralisação. Era um momento de esperança pelo “fim da pandemia”, mas também de incertezas, pois ainda haviam muitos casos de infecção do vírus – inclusive, fiz parte dessa estatística de casos infectados, assim como minha mãe, em abril de 2022. Dessa forma, esse retorno ocorreu também em meio a algumas inseguranças. Após dois anos de pandemia, havia poucos estudantes na instituição e minha preocupação enquanto pesquisadora estava em construir uma relação de trocas com os sujeitos da minha pesquisa de campo. Minha preocupação centrou-se muito na ideia dessa pesquisa não ser um momento apenas de coleta de dados do campo, mas um espaço de encontros e de trocas de saberes culturais, acolhimento, escuta, afeto, o que também geraria uma produção científica que viesse a contribuir nos campos de estudos sobre segurança alimentar e nutricional e migrações estudantis africanas no estado do Ceará e no Brasil.

Minayo (2021) ressalta que os sujeitos da pesquisa primeiramente são construídos a partir de um olhar teórico enquanto parte de um objeto de estudo do pesquisador. No campo, esses sujeitos fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de uma relação de interação social com o pesquisador, resultando, assim, em um produto compreensível que não é realidade concreta, mas, sim, descobertas produzidas e a disposição do investigador, tais como suas hipóteses, quadro teórico e metodológico, seus momentos de interação, suas entrevistas e observações de campo, suas inter-relações.

No campo, em alguns momentos de diálogos com estudantes, pude observar a relevância da pesquisa para a vida de muitos sujeitos que estão diariamente nos espaços acadêmicos e que se deparam com diversas inseguranças. A alimentação, além de ser uma necessidade humana, é também afeto, memórias, cultura e representatividade; porém, manter essa representação da comida à segurança alimentar tem sido um dos desafios enfrentados pelos estudantes, pois a garantia da segurança alimentar e nutricional vem sendo negligenciada na diáspora. Há poucas ações voltadas à integração da cultura alimentar africana nos espaços acadêmicos, posto que os fatores socioeconômicos também são geradores de insegurança alimentar e nutricional no dia a dia de muitos estudantes no Ceará.

Durante os meses de abril e maio, após o retorno das atividades presenciais em diversas instituições de ensino superior em Fortaleza e em outros municípios do estado,

incluindo a Região do Maciço de Baturité, região essa onde existe a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), criada pela Lei 12.289/2008, em 20 de julho de 2010. A UNILAB foi instalada em duas regiões do Nordeste brasileiro, a já citada, no Ceará, e no Recôncavo Baiano, no estado da Bahia. No livro *Comida com gosto de política: alimentação e integração internacional numa nova diáspora africana*<sup>33</sup>, Carneiro *et al.* (2022) apresentam dados importantes sobre a construção da UNILAB e sua participação na integração da CPLP. Conforme o autor, a instituição surge como resultado de reivindicações da população negra do país, que historicamente luta pela reparação dos danos causados aos seus antepassados e atualmente à população negra brasileira contemporânea. Um dos pilares da instituição é aproximar os extremos criados ao longo da história do Brasil e a presença africana no Brasil (ARAÚJO *et al.*, 2022).

Como mencionado no início desta seção, a análise de conteúdo foi a técnica de tratamento da análise de dados das entrevistas semiestruturadas na pesquisa de campo, baseada no proposto por Laurence Bardin. Silva e Fossá (2013) descrevem que essa é uma das técnicas de análise das trocas de comunicação, em que será analisado o que foi dito durante a realização das entrevistas e observação do pesquisador. Durante a análise do material, buscase classificá-los em temas ou categorias que facilitam na compreensão do que está por trás das falas dos entrevistados diante do conteúdo abordado nas perguntas das entrevistas.

Atualmente, a análise de conteúdo pode ser compreendida como um conjunto de instrumentos metodológicos, que estão sempre em constante aperfeiçoamento e que se dispõem a analisar diferentes fontes de conteúdo, sejam eles verbais ou não-verbais. A interpretação da análise de conteúdo percorre entre dois polos, que são o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Essa técnica exige do pesquisador tempo, disciplina, paciência e dedicação (SILVA; FOSSÁ, 2013).

Como colocado pelos autores, a técnica da análise de conteúdo, após a etapa da ida ao campo e coleta de dados, foi realizada mediante entrevistas semiestruturadas, exigindo do pesquisador tempo e dedicação para a análise de dados. Como citado anteriormente nesta dissertação, a pesquisa foi desenvolvida durante a pandemia de covid-19, tornando a ida ao campo somente após reabertura dos espaços universitários. É necessário também afirmar que logo após a realização das entrevistas aumentaram novamente os índices de casos do vírus no

---

<sup>33</sup> ARAÚJO, Patrício Carneiro *et al.* **Comida com gosto de política: alimentação e integração internacional numa nova diáspora africana.** Ed. Metanoia, 2022.

Ceará. A ida ao campo aconteceu entre os meses de maio, abril e junho de 2022, após dois anos de pandemia.

A análise de conteúdo prevê de três fases de análises dos materiais que são fundamentais para a realização das interpretações dos dados coletados no campo, que podem ser definidas, na primeira fase, a pré-análise; na segunda, a exploração do material; e, na terceira, o tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

**Quadro 5:** Fases da análise de conteúdo

<b>Análise de conteúdo (Laurence Bardin)</b>
Primeira etapa: Pré-análise
Segunda etapa: Exploração do material (entrevistas semiestruturadas)
Terceira etapa: Tratamento dos resultados (interferência e interpretação dos dados)

**Fonte própria:** Organizado pela autora, adaptado de Bardin (2021).

Na primeira etapa, a fase da *pré-análise* é considerada como uma fase inicial e de organização. Nesse primeiro momento é realizado o primeiro contato com os documentos a serem analisados, organizando os dados, e fazendo uma *leitura flutuante* do material. Esse momento compreende a leitura geral do que será analisado, e, no caso de análise de entrevistas, estas já deverão estar transcritas pelo pesquisador (CÂMARA, 2013).

Bardin (2016) apresenta de forma detalhada cada uma das três etapas da análise de conteúdo, como apresentado a seguir pela autora nas seguintes divisões das etapas:

- a) **Leitura flutuante:** fase que consiste em estabelecer o primeiro contato com os documentos e analisá-los, permitindo obter as primeiras impressões sobre eles;
- b) **Escolha dos documentos:** trata-se da definição dos documentos suscetíveis de fornecer informações sobre o problema a ser trabalhado;
- c) **A formulação das hipóteses e dos objetivos:** consiste nas leituras a partir das análises a priori do problema e pelo conhecimento dele que o pesquisador possui;
- d) **Referenciação dos índices e a elaboração de indicadores:** fase de certificação dos dados a serem interpretados no material coletado;
- e) **Preparação do material:** refere-se à análise propriamente, ou seja, uma preparação formal do material.

A seguir serão apresentados os dados e as considerações analíticas referentes ao conteúdo coletado e analisado no estudo de campo. Os dados tratam-se de entrevistas semiestruturadas, para as quais foi utilizado um roteiro de entrevistas com questões previamente organizadas em torno de quatro eixos: (1) identificação dos entrevistados, idade, curso de formação, semestre, aspectos socioeconômicos (instituição de ensino, bolsistas de programas de auxílio estudantil); (2) análise de compreensão dos estudantes sobre segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada; (3) acesso à alimentação no espaço acadêmico, custo com alimentação e implicações com outros direitos humanos básicos (saúde, moradia, lazer, estudos), percepções dos estudantes sobre a alimentação nos espaços acadêmicos em que estudam; (4) adaptação e transição da cultura alimentar, fortalecimento de ações de integração a cultura alimentar dos países africanos nas universidades, alimentação e memórias afetivas, dificuldades e desafios para manter viva a cultura alimentar dos países dos estudantes. Os estudantes entrevistados/as possuem vínculo estudantil nos cursos de graduação da UNILAB e UFC.

A partir das etapas que foram expostas foram realizadas as análises, seguindo as orientações de Laurence Bardin, sobre a prática da análise de conteúdo na pesquisa de campo. Após a realização da visita de campo e finalização da coleta de dados realizada através das entrevistas semiestruturadas e gravadas no formato de gravação AAC (M4a), em que a participação dos/as estudantes foi de livre disponibilidade e interesse, estes foram informados que seus nomes não seriam expostos na pesquisa, ocultando-se suas identidades. Após essa fase, elas foram transcritas e arquivadas em arquivo do Word; cada um deles foi separado individualmente e foram fichadas todas as perguntas realizadas com cada participante, respeitando todo o conteúdo de suas falas, sem haver nenhuma alteração de dados coletados nas entrevistas, conforme a fase da *pré-análise*.

Após as transcrições das entrevistas, iniciou-se a segunda fase, ou seja, a *exploração do material* transcrito. Os dados foram organizados em arquivos diferentes, onde houve as devidas codificações. Nesta etapa buscou-se organizar os materiais, respeitando uma sequência por ordem de datas das entrevistas. Participaram das entrevistas 6 (seis) estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP'S). As nacionalidades dos/as participantes incluem: 2 (dois) estudantes de Guiné-Bissau; 1 (um) estudante de São Tomé e Príncipe; 3 (três) estudantes de Angola. O critério de participação foi ser estudante de graduação de universidades públicas ou privadas em Fortaleza ou no Maciço de Baturité.

A coleta de dados de campo aconteceu durante os meses de abril e maio de 2022, por meio de entrevistas, tendo como objetivo a questão norteadora desta dissertação, tendo sido realizadas na UNILAB e UFC, nos horários e local combinados previamente com os/as estudantes. O número de participantes foi determinado pelas dificuldades ocasionadas pela pandemia. A priori, buscou-se realizar entrevistas em outras instituições de ensino superior privadas em Fortaleza; porém, durante a visita de campo em uma delas, no caso, o Centro Universitário Estácio do Ceará, instituição essa onde estudam alguns estudantes do continente africano, e em que cursei a graduação em psicologia, período esse que era comum ver pelo campus da instituição estudantes africanos e africanas. No entanto, minha formação ocorreu em 2017.2 e, após esse período, a instituição passou por várias mudanças, tendo, com a pandemia, os números de estudantes com aulas presenciais diminuído bastante.

Em 9 de maio de 2022 realizei a visita de campo na Estácio. Durante minha ida à instituição fui perguntar a um dos funcionários sobre os horários de intervalo dos alunos e sobre o fluxo de estudante durante a pandemia, mas, em meios a essas dúvidas, dois funcionários que trabalham na instituição notaram que eu estava com alguma dúvida ou buscando alguma informação. Afirmei a ambos que era estudante de pós-graduação da UNILAB e que estava realizando uma visita de campo da minha pesquisa de mestrado; perguntei se a instituição tinha alguma norma sobre esse tipo de visita e um dos funcionários relatou que sim, que para realizar qualquer atividade era necessário solicitar permissão a um setor administrativo/coordenação e que para realizar algum trabalho de campo dentro da instituição só seria permitido se ocorresse na área externa da instituição. Ou seja, em um lugar onde não há nenhuma estrutura para isso, e que se torna um ambiente totalmente inapropriado e invasivo, pois não é possível realizar um trabalho que precisa de momentos de diálogos com os estudantes no meio da rua abordando os alunos, tendo em vista que isso foge totalmente da proposta do nosso trabalho. Para além dos riscos e exposição, colocados aos alunos, destaco também o índice de violência aos arredores da instituição, em que eu mesma já presenciei situações de furtos aos estudantes nas paradas de transportes públicos e nas ruas próximas à instituição.

A pesquisa foi desenvolvida respeitando a Resolução nº 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que regulamenta a pesquisa com seres humanos. Todos os participantes entrevistados foram assegurados de seu anonimato. Os sujeitos entrevistados foram apresentados da seguinte forma: E1 para o primeiro entrevistado, e assim sucessivamente (exemplo: E1, E2, E3, E4, E5, E6). Foram entrevistados seis estudantes; não

houve nenhuma distinção de gênero, sendo eles três estudantes homens e três mulheres. Os entrevistados pertenciam a diferentes cursos de graduação, dentre os quais, cinco (5) alunos da UNILAB do Ceará e um (1) estudante da Universidade Federal do Ceará (UFC).

As caracterizações dos estudantes são apresentadas neste trabalho, pois apresentam dados relevantes para a análise de dados da pesquisa. Participaram das entrevistas três estudantes mulheres, sendo uma de Guiné-Bissau, 26 anos, cursando o (segundo) 2º semestre de humanidades; uma estudante de São Tomé e Príncipe, 25 anos, cursando o 5º (quinto) semestre de enfermagem; uma estudante de Angola, 22 anos, cursando o 5º (quinto) semestre de enfermagem. Os outros três participantes foram homens: um estudante de Angola, 22 anos, cursando o 2º (segundo) semestre do curso de Engenharia da Computação; um estudante de Guiné Bissau, 27 anos, cursando o 8º (oitavo) semestre do curso de Letras-Português; um estudante de Angola, 30 anos, cursando o 7º (sétimo) semestre do curso de Letras-Português. Entre os estudantes, cinco estudam na UNILAB e um na UFC. Dos entrevistados, todos afirmaram receber bolsa de auxílio moradia e alimentação, e estudam em universidades públicas.

Segundo Cardoso, Oliveira e Gheilli (2021, p. 106), para o processo de codificação da análise de conteúdo, é necessário escolher as unidades de registros, ou seja, “É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial”. Os autores ressaltam que as unidades de registros podem ser a palavra, a frase, ou o tema de qualquer documento em sua forma integral; aqui utilizou-se do tema.

Os critérios para categorização das unidades de registros podem ser semânticos, ou seja, dando origens aos temas de formas agrupadas. As categorias de análise emergentes das entrevistas sobre a (in) segurança alimentar e nutricional de estudantes africanos em Fortaleza e na Região do Maciço de Baturité seguiram roteiro com foco nos quatro (4) eixos que foram apresentados anteriormente e direcionados às questões sobre Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional; Acesso e manutenção da segurança alimentar e nutricional nos espaços acadêmicos; novos hábitos alimentares na diáspora e adaptação à cultura alimentar; Integração e Fortalecimento da Cultura Alimentar, buscando a partir desses eixos temáticos investigar a (in) segurança alimentar e nutricional dos estudantes a partir de suas experiências cotidianas por meio dos relatos de entrevistas.

## 5.2 ESTUDANTES AFRICANOS, INTEGRAÇÃO E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Iniciamos esse tópico de discussão apresentando uma pauta que vem sendo debatida e que ganhou grande repercussão nas mídias digitais, que é o atual cenário político e o desmonte da saúde pública no Brasil, além do negacionismo de um governo de extrema-direita, com propostas totalmente excludentes que afetam a vida de diversas pessoas no país e torna a questão da insegurança alimentar e nutricional um problema de emergência.

O Brasil no último mês de julho de 2022 foi referenciado como um dos países que voltou para o mapa da fome. As estratégias e políticas públicas que nortearam as ações de combate à fome, como apontadas anteriormente em outros momentos desta pesquisa, foram reconstituídas pelo governo Lula, e atualmente vêm passando por desmonte no governo atual de Jair Bolsonaro, que, desde 2019, vem empurrando a insegurança alimentar e nutricional como uma pauta silenciada. O atual presidente, em diversos momentos públicos, traz a fome como uma situação de desconhecimento do seu atual governo, negando os dados de instituições comprometidas com a temática alimentar. Além de tomar medidas tardias para a situação pandêmica no país, não apresenta nenhuma preocupação com a população em condições desfavoráveis à alimentação, à moradia, à saúde, à educação, entre tantos outros fatores ligados aos direitos públicos no Brasil.

O resumo desse "silêncio" contribui notoriamente para os resultados apresentados pelo levantamento mundial feito pela FAO no relatório “O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo” (SOFI)<sup>34</sup> sobre a insegurança alimentar e nutricional mundial. O documento foi realizado mediante parcerias de várias agências das Nações Unidas, e estima-se que um décimo da população global, ou seja, cerca 811 milhões de pessoas estavam em 2020 subalimentadas, tornando a fome como uma questão que necessita de esforço e propostas de “promessas” para acabá-la até 2030.

A alimentação é um direito de toda pessoa, inerente à dignidade humana, e conforme a Losan, o poder público deve adotar ações e políticas públicas que assegurem a garantia da SAN. Essa questão também está relacionada ao conceito de soberania alimentar, que vem sendo debatido como o direito de os povos decidirem sobre seu próprio sistema alimentar, em que isso deve ser pensado para as gerações futuras (MANCUSO; FIORE; REDOLFI, 2016).

---

<sup>34</sup> Food And Agriculture Organization of the United Nations – FAO – O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>

Apesar da alimentação ser um direito fundamental para a manutenção da vida, as medidas tomadas para garantir esse direito vêm sendo invisibilizadas, mesmo diante dos inúmeros dados estatísticos sobre a questão da fome e as populações mais atingidas pela insegurança alimentar e nutricional no país. É notável que a população negra e em condição de imigrante sofre com a insegurança alimentar e nutricional de modo particular, pois enfrentam desafios de estar fora de seus países de origem e em condições de direitos humanos fragilizados e desassistidos por parte do poder público. Não precisa ir longe para se deparar com essa realidade, pois, ao caminhar pelas ruas, é comum ver imigrantes venezuelanos com cartazes expressando suas condições de inseguranças, sendo a fome a única resposta encontrada em meio ao silenciamento das políticas públicas. Apesar deste estudo não tratar de debater sobre a situação desses sujeitos, mas sim da situação da população estudantil africana, tais observações tomam destaque para outros pesquisadores pensarem na fome como uma questão global e política.

Em um estudo de Silva e Pasquali (2016), as autoras debatem sobre o processo de migração e adaptação dos imigrantes diante da nova realidade e dos novos hábitos da adaptação alimentar fora dos seus países ou estados. Elas expõem as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos, realidade essa vivenciada por diversos estudantes que buscam migrar para fins estudantis fora de seus países de origem.

As autoras afirmam que é importante compreender os aspectos antropológicos da alimentação, da integração da cultura alimentar, adaptação aos novos hábitos alimentares, mudanças socioculturais, mudanças climáticas e novos territórios, ou seja, aos espaços geográficos que muitas vezes interferem na disponibilidade de produtos de base, usados na culinária dos imigrantes, em que muitos produtos podem se encontrar em maior abundância na região cultural de origem e em outras regiões que podem estar indisponíveis.

Silva e Pasquali (2016) apresentam aspectos em seu trabalho semelhantes aos relatos de alguns estudantes durante momentos de diálogos na ida ao campo e em conversas informais com colegas que estão vivenciando a experiência de estar fora dos seus países, construindo uma formação em um contexto internacional.

É necessário que a comunidade local receba e acolha os imigrantes e busquem proporcionar momentos de trocas culturais, permitindo uma aproximação com a cultura desses sujeitos para a diversidade na culinária e gastronomia regional, em que os sabores e a diversidade de alimentos da comunidade podem ganhar diferentes usos (SILVA; PASQUALI, 2020).

Em abril de 2022, logo no início das visitas ao campo, tive a oportunidade de conversar com alguns estudantes da UNILAB de diferentes países da CPLP sobre a pesquisa de dissertação e sobre o projeto CONSAN/CPLP. Alguns desses estudantes, também do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da UNILAB, estão pesquisando sobre temas semelhantes, e proporcionaram novos olhares para se pensar a alimentação dentro e fora da universidade.

Durante esses momentos de diálogos pude compreender as percepções de alguns dos estudantes sobre a questão alimentar, das dificuldades enfrentadas durante a pandemia e principalmente com os impactos socioeconômicos causados pela alta inflação em torno da alimentação e do custo de vida na conjuntura atual. Além das dificuldades socioeconômicas, lidar com ausência de familiares, com as lembranças afetivas da culinária e dos rituais alimentares de seus países, e com as dificuldades de ações políticas voltadas para a preservação da integração alimentar da cultura alimentar dos países africanos nos cardápios das universidades em Fortaleza e na Região do Maciço de Baturité, local onde está instituída a UNILAB.

O desafio da integração e soberania alimentar passa também a fazer parte da rotina dos estudantes. Alguns relataram sobre os problemas de saúde também causados pelo consumo alimentar, alguns estudantes afirmaram ter desenvolvido problemas gastrointestinais, como gastrite nervosa, náuseas, azia, queimação, entre outros problemas de saúde. Cabe destacar que esses problemas podem desencadear agravos não só à saúde física, mas também para a mental, como ansiedade, angústia, fadiga, estresse, transtornos e distúrbios alimentares, depressão, entre outros. Uma alternativa que também é desafiante para esses sujeitos é manter suas refeições em casa, pois muitos estudam em tempo integral e, para além disso, os gastos com a alimentação vão além da rotina nos RUs, e acaba interferindo em outras necessidades humanas desses sujeitos. É importante também ressaltar que os RUs precisam ser pensados como espaços multiculturais, onde existem pessoas de diferentes culturas, tornando-se um espaço de socialização. A ausência desses espaços acaba causando mudanças nos hábitos alimentares desses sujeitos, que acabam buscando outras alternativas para manter uma alimentação que possa ser adaptadas à sua cultura alimentar, é visível que o cardápio dos RUs são voltados à culinária brasileira.

Um outro desafio que se destacou é a dificuldade de estudantes gestantes diante do consumo alimentar nos Rus. Conversando com uma estudante, esta relatou que estava grávida e afirmou suas dificuldades cotidianas para manter uma alimentação saudável, principalmente

nesta fase, em que manter a alimentação saudável é muito importante para o desenvolvimento da criança e para a saúde dela e da mãe. Entre as inseguranças e dificuldades na garantia do DHAA, a estudante afirmou que no seu país costumava manter em suas refeições o consumo de peixe do mar, que é um alimento com preço baixo no seu país, diferentemente da cidade onde mora atualmente, Acarape, Ceará. Ali, o preço do peixe é alto, tornando, assim, muito difícil o consumo desse alimento em suas refeições. Tal situação faz com que opte em consumir outros alimentos, como, por exemplo, o frango, com o qual é possível realizar mais de uma refeição comprando um quilo da ave, em vez de se optar em comer peixe, tanto pelo custo quanto pela possibilidade de preparar o frango para outras refeições.

O acesso permanente aos alimentos para o consumo humano é considerado como uma condição necessária e indispensável para a manutenção da vida de cada sujeito. Dessa forma, o direito alimentar é visto como inalienável e insubstituível como um dos direitos humanos. Para esse direito ser assegurado, as pessoas precisam estar livres da fome, obter acesso regularmente ao alimento e com qualidade; essas são estimativas que precisam ser garantidas, sendo esse direito indivisível e que garanta a condição de cidadania para todos (AGUIAR; PADRÃO, 2022).

A fome como uma questão persistente no Brasil, assim como em um contexto global passa a oscilar de acordo com os indicadores sociais e de desenvolvimento. Esses impactos estão relacionados aos investimentos de serviços públicos negligenciados, desemprego, acesso à renda, desigualdade social e racial, além dos impactos ambientais acompanhando pela desenfreada desigualdade econômica no planeta. Esses fatores também são causadores de insegurança alimentar e nutricional, ao que vai na contramão da luta pelo DHAA. A primeira categoria de análise dos resultados das entrevistas buscou investigar sobre a compreensão dos estudantes em relação ao direito humano à alimentação adequada e a SAN a partir de suas vivências, experiências e aproximações com o tema. As particularidades de cada informação sobre o tema é também uma manifestação de dúvidas, inquietações de uma representatividade da realidade de muitos estudantes na diáspora.

A construção mais atual que se tem de segurança alimentar e nutricional no país pressupõe que a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA) seja um direito único e exclusivo de todos os seres humanos. O DHAA é um direito universal, indivisível e não discriminatório, o que deve assegurar que todas as pessoas possuam o direito de se alimentar de forma digna, saudável e que preservem seus hábitos culturais, nesse direito (CARVALHO *et al.*, 2010).

As políticas públicas voltadas a garantir a SAN precisam alcançar um caráter interdisciplinar, fomentando um diálogo com diferentes especialidades, aliadas à promoção da saúde das populações. Não havendo perspectivas de estratégias, o problema da fome, e da insegurança alimentar e nutricional continuará a se perpetuar na sociedade brasileira, especialmente nas populações em condições de vulnerabilidade socioeconômica, em condições de pobreza, em situações de moradia de risco, imigrantes e afins. Nos últimos dois anos de pandemia a inflação teve uma alta tão significativa em diversos segmentos, e o custo com a alimentação tornou-se um dos principais agravos para manter a garantia do DHAA.

A concepção sobre o direito à alimentação dentro de um contexto de imigração estudantil no cenário brasileiro ainda é muito negligenciado, principalmente com a pandemia, tornando este trabalho ainda mais emergente para o campo das políticas públicas em SAN.

Adiante serão apresentados relatos dos entrevistados acerca do DHAA. A garantia desse direito, conforme os relatos dos estudantes, apresentam reflexões sobre o reconhecimento do DHAA diante das dificuldades da garantia e acesso ao alimento, em que os estudantes compreendem esse direito como:

(E2) [...] direito humano e a alimentação adequada. Eu acredito que todo ser humano tem o direito de ter uma alimentação adequada. E adequado não é comer simplesmente por comer, e encher o estomago, é comer, e isso fazer bem a tua saúde; é você ter a oportunidade de ter uma refeição equilibrada, ter uma refeição saudável e ter acesso a essas refeições (Entrevista em 26/04/2022).

(E5) [...] pra mim, ele pode significar primeiro a compreensão que eu tenho direito ao acesso à alimentação, que deve ser vetado pra ninguém e que a alimentação de qualidade também. É isso aí! (Entrevista em 26/04/2022).

(E6) [...] tem muita importância garantir um direito humano alimentar adequado para o ser humano, portanto, é um assunto de inteira responsabilidade e de muita importância (Entrevista em 06/05/2022).

(E1) [...] direito alimentar pra mim, eu acho que é uma exceção de estado que este programa de direito alimentar para ajudar pessoas carentes (Entrevista em 26/04/2022).

Os relatos acima revelam uma realidade oculta e silenciada sobre a garantia do DHAA no país. Os estudos afirmam, a partir de suas concepções, o que eles/as compreendem sobre o conceito de DHAA e o que esse direito representa para eles/as. Notou-se um posicionamento político por parte dos entrevistados/as, que, para alguns, esse direito deve ser pensado na garantia, seguridade e acesso aos alimentos em condições de consumo e higienização que sejam saudáveis para à saúde física de cada sujeito, proporcionando, assim, benefícios para o corpo humano e condições adequadas ao consumo, e que não geram agravos à saúde.

Percebe-se nestes relatos que a saúde é também um dos fatores de grande importância para os estudantes, ou seja, a alimentação saudável é aquela que contribui para a promoção da manutenção da vida, das condições de saúde e da prevenção de adoecimento. O direito alimentar, conforme os relatos das entrevistas, deixa evidente que, para ser assegurado, o Estado também precisa manter a responsabilidade de promover programas de direito alimentar às populações, principalmente àquelas em vulnerabilidade.

Burity *et al.* (2010) apresentam algumas reflexões sobre o processo para garantir a alimentação adequada. Os autores ressaltam que garantir esse direito para cada sujeito, inclui inúmeras dimensões desde fatores ligados à forma como o alimento é produzido, à qualidade de sementes utilizadas durante o plantio, à sustentabilidade e à ambientação da produção, aos cuidados com uso de agrotóxico, à maneira como é feita a colheita, ao trabalho humano empregado, dentre outros aspectos que compõem a produção e soberania da alimentação saudável durante a vida.

No que diz respeito a esse direito, cabe ressaltar que a cultura alimentar, disponibilidade, variedade de alimentos saudáveis, acessibilidade física e financeira, segurança sanitária e relações harmoniosas e afetivas, também integram esse direito.

Mesmo com a existência dos RUS e o custo com a alimentação com valor social e com os auxílios moradia e alimentação, alguns estudantes enfrentam dificuldades para manter os custos diários com as refeições, além de sofrerem situações de racismo e discriminação por parte de estudantes brasileiros. Momentos antes da realização da entrevista com duas das participantes, estivemos conversando na UNILAB - Campus das Auroras, sobre a pesquisa, e algumas situações apresentadas pelas estudantes tornaram-se muito importante para reflexões neste estudo. As estudantes relataram que já presenciaram situações de conflitos por parte de estudantes brasileiros em relação à quantidade de alimentos colocado no prato por estudantes africanos; entre essas situações, as estudantes relataram que presenciaram uma situação onde um estudante africano em um ato de solidariedade com um colega que estava sem o cartão do RU buscou acrescentar uma quantidade maior de alimento no seu prato para dividir com um outro colega, o ato do estudante de ser solidário diante de uma situação do colega, foi visto por uma estudante brasileira como algo errado e de julgamento, sem ao menos compreender a situação dos estudantes. Cabe destacar que o comer passa a ser visto diante dessa situação como um momento de discriminação, julgamento, racismo e exclusão.

O racismo estrutural e o imaginário que se tem sobre África, mesmo em uma universidade de integração, é de um país pobre, onde as pessoas passam fome. Isso se reflete

no cotidiano de muitos estudantes que estudam na UNILAB e em outras instituições de ensino em Fortaleza e no Ceará e que enfrentam situações constrangedoras mesmo diante dos seus direitos públicos.

Ribeiro (2019) afirma que por causa do racismo estrutural a população negra tem menos acesso às políticas públicas de educação; em suma, quem tem acesso à educação de modo abrangente é a população da elite brasileira, que estuda em escolas particulares, e é justamente o racismo estrutural que facilita o acesso desse grupo.

Vale salientar que durante a realização das entrevistas duas das estudantes que participaram relataram sobre os desafios para garantir o direito humano à alimentação adequada. Elas trouxeram algumas lembranças afetivas de suas culturas, alimentos que fazem parte da sua cultura alimentar e que poucos são encontrados no comércio na região do Maciço de Baturité, desde temperos típicos de suas culinárias, como azeites, amendoim, peixe, fubá, quiabo, entre outros, e comidas típicas de seus países. Um dos pratos que as estudantes afirmaram se aproximar da culinária de seus países no RU é a feijoada; porém, esse prato ainda se torna diferente da culinária de seu país. A carne de sol foi um dos alimentos que as estudantes relataram gostar da produzida no Brasil. Percebe-se que muitos alimentos citados pelas estudantes integram a culinária brasileira, muitos dos quais foram trazidos pelos povos africanos para o Brasil durante o Brasil Colonial.

Ribeiro<sup>35</sup> (2020), no *site* Alma Preta, em uma reportagem produzida com bases em dados cedidos por Luana de Brito, do movimento da Teia de articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, relata que mesmo existindo no papel da legislação brasileira a alimentação como um direito fundamental para o homem e com a existência da Lei 11.346, de 2006, as condições sociais do país não têm sido levadas em consideração quando o assunto é direito humano à alimentação.

Ribeiro (2020) cita o genocídio alimentar como uma expressão utilizada pelo norte-americano Llaila Afrika, um médico considerado um dos intelectuais com vastos estudos sobre alimentação, nutrição, saúde e população negra. Seus estudos revelam a realidade vivenciada pela população negra dentro e fora da África, causada pelo colonialismo europeu. A ativista do Movimento Afro Vegano Márcia Cris, e também pesquisadora do trabalho de Llaila Afrika, relaciona o trabalho do autor com a realidade do Brasil, onde ela busca debater

---

<sup>35</sup> *Site* Jornal Alma Preta – **Nutricídio, mas também pode chama de fome**. Texto de Edda Ribeiro em 2020. Retrata as reais condições do Direito Humano à Alimentação Adequada no país. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/nutricidio-mas-tambem-pode-chamar-de-fome>

sobre a relação Brasil/África e a participação dos povos africanos em nossa história e cultura, fazendo-nos refletir sobre a dominação do sistema alimentar “branco” e do quanto é necessário voltarmos nossa atenção para as nossas origens.

No que diz respeito à segurança alimentar e nutricional, é importante salientar que não há como separar esse conceito do de direito humano alimentar, pois vai além da disponibilidade de alimentos, ou seja, esse direito se configura com a relação que cada sujeito e coletivo têm com o alimento, com os tipos de proteções que uma sociedade busca para garantir ou negligenciar esse direito. A Segurança alimentar e nutricional passa a fazer parte de um conjunto de direitos econômicos, sociais, culturais, intrinsecamente ligados a outros direitos, necessários para a vida de cada sujeito, tais como moradia, saúde, educação, trabalho.

Diante dessas noções sobre SAN, alguns dos entrevistados afirmaram suas compreensões e ideias acerca dela, relatando:

(E3) [...] bem, eu já ouvi falar sim, mas não tenho muito embasamento pra isso, mas eu compreendo que segurança alimentar e nutricional, ela vai além da própria alimentação. É uma questão que é social, cultural, psicológica, econômica, é assim, no total, né, porque pra eu mim se sentir segura, não é só alimento, é o que está em volta do alimento, o que ele pode causar em mim, se eu tiver acesso à alimentação, valores, dinheiro, aí a alimentação, vou me sentir segura em comprar um alimento bom, se eu não tiver dinheiro, eu vou me adaptar em função daquilo que tenho (Entrevista gravada em 26/04/2022).

(E2) [...] segurança alimentar é você, eu acho que você comer algo que você gosta e algo que é bom pra você, pra sua saúde, sim, algo que é bom pra sua saúde e que não esteja estragado, não seja mal, você não vai comer só pra não se alimentar, você vai comer pra sua tua segurança, pra você se manter, entendeu? Eu acho que é isso (Entrevista gravada em 26/04/2022).

(E6) [...]ouvi em palestras e outras coisas, mas formou assim, não tive essa oportunidade, além de não ter tido oportunidade de participar, já ouvi falar nas redes sociais, na internet, televisão, nas lives, tendo conta da sua importância, provavelmente que tem muito impacto no desenvolvimento social e é raro o acadêmico não entender nada da segurança alimentar (Entrevista em gravada 31/04/2022).

Nas falas desses estudantes destacou-se que a SAN é também uma questão política que vai além do próprio acesso ao alimento, como citado por Aliaga, *et al.* (2020) esse direito está intrinsecamente ligado a outras necessidades humanas, assim como é expresso nas falas desses/as estudantes. Pensar na alimentação é pensar também nas condições de vida de cada pessoa, no que está em volta desse alimento, os problemas de saúde que pode ser agravados pela insegurança alimentar e nutricional e os fatores sociais, culturais, psicológicos, econômicos que podem interferir diretamente na manutenção da segurança alimentar.

Burlandy, Magalhães e Frozi (2013), ao debaterem sobre políticas públicas em SAN afirmam que esse direito deve ser pautado com base na Losan e nos princípios de universalidade, equidade, participação social, sustentabilidade, intersetorialidade, descentralização, em que todos os sujeitos devem ser contemplados por políticas públicas que garantam o acesso à alimentação que atendam às suas necessidades de acordo com cada ciclo da vida, sejam eles, na infância, adolescência, vida adulta, durante a velhice, gestação, levando em considerações as condições de saúde-doença, a cultura, gênero, etnia.

As discussões sobre as concepções dos estudantes sobre SAN para além do espaço universitário revelam visões individualizadas sobre a temática e que se tornaram representativas sobre a questão da insegurança alimentar e nutricional, realidade essa cada vez mais presente na conjuntura atual. As falas dos estudantes destacam a importância de um movimento pautado na luta pelo direito alimentar para além das fronteiras entre países. Essas afirmações permitem identificar elementos-chave para se pensar a insegurança alimentar e nutricional. Além disso, podemos refletir que esse direito se torna diretamente ligado ao abandono, aos desmonte das políticas públicas em SAN, e que a educação também possui forte relação com assistência ao direito alimentar dos imigrantes, respeitando suas culturas, rituais alimentícios, participação na formação de políticas públicas e debates sobre o tema.

### 5.3 UMA COMPREENSÃO SOBRE O ACESSO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA DIÁSPORA AFRICANA EM FORTALEZA E NO MACIÇO DE BATURITÉ, CEARÁ

Apresentamos a seguir as falas dos estudantes sobre o processo de acesso à alimentação, dentro e fora do espaço acadêmico, e os fatores que implicam diretamente a garantia da alimentação adequada e de outros direitos humanos. A compreensão dos estudantes sobre DHAA, SAN e sobre os aspectos relacionados à garantia desse direito nos permite refletir o entendimento a partir de suas reflexões sobre como ocorre esse processo, possibilitando contribuições significativas para melhorar as condições de acesso alimentar dentro e fora das universidades públicas e privadas no Ceará e Brasil, além de pensar a alimentação dentro de uma perspectiva diaspórica, inclusiva e integrada à soberania e fortalecimento da cultura alimentar africana nos espaços universitários, espaços sociais e de lazer.

A pauta alimentar como uma questão de emergência tem ganhado destaque dentro dos movimentos de luta pela SAN no país. Em junho de 2021, a UNILAB realizou uma pesquisa sobre a (In) segurança alimentar e nutricional dos estudantes de graduação durante o período da pandemia do covid-19 (2020-2021). que foi desenvolvida pelo Projeto de Fortalecimento do Ensino, Pesquisa e Extensão para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Com a participação da comunidade acadêmica, o projeto MU Consan/CPLP desenvolveu a pesquisa com objetivo de compreender a realidade vivenciada pelos estudantes neste período pandêmico. No período da realização da pesquisa, os Restaurantes Universitários estavam fechados.

A pesquisa realizada durante a pandemia buscou compreender a situação desses estudantes e como eles vinham mantendo seus hábitos alimentares na ocasião. Uma das principais preocupações era analisar a questão da insegurança alimentar desses estudantes em um período de tantas mudanças, como da pandemia, em que muitos sujeitos enfrentaram maiores dificuldades com o consumo alimentar. No período de isolamento, ficar em casa também era manter maiores custos diários com a alimentação, consumo de água, gás butano; com o tratamento da covid-19, muitas pessoas tiveram que manter gastos, devido ao fato de alguns municípios não terem medicação suficiente para os pacientes.

É importante ressaltar que a situação da insegurança alimentar dos estudantes africanos no Ceará vai além do cenário pandêmico. Nas falas a seguir podemos compreender os desafios enfrentados diariamente diante do acesso alimentar, conforme os relatos:

(E1) [...] sim, claro que sim, me custa. Porque se eu venho a cá sem dinheiro, sem nada, eu costumo a depender do meu irmão. Se ele me oferecer, eu vou pegar pequeno almoço, se ele não me der, eu vou ficar a esperar a comida da UNILAB (Entrevista em 26/04/2022).

(E2) [...] Bem, o acesso não é assim, muito adequado, né, já que a gente tem a oportunidade de comer apenas nos dias de semana, no final de semana aqui no sábado nós só temos acesso apenas ao almoço, e como a gente mora em Acarape, uma cidade muito distante, nós temos que nos deslocar até Redenção, andando debaixo do sol, pegando insolação pra poder comer. E a comida que você ingeriu acaba ficando no caminho, no percurso. Você vai ter que voltar pra outra cidade, então, nessa questão não é muito bom, né? Aí comemos em casa pequeno almoço, mas assim, é um pouquinho difícil, principalmente pra quem só tem a modalidade de auxílio moradia estudantil, porque, e a alimentação, que é R\$ 150,00, vou gastar R\$ 130,00. Então, se eu moro sozinho, gasto muito sozinho, gasto R\$ 130,00 pra comprar o gás, e eu preciso pagar a comida no RU, sobra quanto? Sobra R\$ 20,00, e R\$ 20,00 para 31 dias, é impossível, porque na conta mensal, eu preciso gastar R\$ 66,00 pra eu comer todos os dias, de manhã e à tarde no RU, então a conta não bate, ou seja, eu perco o direito também do ter pequeno almoço, porque o dinheiro não chega, aí a pessoa tem que se virar, poder trabalhar, poder fazer qualquer coisa pra poder sustentar a necessidade biológica, que é a alimentação (Entrevista em 26/04/2022).

(E3) Sim, normalmente no início, né, quando a pessoa tem dinheiro, ela consegue comprar qualquer coisa na cantina, um café, um salgado, mas na maior parte das vezes, a gente também traz lanche, uma banana, um pão de casa, que é melhor, quando não tem dinheiro, que a gente não tem, entendeu? Principalmente agora que as coisas estão super caras, quando chega, assim, final de mês você não tem mais nada, então é mesmo depender do RU universitário. Por isso que eu disse, você pense, né, se vale a pena comer, e a gente tem que comer mesmo, porque não tem em casa, a gente faz uma reserva pro final de semana, que não tem, o restaurante está fechado, então dia de semana você é obrigado a comer no restaurante universitário, independentemente de como vai tá a refeição (Entrevista em 26/04/2022).

As falas apresentadas acima apontam lacunas entre a ausência, acesso e permanência do DHAA no cotidiano desses sujeitos. As desigualdades de acesso à alimentação são visivelmente expressas nas falas, e existem inúmeros fatores impeditivos ao direito humano alimentar. Os estudantes sofrem com as desigualdades sociais e raciais, com o esquecimento por parte do poder público que apoiam as políticas educacionais afirmativas. Além disso, o processo para formação superior é também um cenário de diversas inseguranças.

Percebe-se que as condições de acesso ao alimento estão diretamente ligadas às condições socioeconômicas; os estudantes entrevistados afirmaram que buscam os RUs como espaço para realização de suas refeições, porém, aos sábados, os ônibus intercampi não funcionam e os estudantes precisam se deslocar a pé entre uma cidade a outra para realizar suas refeições no RU. Como citado em uma das falas, em que é colocado que os estudantes acabam tendo que se deslocar de Acarape para Redenção pegando insolação na ida e retorno para casa.

Realizar as refeições em casa nos finais de semana é também um desafio para os estudantes, já que para preparar os alimentos, eles precisam comprar o gás de cozinha, alimentos, temperos para o preparo das refeições e água, além de lidar com a ausência de temperos próprios de suas culinárias na região onde moram. Para os estudantes que dependem somente do auxílio moradia e alimentação para manter as despesas mensais, ainda tem de buscar outras alternativas de rendas informais para custear suas despesas mensais. Cabe lembrar que esses estudantes ainda enfrentam os desafios de estudar em tempo integral e conciliar com outras atividades informais, como uma renda auxiliar, pois, para além da alimentação, existem outras necessidades humanas que precisam ser asseguradas, incluindo cuidados com higiene pessoal, gastos acadêmicos, saúde, entre outros. Nota-se que o lazer e o bem-estar ficam ausentes em meio a tantas emergências do viver desses estudantes.

Os estudantes encontram na comunidade acadêmica africana uma rede de apoio, que fica evidente no relato citado anteriormente sobre uma situação de solidariedade entre colegas no momento de uma das refeições no RU. O ato de solidariedade com o outro colega foi visto pela estudante brasileira como um exagero, como se os estudantes estivessem colocando muita comida para ele; isso é nítido do imaginário racista e preconceituoso da população brasileira sobre o imigrante e o africano como alguém que sofresse da fome.

No livro de Araújo *et al.* (2021) “*Comida com gosto de política: alimentação e integração internacional numa nova diáspora africana*”, como citado em outro momento neste trabalho, os autores apresentam grandes contribuições sobre a questão alimentar na diáspora. A partir de relatos de entrevistas com estudantes e professores da UNILAB, as dificuldades que a comunidade acadêmica vivencia diante da transição e adaptação aos novos hábitos alimentares no Ceará e na região do Maciço de Baturité, a ausência de políticas voltadas à integração da cultura alimentar dos países da CPLP que compõem a UNILAB, a urgência de políticas públicas em SAN, inclusivas, além de discorrer na obra sobre vários fatores que são negligenciados e esquecidos por parte de setores públicos acerca da alimentação, imigração, racismo, alimentação e religião, insegurança alimentar, direito humano à alimentação adequada, entre outras temáticas surgem pertinentes para refletir a alimentação dos imigrantes no país.

No segundo capítulo do livro “*os sentidos da mesa como território de trocas e interações*”, Araújo *et al.* (2021) apresentam grandes contribuições para se pensar sobre o relato da entrevistada acerca do episódio presenciado. O autor fala sobre os sentidos que o ato do comer possui, não apenas como uma necessidade biofisiológica, mas como algo carregado de significados que ultrapassa a ideia de mera partilha da comida. Ou seja, esse é também um ato de compartilhar sentidos, afetos e atribuídos a existência. Compartilhar a comida é um ato de cuidado e reconhecimento. Os autores ressaltam que comer também é incorporar a cultura que a comida envolve nas relações de trocas. Encontrar esses espaços de trocas fora de seu território de suas raízes sociais e culturais é bastante significativo, pois proporciona no sujeito um espaço de identidade e de encontro com sua cultura mesmo longe de seu território.

A adaptação aos novos hábitos alimentares é também uma questão política, isso porque o acesso e a presença de políticas de integração alimentar são negligenciados tendo os estudantes que se adaptarem à cultura brasileira. Diante das questões ligadas aos fatores que dificultam na manutenção da alimentação saudável no cotidiano dos discentes, os fatores sociais e econômicos tornam-se predominantes das falas dos entrevistados, conforme a seguir:

E2 [...] Eu diria mais o fator socioeconômico, porque o cultural e o social a gente consegue adaptar, eu consigo me adaptar a uma nova cultura, eu não comia cuscuz, agora eu como, eu não comia tapioca, agora como, eu consigo me adaptar à cultura e à sociedade brasileira e cearense. Mas a questão socioeconômica, se eu não tiver dinheiro para pagar uma comida no RU, eu não tenho como adaptar a isso, se não tiver a possibilidade de conseguir comprar um gás, não consigo comer no final de semana, aí eu tenho que passar fome, aí é muito complicado, porque a maior parte dos estudantes, eles não têm como trabalhar, porque o estudo é integral, as bolsas de iniciação científicas de extensão são extremamente poucas, então acabamos ficar sem comer, assim, a maior parte das vezes, principalmente no final do mês na questão de não ter dinheiro para pagar especificamente o RU alimentação (Entrevista em 26/04/2022).

E3 [...] Sim, socioeconômico, cultural também, né? Principalmente que tem muita comida que a gente não gostar de comer dentro lá e não tem como comer aqui, porque não temos temperos necessários, o peixe necessário, porque o peixe daqui é completamente diferente, outro também, eu comia, tipo, era só peixe, peixe quase todos os dias, e é peixe do mar, aqui dificilmente, pra você encontrar peixe do mar, tem que ir pra Fortaleza, né? A gente não tem esse hábito de comer peixe do rio, ou são criados, aí é muito complicado, muito complicado mesmo, aí vem sempre frango, frango e mais frango, que é mais barato, então esse fator socioeconômico, cultural principalmente, porque a gente tem muita saudade da comida da nossa terra, do nosso país, então é muito complicado. Com tempo, a gente se habituou e foi se adaptando, conseguimos fazer mesmo sem os temperos algumas coisas, mas não é igual, então é socioeconômico, porque nem sempre a gente tem dinheiro. Eu vou querer comer peixe, mas nem sempre tem dinheiro pra comprar o peixe pra comer, mesmo esse aqui que é do rio ainda é caro. Você compra um peixe, você vai fazer uma refeição, aí não dá, então é preferível você comprar um frango, que vai durar duas ou três refeições, então é sim. (Entrevista em 26/04/2022).

As falas acima revelam uma realidade que se manifesta de diferentes formas no cotidiano desses estudantes. Além da dificuldade de ofertas de cardápios pensados em suas culturas alimentares, fora desses espaços existe também a preocupação desses sujeitos com a oferta e disponibilidade de alimentos no comércio local. Os discentes também relatam ter que economizar os custos financeiros com a alimentação nos Rus, em que muitas vezes ao chegar no final do mês não possuem dinheiro suficiente para custeá-la.

Araújo *et al.* (2021) também descrevem situações semelhantes sobre a população africana que integra a comunidade acadêmica da UNILAB e não se identifica com as comidas oferecidas pelos RUs como parte da culinária africana. Apesar da comunidade manifestar suas críticas e reclamações sobre a alimentação dos RUs, existem inúmeras falas silenciadas, cujas inquietações, muitas vezes, tornam-se parte da rotina dos estudantes, tendo que conviver com suas angústias em relação às práticas alimentares nas universidades, como citado em vários momentos durante a ida ao campo. Essa não é uma realidade apenas da UNILAB e UFC, instituições com as quais os estudantes entrevistados possuem vínculo estudantil, mas também

de outras instituições de ensino pelo país, como afirmado pelos professores em uma das pesquisas de Araújo *et al.* (2021).

Os cuidados com a alimentação em casa são também um desafio diário para os estudantes, como citado anteriormente. Os custos com a alimentação geram a ausência de alimentos que possuem valor cultural e afetivo para os estudantes, bem como a manutenção do consumo de alimentos que antes faziam parte de sua alimentação em seus territórios. Na diáspora, esses alimentos se tornam de difícil acesso, não só pela indisponibilidade de insumos, mas pela política alimentar e o desconhecimento da população local sobre alimentos comuns que fazem parte da cultura alimentar africana que foram trazidos para o território brasileiro durante o Brasil colonial pelos povos africanos, tais como quiabo, mandioca, azeites, feijão, amendoim, entre outros alimentos citados pelos estudantes durante a realização das entrevistas. As relações sociais entre Brasil/África<sup>36</sup> e seus colonizadores ao longo da História nos permitem observar alguns padrões de comportamento, saberes, crenças e culturas em seus simultâneos espaços geográficos. A cultura trazida das diversas regiões do continente africano por nossos ancestrais no regime escravista durante muitos anos para o Brasil sempre foi baseada em um modelo agroecológico, nas comunidades rurais, na relação com a terra e o plantio de alimentos para o consumo familiar (TATINI; TATINI, 2020).

Esses saberes trazidos pelos nossos ancestrais foram muito além da mão de obra escravizada pelo Brasil colonial; muitos conhecimentos e saberes sobre o uso de plantas medicinais e curativas, alimentos tradicionais, técnicas de plantio, cultura ancestral de preservar as riquezas naturais, e relação com a natureza e humanidade e que fazem parte da nossa cultura ancestralidade tem relações com África. Para além disso, destacam-se também a variedade de alimentos trazidos de diversas regiões da África para fins alimentares, curativos e ritualísticos, entre esses estão: arroz-vermelho, inhame, cabaça, mamona, saião, pimenta malagueta, café, inhame-batata, inhame-amarelo algodão, quiabo, gergelim, feijão-fradinho, capim-elefante e de outras naturezas (TATINI, TATINI, 2020).

Tatini e Tatini (2020) relatam que os alimentos fortalecem nosso sistema vital; para elas, a produção de alimentos saudáveis necessita integrar aspectos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos. Tais modos de produção exigem uma relação de respeito e preservação da natureza. A diversidade de alimentos, a culinária afro-brasileira, os saberes e produções dos indígenas são parte de reflexões para o fortalecimento da agricultura familiar, soberania

---

<sup>36</sup>TATINI, Martha; TATINI, Rebecca. Agroecologia e ancestralidade: a cosmovisão africana e sua conexão com os saberes agroecológicos. **XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Universidade Federal de Sergipe, 2020.

alimentar, produção de alimentos nos meios rurais, práticas alternativas e agroecológicas para o consumo humano e saúde da sociedade.

#### 5.4 INTEGRAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR AFRICANA NOS ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS NO CEARÁ

Em à *Psicologia Social da Comida*<sup>37</sup>, Amon (2014) expõe que até pouco tempo os temas relacionados à comida no Brasil eram considerados de pouca importância, ou seja, tidos como domínio da culinária, do ponto de vista reduzido à ideia de receitas, desvalorizando o ponto de vista social e focado em estudos de bases biológicas e fisiológicas, que abordavam os nutrientes e pontos de saúde da população, mas não na comida como uma questão afetiva, social, cultural e de representatividade e de herança entre povos. Continuando, a autora afirma que, ao comer, o sujeito não está apenas reproduzindo e garantindo sua existência enquanto ser com necessidades biológicas e fisiológicas, mas, para além disso, enquanto humano e em tudo que está em volta ao ato do comer, da comida.

Diante desses apontamentos a autora apresenta alguns questionamentos sobre essa construção do comer, tais como a transformação da matéria alimentar em comida. Assim surgem algumas reflexões sobre o entendimento do comer na construção da pessoa, pois, ao pensar nessa construção, faz-se necessário algumas observações, como apresentadas pela autora, “quem come, o quê, como, com quem, quando, o que, em qual circunstâncias” (AMON, 2014, p.15). A autora descreve que pensar a comida parte-se de ideias ligadas às suas representações sociais, especificidades humanas, culturais e singulares. Assim, todos os alimentos que consumimos possuem representações sociais e afetivas, desde o preparo, oferecido por determinadas pessoas, pelo contexto sociocultural, apresentados de modos particulares em diferentes regiões geográficas.

Tendo em vistas essas reflexões sobre a comida, estas possuem significados muitos particulares para cada sujeito. Pensando nesses pontos e na importância da integração e presença do fortalecimento da cultura alimentar africana nos espaços universitários e nas regiões e comunidades que os estudantes habitam, buscou-se compreender, a partir dos relatos dos entrevistados, como eles/as percebem o papel das instituições de ensino diante do fortalecimento da integração e cultura alimentar de seus países nos espaços acadêmicos. Sobre

---

<sup>37</sup> AMON, Denise. **Psicologia Social da Comida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.15.

essa questão, os estudantes relatam suas concepções e experiências nas universidades que estudam. Diante disso, afirmaram:

E1[...] eles fazem a cozinha tipicamente brasileira. Desde que cheguei aqui, eu não comi a comida da minha cultura (Entrevista em 26/04/2022).

E2 [...] Sim, eu me deparei com um projeto de extensão do professor Subuhana, moçambicano, que ele trazia essa questão, de apresentar a comida africana, principalmente de Moçambique, mas tem interação também com Cabo Verdiana, Angolana, isso foi antes da pandemia, ai apresentava como fazia os alimentos de cada país. Nós temos a interação dos angolanos, provaram a comida dos moçambicanos, dos guineenses e a gente conseguia ter aquela integralidade, né, integração de cultura alimentar de cada país (Entrevista em 26/04/2022).

E3 [...] como a gente falou, na empresa passada ainda tinha, né, algumas refeições, como cachutpa. É, algumas carnes que eram parecidas, carne de sol, que a gente consome muito, dava sim pra matar um pouco de saudade. Não era parecido, mas tudo bem, mas agora, de jeito nenhum, não tem, não tem nada mesmo, não tem nada, nunca vi voltada pra, nunca vi nenhuma ação voltada, assim, voltada pra alimentação, pra preservação da alimentação dos nossos países, não tem, só cultura mesmo, mas alimentação não (Entrevista em 26/04/2022).

E5 [...] eu sabia que na gestão anterior do RU tinha, tanto que a gente tinha, tem uma comida que é típica de algum país africano, que é a cachutpa, eles tinham, só que na atual, eu nunca vi, nem uma comida típica de algum país africano, então, eu não vejo isso na atualidade (Entrevista em 26/04/2022).

E6 [...] pode existir, mas nunca ouvi falar, já faz quatro anos, mas nunca ouvi falar da integração alimentar intercultural, nunca ouvi falar, não posso afirmar que existe (Entrevista em 31/04/2022).

Nota-se nos relatos acima que os movimentos existentes da integração alimentar não estão presentes com tanta frequência nas políticas alimentares nas instituições. A própria comunidade africana busca manter os seus rituais alimentares, preparos de alimentos; a apresentação da cultura alimentar africana acontece pelas ações de docentes e pesquisadores, como citado em dos relatos das entrevistas. Os estudantes expõem em suas falas o desconhecimento de ações pensadas na cultura alimentar nos cardápios universitários. Pode-se observar nos relatos que a antiga empresa do RU da UNILAB tinha desenvolvido algumas mudanças nos cardápios, inserindo algumas refeições voltadas aos países africanos; porém, a permanência dessas ações foi por curto período, levando, assim, aos estudantes uma adaptação ao cardápio com uma culinária brasileira e local.

Em uma publicação no *site* da UNILAB por Emmanuel Nogueira, em 2018, sobre uma oficina de culinária africana realizada no Laboratório de Processamento de Alimentos do curso de Gastronomia e de Engenharia de Alimentos da UFC, que teve como objetivo ampliar as opções de pratos dos países africanos no Cardápio do RU da UNILAB. Além disso, a

oficina buscava proporcionar momentos de integração da culinária, tendo em vista que essa é uma característica cultural marcante nos países.

A realização da oficina fez parte de uma pesquisa de mestrado em Nutrição e Saúde de uma estudante e nutricionistas da Seção de Alimentos e Nutrição (SAN/COESE). A realização da oficina teve participação de estudantes de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, que contribuíram para a execução das atividades, na qual as receitas escolhidas contaram com a participação das entrevistas realizadas com estudante internacionais ingressos no segundo semestre de 2017 (NOGUEIRA, 2018) Como citado antes, o Professor e Antropólogo Patrício Carneiro desenvolveu estudos sobre alimentação em diferentes dimensões no livro “Religiões e Culturas Alimentares: do cuidado ao controle dos corpos” (ARAÚJO; GAIA<sup>38</sup>, 2022).

Nesta última seção pretende-se discutir também sobre a integração da cultura alimentar africana nos espaços acadêmicos na diáspora e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para manter as memórias afetivas da culinária de seus países de origem. Esse processo de adaptação torna-se um desafio para os estudantes, que tendem a lidar com as mudanças da culinária. Partindo desses fatores relacionados à adaptação alimentar, o que buscou neste momento foi compreender quais desafios esses estudantes enfrentam para lidar com as memórias afetivas em relação à culinária, aos rituais alimentares e tradições da cultura alimentar de origem, entre os relatos dos estudantes sobre os desafios para manter essas memórias e novas adaptações, os estudantes relataram:

E2 [...] Bem, as dificuldades, assim, eu posso dizer que já consegui superar, né? Farei três anos aqui, no começo, a gente tinha muitos problemas em relação ao tempero da comida, porque nós viemos com uma cultura lá de Angola, que o tempero é diferente, a preparação da comida é diferente, a comida em si é diferente, aquilo ficava na nossa memória, quando você chega aqui, você não consegue se adaptar, mas em função do tempo, tentando, comendo aquilo e outro, a gente conseguiu se adaptar, conseguiu vencer algumas barreiras que atualmente tem uma nova equipe na, pra governar o RU, né? A gente pra voltar a se readaptar, porque ficou a memória da alimentação passada, que temos que vencer, porque já não existe mais, pra alimentação presente (Entrevista em 26/04/2022).

E3 [...] Pois é, é como falei, não existe, a gente aproveita muito quando tem outras entradas vindo, pede pro pessoal trazer os temperos, mas como entrou pandemia, aí demorou o que? Dois anos pra poder vim as pessoas... A gente sempre aproveita, pega os temperos, todas as coisas que não têm aqui, que é possível trazer, a gente pede e trouxe, os meninos estão trazendo de pouquinho em pouquinho, a gente mata a saudade, mas não dura, tem coisa, os temperos, alguns duram, né? Mas outros não duram meses, então é só naquela época mesmo que a gente consegue matar a saudade. Fora isso, não tem como fazer, é só mesmo comer daqui, não tem como. Em outros estados, como por exemplo Bahia, São Paulo, se encontra coisas que dá

---

<sup>38</sup> ARAÚJO, Patrício Carneiro; GAIA, Ronan da Silva Parreira (orgs.). **Religiões e culturas alimentares: do cuidado ao controle dos corpos**. João Pessoa: Fogo Editorial, 2022.

certo. Na Bahia, por exemplo, tem muita coisa que tem no meu país, muita coisa mesmo. Quando eu fui, eu comia de tudo, mas aqui não tem nada diferente, coloca que nem nenhum azeite, é completamente, o sabor, é tudo diferente, então é dificuldade constante, a gente tem que se adaptar mesmo às refeições daqui (Entrevista em 26/04/2022).

E5 [...] Sim, financeiras. Se a gente quiser comer da nossa terra, tem que gastar um pouquinho mais, tem que ir atrás, tem coisas aqui por exemplo, do campo, que falo mais de folhas, bem mais simples, que pelo que eu soube, aqui jogam fora, só que nós, por exemplo, a folha da macaxeira, pra nós aqui usar, a gente usa, a gente cozinha ela, então se a gente quiser a gente tem que ir atrás, mas assim, o básico é o financeiro, tendo o financeiro, a gente consegue chegar nesses produtos (Entrevista em 26/04/2022).

E6 [...]A gente tenta encontrar às vezes alimentos no nosso convívio cultural, pra tentar dentro uma semana, ou mês, até quinzenalmente consumir o que é nosso, mesmo não sendo tradicional 100%, mas pelo menos 70%, 50%, a gente tenta encontrar, porque aqui existe vários produtos que temos incomum, dentre eles, óleo de dendê, pasta de amendoim, quiabo, temos caldo que a gente faz com quiabo. Falta muitos ingredientes, mas a gente tenta procurar uma forma mais normal pra poder contemplar (Entrevista em 31/04/2022).

Vale salientar que, diante das falas dos estudantes, para manter o fortalecimento da cultura alimentar e das memórias afetivas da comida é um processo que envolve inúmeras dificuldades, como colocado em diversos momentos nesta pesquisa. O comer na diáspora é um desafio constante, como afirmado por um dos estudantes nas falas acima. O acesso aos alimentos e temperos da cultura alimentar desses sujeitos se dá pelo apoio entre os próprios estudantes. Os discentes relataram que procuram manter esse acesso também por meio de alguns colegas que estão vindo de países em comum para o Brasil; porém esse percurso de vir para o país pode levar meses ou anos, como colocado pelos entrevistados. Com a pandemia ainda ficou mais difícil garantir esse acesso aos temperos e alimentos, pois demorou bastante tempo para a chegada de novos estudantes na diáspora nesse período pandêmico.

Em Fortaleza e na Região do Maciço de Baturité, mesmo diante de um cenário de uma comunidade acadêmica africana, ainda há muito pouco trabalho e ações voltados à integração da cultura alimentar africana. Alguns estudantes relataram outros estados brasileiros, onde encontram com maior facilidade alimentos e temperos em comum a suas culinárias.

Um dos entrevistados, momentos antes da realização da entrevista, relatou que em Fortaleza, por ser a capital do estado, é mais comum encontrar temperos que podem ser utilizados em sua cultura alimentar. Nesse momento, uma fala dos estudantes muito importante para se pensar essa realidade foi sobre a contratação de nutricionistas africanos nas equipes do RUs nas universidades públicas, tendo em vista que esses profissionais podem apresentar grandes contribuições na formação dos cardápios desses espaços.

Em Fortaleza, essa realidade ainda é mais evidente, pois, como existe um maior número de estudantes que estão matriculados na UNILAB, a situação da integração alimentar ainda apresenta debates importantes, desde a construção de estudos que revelam essa realidade, como os livros produzidos pelo professor Patrício Carneiro e outros colaboradores, como citado neste estudo, são referências importantes para novos pesquisadores interessados pela temática. Além dos trabalhos realizados por professores na instituição com alunos, como citado pelas estudantes nas entrevistas, além desses esforços de professores e discentes, o Projeto MU/CONSAN, também vem sendo de grande valia para esse movimento. Vale destacar que foi desenvolvida a criação do Núcleo de Pesquisa em Sistemas Sustentáveis, Cultura e Sociedade – NEPSSCS – UNILAB. O núcleo se tornará um espaço de grandes contribuições para pesquisadores e comunidades da CPLP, além de produzir trabalhos científicos de professores ativistas e de pesquisadores.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população estudantil africana na diáspora no Ceará é composta por estudantes de diferentes países da CPLP que buscam o Brasil como um país com grandes aproximações culturais, ancestralidade e relações históricas com grande participação africana na formação da sociedade brasileira, tanto pela língua falada em comum ser o português quanto pelo referencial da educação brasileira para esses estudantes, desde visões sobre a possibilidade de construir uma formação acadêmica internacional, tecnologias, intercâmbios estudantis, carreira acadêmica, entre outras percepções desses sujeitos

O cotidiano desses estudantes é marcado por preconceito, discriminação, estigmas sobre seus países e cultura, inseguranças, racismo e diversas promessas ofertadas por instituições de ensino particulares que não mantêm as afirmações de propostas oferecidas a esses sujeitos, desde garantia de moradia, estágios renumerados, trabalho, entre outros fatores que precisam ser debatidos como problemas institucionais que precisam garantir a assistência estudantil aos estudantes.

Cabe destacar que esses estudantes experienciam a ausência de seus países, hábitos alimentares e culturais, familiares. Em suma, buscam manter nos espaços públicos o fortalecimento de suas culturas, onde, na maioria das vezes, deparam-se com a comunidade local distante e com olhares preconceituosos e com poucas trocas culturais.

Na fase inicial da pesquisa foi possível compreender o processo da imigração estudantil africana para o Ceará, tomando como referência para a compreensão desse processo autores como Malomalo, Fonseca e Badi (2015), Langa (2017), Gusmão (2015) e Carneiro (2022), podendo observar em diversos momentos de interação a importância da comunidade acadêmica para o fortalecimento da cultura africana no país.

Neste trabalho foram apresentados, mediante realização da pesquisa de campo e da análise de conteúdo, temas relacionados à (in) segurança alimentar e nutricional no cotidiano de seis estudantes de graduação de diferentes países da CPLP. Os relatos das falas dos entrevistados revelam uma realidade oculta sobre as políticas e ações voltadas à integração da cultura africana no Brasil, Ceará e na Região do Maciço de Baturité, e sobre a insegurança alimentar e nutricional presente na vida desses sujeitos.

A ida ao campo permitiu ampliar novas perspectivas sobre a questão da (in) segurança alimentar e nutricional africana, revelando as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos diante da questão alimentar para além dos valores biofisiológicos. Mas, se pensar a comida e

o comer como uma relação de afeto, de rituais, memórias, de valores e saberes de cada território que para serem mantidos por esses estudantes se torna algo tão desafiador, tendo que lidar com a ausência de políticas alimentares pensadas nesses valores para essa comunidade.

Durante toda a realização da pesquisa, o mundo enfrentava momentos desafiadores com a pandemia, como as incertezas sobre a vacinação, perdas de diversas pessoas próximas, estudantes, professores e familiares. Os discentes relataram suas dificuldades com a pandemia, com perdas de familiares e amigos.

A insegurança alimentar e nutricional na diáspora africana é uma questão de direito humano alimentar fragilizado, com fatores que interferem diretamente na garantia desse direito. Os sujeitos que participaram desta pesquisa trazem grandes contribuições para compreender as dificuldades enfrentadas pela comunidade acadêmica estudantil, como fatores socioeconômicos, ausência da culinária africana na academia, custos com alimentação, moradia, problemas de saúde relacionados ao consumo alimentar e afins. Finalizo as considerações desta pesquisa refletindo sobre a continuação de um trabalho sobre a integração da cultura alimentar africana nas universidades do Ceará e os desafios para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional nesses espaços.

Os sujeitos que participaram desta pesquisa permitiram tornar este tema ainda mais necessário; por intermédio de suas falas, diálogos e experiências tornaram este estudo um trabalho contínuo que não se encerra aqui, mas nos fazendo refletir sobre essa temática para além. Assim, é necessário a continuação de estudos voltados à garantia do direito humano alimentar desses sujeitos diante às problemáticas apresentadas neste estudo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jun. 2008.

AGUIAR, Odaleia Barbosa de; PADRÃO, Susana Moreira. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. **Serv. Soc.** São Paulo, n. 143, p. 121-139, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7GNQn7tYqWL6wYZncbLRnSN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

AMON, Denise. **Psicologia Social da Comida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 15.

ARAÚJO, Patrício Carneiro; GAIA, Ronan da Silva Parreira (Orgs.). **Religiões e culturas alimentares: do cuidado ao controle dos corpos**. João Pessoa: Fogo Editorial, 2022.

ALIAGA, Marie Agnes, et al., Avaliação participação da segurança alimentar e nutricional em uma comunidade de Salvador, Brasil. Ver. *Ciênc. saúde coletiva* 25 (7) - Jul 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FDWFMHfvDbgXLSsJ7dtQrmM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de mai. 2021.

ARAÚJO, Patrício Carneiro (Orgs.) **Comida com gosto de política: alimentação e integração internacional numa nova diáspora africana**. Ed. Meranoia, 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. **Estudantes africanos pedem regularização migratória do Ceará, Fortaleza**, 2015. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/45282-estudantes-africanos-pedem-regulariza%C3%A7%C3%A3o-migrat%C3%B3ria-no-cear%C3%A1>

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito**. Ed. Contraponto, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2016.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008.

BLANC, Manuela Vieira *et al.* Migrações em trajetórias entre estudantes africanos no ensino superior brasileiro: um estudo exploratório no contexto do Estado do Espírito Santo. **[SYN]THESIS**, 34 Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 34-43, jul./dez. 2017.

BOMTEMPO, Denise Cristina; SENA, Kananda Beatriz Pinto. Migração internacional de africanos para o Brasil e suas territorialidades no Estado do Ceará. *Rev. Geografares*, 33, 202, p. 15.

BRAGA, Lauriberto. Jornal Hoje em dia. **Trezentos estudantes africanos no Ceará evitam deportação, 2012**. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/trezentos-estudantes-africanos-no-cear%C3%A1-evitam-deporta%C3%A7%C3%A3o-1.14319>

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal do Governo Brasileiro. **Programa de Financiamento Estudantil**. Disponível em: <<https://sisfiesportal.mec.gov.br/>>

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20743-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp>>.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Programa de Estudantes Convênio de Graduação – PEC-G**, Brasília, 2021. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/pec-g>>.

\_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria Geral. **Lei Nº 13.445**, de 24 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA REPÚBLICA. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, Relatório Final. Olinda, 2004.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **LEI Nº 11.346**, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Relatório Final, Brasília: CONSEA, 2004. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/>>.

\_\_\_\_\_. **Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962**. Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Ldl/Ldl06.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Ldl/Ldl06.htm).

BURITY Valéria; FRANCESCHINI, Thaís; VALENTE, Flavio. A Segurança Alimentar e Nutricional. In: BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Set /Out /Nov /Dez 2003 n. 24, p. 5-12, 2003.

CHIZZOTTI, António. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. v. 16, n.2, p. 2203-236, 2003.

CORREIA JÚNIOR, Antonio; SILVA, Edson Vicente da; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Movimentos Sociais e Cultura Africana no Estado do Ceará: Caso dos Estudantes

Guiné-Bissau/África. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 19, n. 2, p. 55-66, dez. 2017, p. 62. Disponível em: <<https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/330/316>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

COSTA, Christiane; PASQUAL, Mariana. **Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar no Brasil**. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/35520832/Participacao\\_popular\\_nas\\_politicas\\_publicas.pdf#page=99](https://www.academia.edu/download/35520832/Participacao_popular_nas_politicas_publicas.pdf#page=99). Acesso em: 14 de abr. 2022.

DELFIM, Rodrigo Borges. **Sou Imigrante – Poema de Moisés António**. MigraMundo. (2017). Disponível em: <https://migramundo.com/sobre-o-blog-migramundo/>. Acesso em: 16 mai. 2022.

DUTRA, Eliane Said; CARVALHO, Kênia Mara Baiocchi. **Alimentação e Nutrição no Brasil**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso /Rede e-Tec Brasil, 2013.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; TAVARES, Dirce Encarnacion; GODOY, Hermínia Prado. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. Ed. PAPIRUS, 2015.

FERNANDES, Bernardo Monçano; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Josué de Castro: vida e obra**. 2.ed. São Paulo, Ed. Expresso Popular, 2007.

FREITAS, Maria Ester de. A mobilidade como Novo Capital Simbólico nas Organizações ou Sejamos Nomades? **O&S**. Salvador, v. 16. n. 49, p. 247-264, abr/jun 2009.

FUSCO, Wilson *et al.* Editorial – Dossiê “Migrações em Países Lusófonos”. **Cadernos Estudos Sociais**. v. 33, n. 2, jul-dez, 2018, p. 1.

GALEFFI, Dante. O rigor nas pesquisas qualitativas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa**. Salvador, EDUFBA, 2009.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Na Terra do Outro: presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje. **Rev. Dimensões**, v. 26, p. 191-204. ISSN: 2179-8869, 2011.

LEÃO, Marília. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013, 263p.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. Experiência de imigrantes africanas na cidade de Fortaleza-Ce (2010-2017). **Rev. Equatorial**, Natal, v. 7, n. 12, jan/jun, 2020, p.25. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18248/>>. Acesso. 12 de jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Processos de saúde e de adoecimento entre estudantes africanos na diáspora na cidade de Fortaleza. In: MALOMALO, Basilele; MARTINS, Elcimar Simão; FREIRE, Jacqueline C. da S. Freire. **África. migrações e suas diásporas – Reflexões sobre a crise internacional, Cooperação e Resistências desde o Sul**. Porto Alegre: RS, editora, 2017.

\_\_\_\_\_. Diáspora Africana no Ceará: representações sobre as festas e as interações afetivo sexuais de estudantes africanos (a) em Fortaleza. **Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies** v. 2, n. 1, 2014.

LEÃO, Marília. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança**. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH. Brasília, 2013.

LIBERATO FILHO, Geraldo Flamarion da Ponte *et al.* Estudantes africanas imigrantes no Ceará – análise do processo adaptativo. **Rev. Psicol. Divers. Saúde**, Salvador, p. 243-244, 2017.

MACEDO, Dione Chaves de. *et al.* A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Simbio-Logias**, v. 2, n. 1, 2009. **Disponível:** < [https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbiologias/A\\_Construcao\\_da\\_Politica\\_de\\_Seguranca.pdf](https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbiologias/A_Construcao_da_Politica_de_Seguranca.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MAGALHÃES, R. **Fome: uma (re) leitura de Josué de Castro** [online]. Rio de Janeiro: Editora, FIOCRUZ, 1997.

MALOMALO, Basílele; MARTINS, Elcimar Simão; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra. (Orgs.) **África, migrações e suas diásporas: reflexões sobre a crise internacional, cooperação e resistência desde o Sul**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

MALOMALO, Basílele. Mobilização Política dos/as imigrantes africanos/as pela conquista de seus direitos no Ceará (2012-2015). **Revista de Humanidades e Letras**. ISSN: 2359-2354 v. 3 | n. 1 | Ano 2017. Disponível: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2999/0>>. Acesso em: 12 de jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Mobilização Política dos/as imigrações africanos/as pelas conquistas de seus direitos no Ceará. Capoeira – **Revista de Humanidades e Letras**, Vol.3, Nº. 1, 2017, p. 58.

\_\_\_\_\_. Estudos africana ou novos estudos africanos: um campo em processo de consolidação desde a diáspora africana no Brasil. **Revista de Humanidades e Letras** ISSN: 2359-2354 v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: < [https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1530801245\\_ARQUIVO\\_NovosEstudosAfricanos.Copene2018.pdf](https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1530801245_ARQUIVO_NovosEstudosAfricanos.Copene2018.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, Ed. Atlas, 2003, p 186.

MALUF, Renato S.; REIS, Márcio Carneiro. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana. (Org). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2013.

MATTOS, Rubem Araujo de. As políticas nacionais de alimentação e nutrição e as trajetórias institucionais dos direitos à saúde e à alimentação. **Cad. Saúde Pública**, 2021, p. 4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WFyrdB3DNLTwLhBj9TkVQVr/?lang=pt#> Acesso em: 02 jun. 2022.

MELO, Elisabete, BRAGA, Luciano. **História da África e Afro-Brasileira em busca de nossas origens**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

MELLO, Marina Pereira de Almeida; GOMES, Peti. **Algumas considerações sobre relações de gênero, raça e etnicidade no contexto da diáspora africana em uma universidade do Ceará-Brasil**. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Africanos no Brasil, Hoje: imigrantes, refugiados e estudantes**. SOUSA, Lorena Francisco de. **ESTUDANTES AFRICANOS MIGRANTES: vivências e perspectivas na passagem do meio para a qualificação**. In: MALOMALO, Bas'ille; FONSECA, José Dagoberto; BADI, Kabunda Mbuyi. (Org.). **Diáspora Africana e migração na era da globalização: experiência de refúgio, estudo, trabalho**. Curitiba, editora CRV, 2015, p. 173.

MINAYO, Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Ed.28, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 61.

MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. **Que lei de migração é essa?** REDIN, Giuliana, MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt; ALMEIDA, Alessandra Jungs de. **O papel da academia na proteção e promoção dos direitos humanos de migrantes e refugiados no Brasil: a prática extensionista do migradidh UFSM**. REDIN, Giuliana; BERTOLDO, Jaqueline. **Lei de migração e o “novo” marco legal: entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão**. In: GIULIANA, Redin. **Migrações internacionais: experiência e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil**. Santa Maria, Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues; SILVA, Áurea Gardeni Sousa da. A experiência de estudantes africanos no Brasil, **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 55-70, jan./abr. 2016, p. 65.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2.ed. São Paulo: Global Editora, 2016.

MUNGOI, D. M. D. C. M. J. **“O Mito Atlântico”**: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de Mestrado).

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processos de um Racismo Mascarado**. 3.ed. São Paulo: Perspectivas, p. 97, 2016.

NASCIMENTO, Thays. Reflexões sobre a (In) segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um olhar a partir da desigualdade racial. **Nupens – USP**, 2019. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/nupens/reflexoes-sobre-a-inseguranca-alimentar-e-nutricional-no-brasil-um-olhar-a-partir-da-desigualdade-racial/>>.

ORLLETI, Elisabeth. **A Universidade pública brasileira cresce para menos**. Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ano I, nº I, Brasília, p. 61, 2014.

PAULINO, Nícolas. '**Macaco**', '**urubu**', '**tira isso da cabeça**': africanos relatam situações de discriminação no Ceará. G1 Ceará. Globo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/04/19/revoada-de-urubus-chama-atencao-de-morador-em-quadra-de-palmas.ghtml>.

PEIXOTO, Francisco Felipe; NASCIMENTO, Daniely Cardoso do; BARBOZA, Edson Holanda Lima. Trabalho e Educação na Diáspora Africana de Estudantes Oriundos de Guiné-Bissau em Fortaleza-Ce-2015. **Campina Grande**, v. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, Realize editora, 2015.

PEREIRA, Samira Cristina Silva; MENDES, Sérgio Procópio Carmona. Um debate sobre o campo online e a etnografia virtual. TECCOGS – **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 21, jan./jun.2020, p. 196-212.

PERES, Thais Helena de Alcântara. A comunidade solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. **Rev. Civitas**, Porto Alegre, v. 5. n.i, jan-jun, 2005, p. 109-126. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/37/1609/> Acesso em: 30 jun. 2022.

PEREZ, Patrícia Maria Périco *et al.* Práticas alimentares de estudantes cotistas e não cotistas de uma universidade pública brasileira. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 531-542, fev. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232016000200531&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232016000200531&lng=en&nrm=iso). Acesso: 01 mai. 2021.

PIMENTA, Carlo. **A Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais**. Ed. HUMUS, 2013.

PORTAL DO GOVERNO DO CEARÁ. Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. **Estudantes africanos criam espaços de identificação e reprodução de sua cultura no Ceará**. Fortaleza, Ceará, 2019. Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/2019/05/29/estudantes-africanos-criam-espacos-de-identificacao-e-reproducao-de-sua-cultura-no-ceara/>.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nas tramas da complexidade e desafios aos processos de investigação. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. **Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa**. Editora Manole, São Paulo, 2016.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Olhe para a fome**, 2021. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>.

RELATÓRIO FINAL. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Centro de Convenções de Pernambuco, Olinda, 2004.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Edda. **Nutricio, mas também pode chamar de fome**. Alma Preta. Jornalismo Preto, 2020. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/nutricidio-mas-tambem-pode-chamar-de-fome>>.

RIBEIRO, Renata Maria Franco. Trajetórias e permanência dos africanos/estudantes guineenses na ‘terra da luz’ em Fortaleza- Ceará – **Curso de Especialização em Políticas Públicas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar – UNIAFRO**, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016, p. 24-25-43.

RIOLFI, Claudia Rosa; MAGALHÃES, Mical de Melo Marcelino. Modalizações nas posições subjetivas durante o ato de escrever. **Estilos da Clínica**, 2008, Vol. XIII, n. 24. 98-121.

ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene MAGALHÃES, Rosana. **Segurança Alimentar e Nutricional. Perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2013.

SANTOS, Herbert Luan Pereira dos, *et al.* Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25 (Supl.2), p. 4211-4224, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5FLQN6ZV5yYPKv6bv4fTbVm/?lang=pt#>. Acesso em: 02 nov. 2021.

SENA, Kananda Beatriz Pinto de. A dinâmica migratória dos africanos e a suas territorialidades no Ceará. **XIII ENANPEGE**, 2019. Disponível em :< [http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562632444\\_ARQUIVO\\_ArtigoEnanpeg e.KanandaSena.DinamicamigratoriadeafricanosesuasterritorialidadesnoCeara.pdf](http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562632444_ARQUIVO_ArtigoEnanpeg e.KanandaSena.DinamicamigratoriadeafricanosesuasterritorialidadesnoCeara.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro** (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação**. Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Antônio Gislailson Delfino da. “O LÁ E O AQUI”: A presença de estudantes africanos/as na UNILAB e suas redes de sociabilidade, integração e representatividade de culturas (s). **Rev.Kwanissa**, São Luís, n. 5, p. 100-117, jan/jun, 2020. Disponível:< <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/12224/7774>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

TATINI, Martha; TATINI, Rebecca. Agroecologia e ancestralidade: a cosmovisão africana e sua conexão com os saberes agroecológicos. **XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Universidade Federal de Sergipe, 2020.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas; RIBEIRO, Renata Maria Franco. Trajetórias e permanências dos Estudantes Guineenses na ‘Terra da Luz’, Fortaleza – Ceará. In: MALOMALO; Basílele; MARTINS, Elcimar Simão; FREIRE, Jacqueline C. da. S. **África, migrações e suas diásporas: reflexões sobre a Crise Internacional, Cooperação e Resistências desde o Sul**. Porto Alegre, RS, editora Fi, 2017.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Projeto Consan Seleciona bolsista no Campos dos Malês**. Disponível em: <http://muconsancplp.unilab.edu.br/>

\_\_\_\_\_. **Restaurante Universitário – RU**, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/restauranteuniversitario/>. Acesso em: 07 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Programa de Assistência Estudantil**, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/auxilios/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Programa de Auxílio Bolsa Permanência**, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/pbp/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Anuário Estatístico UFC – 2021 base 2020. Disponível em: [https://www.ufc.br/images/files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2021\\_base\\_2020.pdf](https://www.ufc.br/images/files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2021_base_2020.pdf)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UnBNOTÍCIAS. **Solidariedade a estudantes africanos da Universidade de Brasília**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/4875-projeto-da-unb-que-ensina-portugues-a-refugiados-e-imigrantes-em-vulnerabilidade-cresce-na-pandemia>>.